

Márcia Pereira dos Santos  
Selma Martines Peres  
Maria Helena de Paula  
organizadoras

# HISTÓRIA, CIDADES, REDES POLÍTICAS E SOCIAIS



Márcia Pereira dos Santos

Selma Martines Peres

Maria Helena de Paula

(organizadoras)

História, cidades,  
redes políticas e sociais

**Blucher**

*História, cidades, redes políticas e sociais*

© 2017 Márcia Pereira dos Santos, Selma Martines Peres, Maria Helena de Paula (organizadoras)

Editora Edgard Blücher Ltda.

### Conselho editorial

Adaílson José Rui – UNIFAL – MG

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato – UFMS

Júlia Silveira Matos – FURG – RS

Leandro Antônio de Almeida – UFRB – BA

Mônica Piccolo Almeida – UEMA – MA

Regina Maria da Cunha Bustamante – UFRJ – RJ

---

# Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

**contato@blucher.com.br**

**www.blucher.com.br**

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.  
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,  
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer  
meios, sem autorização escrita da editora.

---

Todos os direitos reservados pela editora  
Edgard Blucher Ltda.

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

História, cidades, redes políticas e sociais [livro eletrônico] /  
organização de Márcia Pereira dos Santos, Selma Martines  
Peres, Maria Helena de Paula. — São Paulo : Blucher, 2017.  
206 p. : il. color; PDF.

### Bibliografia

ISBN 978-85-803-9231-9 (e-book)

ISBN 978-85-803-9230-2 (impresso)

1. História 2. Cultura 3. Cidades 4. Administração pública  
5. Sociologia I. Santos, Márcia Pereira dos. II. Peres, Selma  
Martines. III. Paula, Maria Helena de.

17-0214

CDD 300

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais

# **Sobre as organizadoras**

## **Márcia Pereira dos Santos**

Doutora em História pela UNESP – Universidade Estadual Júlio de Mesquita (2007). Docente da UFG – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, do INHCS – Instituto de História e Ciências Sociais e do PPGMPH – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História. Catalão, Goiás, Brasil. CEP: 75704-020. Contato: marciasantoss@gmail.com

## **Selma Martines Peres**

Doutora em Educação pela UFSCar – Universidade Federal de São Carlos (2006) Docente da UFG – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, da UAEE – Unidade Acadêmica Especial de Educação e do PPGEDUC – UFG/CAC – Programa de Pós-Graduação em Educação. Catalão, Goiás, Brasil. CEP: 75704-020. Contato: selmamartines@uol.com.br

## **Maria Helena de Paula**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (2007). Docente na UFG – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, da UAELL – Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística e do PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Catalão, Goiás, Brasil. CEP: 75704-020. Contato: mhpcat@gmail.com



# Conteúdo

Apresentação.....	7
-------------------	---

## Seção 1

### História, práticas culturais, didática da história e utopia

Práticas culturais em Catalão e região por meio das crônicas de Ricardo Paranhos .....	15
---	----

*Valdeci Rezende Borges, Cleber Jacinto Dias*

Além dos mapas: a cidade como palimpsesto, memórias e vivências em Catalão (GO) a partir do escritor Braz José Coelho .....	31
---	----

*Ismene Fernandes da Silva*

Consciência histórica, memória e teatro: saberes e práticas pedagógicas .....	45
--	----

*Maria Helena Gondim Almeida*

A didática da história a partir da Cultura Visual.....	59
--	----

*Marcos Vinícius da Silva, Bárbara Cremonese*

A utopia concreta do cuidado em Leonardo Boff .....	75
---	----

*Rogério Bianchi de Araújo*

## Seção 2

### Cidades, território e redes políticas

Importância das áreas verdes.....	91
-----------------------------------	----

*Laira Cristina Silva, João Donizete Lima*

Implementação e territorialização dos parques urbanos em Catalão (GO).....	103
<i>Bruno Vicentini Bussola, Paulo Henrique Kingma Orlando</i>	
Agentes produtores do espaço turístico em Três Ranchos (GO).....	113
<i>Amanda Abadia Felizardo Custódio, Magda Valéria da Silva</i>	
A relevância da migração na dinâmica populacional e seu impacto sócio espacial em Catalão (GO) .....	127
<i>Gláycyon Felix Ferreira, Edir de Paiva Bueno</i>	
Análise de redes na política de cotas eleitorais .....	143
<i>Leonardo Aires de Castro</i>	

### Seção 3

#### Dimensões atuais da administração privada e pública

Microempreendedor individual: uma análise bibliométrica das produções científicas em periódicos e eventos entre 2008 e 2016 .....	159
<i>Fernanda Lobato de Paula, Serigne Ababacar Cissé Ba, Larissa Juliana Patrocínio da Silva, Carolina Guimarães</i>	
Logística colaborativa: bibliometria em revistas e eventos nacionais de 2006 a 2015 .....	173
<i>Larissa Juliana Patrocínio da Silva, Fernanda Lobato de Paula, Igor Carneiro Nicolau, Pedro de Freitas da Silva</i>	
Como andam conceituando “desconcentração”? Um estudo bibliométrico .....	181
<i>César Augustus Adorno Ferreira Lima, Pedro de Freitas Silva, Igor Carneiro Nicolau, Serigne Ababacar Cisse Ba</i>	
A evolução do PRONAF no município de Campo Alegre de Goiás (GO) .....	193
<i>Polyanna Silva Reitter, Kenya Thiesen</i>	

# Apresentação

O presente livro é resultado dos trabalhos apresentados no IV Seminário de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, na área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, em setembro de 2016.<sup>1</sup> Neste livro, apresentamos pesquisas, em andamento ou concluídas, que tematizam as humanidades a partir de pontos de vistas e abordagens teóricas diferentes, mas que possuem em comum preocupações com o humano no tempo, no espaço, na cultura e na sociedade. Trata-se de uma escolha pertinente, em um momento histórico em que as humanidades e seu ensino se veem sob os holofotes das áreas específicas e das ações governamentais, tornando fundamental que se apresentem pesquisas e trabalhos que reforcem a necessidade de se pesquisar e publicar as produções em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

Nessa perspectiva, o livro foi dividido em três seções que aproximam os capítulos em termos temáticos, de modo a construir uma coerência entre os debates e temas enfrentados. A primeira seção, intitulada “História, práticas culturais, didática da história e utopia”, reúne discussões nas áreas de História e Antropologia. O Capítulo 1, “Práticas culturais em Catalão e região por meio das crônicas de Ricardo Paranhos”, escrito por Valdeci Rezende Borges e Cleber Jacinto Dias, debate, a partir das crônicas de Ricardo Paranhos, escritor local, práticas de cultura dos tempos de vida desse autor, ou seja, fim do século XIX e início do XX. Com farta documentação literária, os autores têm uma perspectiva cultural de interpretação da história, mostrando como a vida urbana e rural da região eram marcadas

---

1 O evento foi contemplado em dois editais de financiamento: Edital 03/2016 PAEP/CAPES, processo 88881.121761/2016-01 e CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016 – SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO DE ABRANGÊNCIA NACIONAL OU INTERNACIONAL, NO ESTADO DE GOIÁS - Nº do processo/FAPEG - 201610267000918.

por festejos diversos que vão desde atividades mais privadas, como aniversários e casamentos, até festas mais coletivas, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e Cavalhadas. No Capítulo 2, “Além dos mapas: a cidade como palimpsesto, memórias e vivências em catalão (GO) a partir do escritor Braz José Coelho”, de Ismene Fernandes da Silva, também tomando a literatura como fonte histórica, debate esse bem de cultura como lugar de memória e inscrição social de um dado passado. Concebendo a obra do autor como um palimpsesto, a autora se referencia em uma abordagem cultural da história como sustentáculo teórico de sua pesquisa.

O Capítulo 3, de Maria Helena Gondim Almeida, “Consciência histórica, memória e teatro: saberes e práticas pedagógicas”, tem como foco apresentar possibilidades para o ensino de história com o uso do teatro como prática pedagógica. À semelhança dos capítulos anteriores, nesse a autora aponta uma opção metodológica de pesquisa e proposta didática ancorada na história cultural, ocupando-se em conceituar o teatro em sua relação com o mundo escolar, com a consciência histórica e com a memória elaborada e vivida por estudantes, em seu contato com a disciplina história. Essa preocupação didática se mostra também no Capítulo 4, “A didática da história a partir da Cultura Visual”, no qual Marcos Vinícius da Silva e Bárbara Cremonese discorrem sobre o uso de imagens no ensino de história, sustentando o debate com os conceitos de cultura visual, didática da história e processos de aprendizagem. Nesse capítulo, há um esforço dos autores em elaborar um diálogo entre a história como disciplina, seu ensino e a arte como ferramenta didática.

Encerrando a seção, o Capítulo 5, “A utopia concreta do cuidado em Leonardo Boff”, Rogério Bianchi de Araújo toma a obra do teólogo, filósofo e ecólogo brasileiro Leonardo Boff, como esteio de se pensar a sociedade atual, em suas multifacetadas crises, especialmente aquelas ligadas ao meio ambiente, a partir da proposta de uma ética do cuidado. Para o autor, pode-se, a partir de Boff, interpretar a sociedade e propor alternativas ao que tem sido tomado como crise planetária. Aqui, uma utopia de que se pode mudar o mundo a partir de afetos, sentimentos, cuidados, solidariedades e generosidades, faz-se, também, o *leitmotiv* do trabalho. Assim, esse capítulo torna-se a conclusão dessa seção pois, ao mesmo tempo que, à semelhança dos dois primeiros, interpreta visões de mundo, à semelhança dos dois últimos é propositivo no enfrentamento das crises – didáticas ou sociais – com propostas e perspectivas para o ensino e a vida cotidiana.

A segunda seção tem como tema “Cidades, território, sociedade e redes políticas” e reúne trabalhos da área de Geografia e Ciências Sociais, apresentando preocupações com o uso do espaço, da exploração da natureza e de como a sociedade se expressa em suas redes políticas.

No Capítulo 6, “Importância das áreas verdes”, de Laira Cristina Silva e João Donizete Lima, destaca-se a importância de se ter e preservar áreas verdes nos centros

urbanos, apontando que se faz necessário a criação de políticas que tomem esses espaços na sua função social de lugar de recreação, mas principalmente na sua função natural de melhoria da qualidade de vida, o que implica em pensá-los no conjunto de interesses do poder público, da especulação imobiliária, mas, especialmente, no interesse da população em geral. Por seu lado, o Capítulo 7, “Implementação e territorialização dos parques urbanos em Catalão (GO)”, de Bruno Vicentini Bussola e Paulo Henrique Kingma Orlando, partindo de um estudo de caso na cidade de Catalão, problematiza a distribuição dos parques municipais, e, por conseguinte, das áreas verdes, de uma maneira concentrada na malha urbana da cidade, o que, para esses autores, em seus resultados preliminares da pesquisa, evidencia a ausência de uma política pública catalana que atenda às demandas da população.

O Capítulo 8, “Agentes produtores do espaço turístico em Três Ranchos (GO)”, de Amanda Abadia Felizardo Custódio e Magda Valéria da Silva, debate o uso turístico do espaço e da natureza no município de Três Ranchos, destacando como em tal cidade o turismo se desenvolveu a partir da implantação do Lago Azul, o que tornou o lugar uma atração turística. Para as autoras, é preciso pensar a atividade turística no contexto da produção e consumo do espaço, seja em suas implicações econômicas, seja em suas implicações ambientais.

O Capítulo 9, “A relevância da migração na dinâmica populacional e seu impacto sócio espacial em Catalão (GO)”, de Glaycon Felix Ferreira e Edir de Paiva Bueno, faz uma reflexão sobre a dinâmica migratória das pessoas para a cidade de Catalão (GO), buscando conhecer qual é o impacto sócio espacial causado por essa população migrante no município e, mesmo, no estado de Goiás.

Por fim, encerrando a seção, o Capítulo 10, “Análise de redes na política de cotas eleitorais”, de Leonardo Aires de Castro, tem como ponto de discussão o Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2011, que pretende estabelecer uma cota de ao menos 50% para mulheres nas eleições proporcionais. O autor defende em seu texto a necessidade de que grupos de interesse se juntem à discussão de modo a problematizar a desigualdade representativa no Brasil e, ainda, de maneira a corrigir essa mesma desigualdade. Valendo-se de documentos do Senado e da Câmara dos Deputados, o autor preocupa-se em compreender como que, nesses documentos, a discussão é visualizada, propondo que esta faça parte do rol de reformas políticas, constando, pois, como uma política pública fundamental para sociedade brasileira atual.

A seção, assim, em seus vários temas, teve como ponto comum entre seus capítulos as propostas de discutir a sociedade e suas práticas em relação a onde se vive, ao espaço, e como se vive a política, expressando, então, a importância de se problematizar o mundo em que vivemos a partir da relação entre homens, mulheres e natureza, e a relação entre homens, mulheres e política.

A terceira seção, intitulada “Dimensões atuais da administração privada e pública”, reúne artigos da área das Ciências Sociais Aplicadas, que debatem,

particularmente, estudos que visam à melhoria das práticas administrativas, bem como discutem a importância do financiamento público para a expansão de negócios e atividades da agricultura familiar.

O Capítulo 11, “Microempreendedor individual: uma análise bibliométrica das produções científicas em periódicos e eventos entre 2008 e 2016”, de Fernanda Lobato de Paula, Serigne Ababacar Cissé Ba, Larissa Juliana Patrocínio da Silva e Carolina Guimarães, constitui uma análise bibliométrica das produções científicas brasileiras sobre microempreendedorismo, entendendo que a importância dos microempreendedores individuais se mostra na sociedade a partir de sua participação na constituição do Produto Interno Bruto (PIB) e na criação de empregos.

Nessa mesma perspectiva, o Capítulo 12, “Logística colaborativa: bibliometria em revistas e eventos nacionais de 2006 a 2015”, de Larissa Juliana Patrocínio da Silva, Fernanda Lobato de Paula, Igor Carneiro Nicolau e Pedro de Freitas da Silva, valendo-se, também, de uma análise bibliométrica, busca compreender como tem sido debatida, em publicações, a logística colaborativa, interpretando-a como estratégia de circulação de bens, que tem como objetivo reduzir custos de produção.

Também como estudo bibliométrico, o Capítulo 13, “Como andam conceituando “desconcentração”? Um estudo bibliométrico”, de César Augustus Adorno Ferreira Lima, Pedro de Freitas Silva, Igor Carneiro Nicolau e Serigne Ababacar Cisse Ba, tem como objetivo verificar como a literatura tem conceituado o termo “desconcentração”, bem como apresentar características específicas de estudos acadêmicos publicados que debatem o tema.

Por fim, encerrando a seção, o Capítulo 14, “A evolução do PRONAF no município de Campo Alegre de Goiás (GO)”, de Polyanna Silva Reitter e Kenya Thiesen, analisa a evolução do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Campo Alegre de Goiás. Tal análise mostrou um incremento nos financiamentos concedidos aos agricultores familiares no Município de Campo Alegre de Goiás, permitindo um aprimoramento dessa modalidade de negócio na cidade.

Assim, a seção propõe leituras sobre os modos como têm sido pensadas e dadas a ler as maneiras de administração da produção de bens, em estudos científicos e, ainda, sobre a importância do financiamento público e sua influência na dinâmica produtiva de municípios cuja economia também depende das formas familiares de produção. Nesse sentido, a seção se mostra um espaço para perceber como a área das Ciências Sociais Aplicadas, em específico, a Administração, tem questionado sua própria produção científica, ao mesmo tempo em que tem se preocupado com as práticas de produção, especialmente aquelas realizadas no âmbito da agricultura familiar.

Portanto, analisando o exposto, o livro tem como objetivo apresentar as pesquisas e discussões na área das Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas

que tem mobilizado pesquisadores da UFG-Regional Catalão. E, nesse sentido, é preciso esclarecer que os autores e autoras aqui publicados tem inteira responsabilidade pelas ideias defendidas, uso culto da Língua Portuguesa, bem como cumprimento das normas técnicas (ABNT).

Márcia Pereira dos Santos  
Maria Helena de Paula  
Selma Peres  
Catalão, 11 de novembro de 2016



Seção 1  
História, práticas culturais, didática  
da história e utopia



## Práticas culturais em Catalão e região por meio das crônicas de Ricardo Paranhos

Valdeci Rezende Borges<sup>1</sup>

Cleber Jacinto Dias<sup>2</sup>

**Resumo:** Objetiva-se refletir, neste texto, sobre algumas práticas culturais catalanas recorrendo às crônicas de Ricardo Paranhos (1866-1940) como suporte documental e como lugar de memórias. Por meio de suas representações abordamos alguns aspectos constituintes da cultura do município de Catalão e região visando perceber como eram praticados e que sentido ou significado a eles foram atribuídos pela coletividade na qual inseriam e pelo autor. A pesquisa insere-se no âmbito da História Cultural e tem como método o rastreamento de temas inerentes ao campo da cultura, em sentido amplo e antropológico, nas crônicas do literato e o diálogo com autores que trabalham nessa perspectiva e com os assuntos eleitos para análise. Detemos em alguns aspectos de sua cultura urbana e rural, como as festas cívicas, de aniversário e casamento, os festejos de Nossa Senhora do Rosário e do Divino, as cavalhadas, o batuque e jogo do bicho, que se constituíam em espaços de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Cultura Urbana e Rural. Crônica. Memória. Ricardo Paranhos.

### Introdução

As crônicas de Ricardo Paranhos (1866-1941), publicadas em suas *Obras completas* (1972), abordam assuntos diversos, dentre os quais destacam-se nomes e ações de pessoas ligadas a certas práticas culturais e intelectuais inseridas no contexto de

- 1 Universidade Federal de Goiás- UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, NIESC – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais. E-mail: valdecirezborges@yahoo.com.br
- 2 Professor da Rede Pública Municipal de Catalão. Graduado em História, UFG/UAEHCS. E-mail: cleberjacinto@bol.com.br

uma cultura escrita e de elite. Mas, além de uma leitura e apreciação sobre as expressões do campo letrado catalano, elas tratam também de outros aspectos da cultura regional e local, comumente ditos populares, sobre os quais nos debruçaremos, por considerar tais escritos como lugares de memórias (NORA, 1993) e de história dessa sociedade. Os resultados aqui apresentados advêm da pesquisa “Cidades e cultura no Sudoeste Goiano e Triângulo Mineiro nas crônicas de Ricardo Paranhos (1870 a 1940)”, de Cleber J. Dias (2009), e são fruto do processo de orientação da mesma e de posterior análise, sistematização e aprofundamento dos dados levantados.

Neste artigo, dialogaremos com suas crônicas relacionadas com a cultura urbana e rural de Catalão e região, procurando tratar algumas práticas e bens culturais que constituíam a vida cotidiana dos habitantes da cidade e do campo, e como esses as vivenciavam, recorrendo à leitura e interpretação contidas nas representações do literato, que nos lega suas memórias e visões de mundo. Os assuntos abordados nesses escritos são variados abarcando festas e sociabilidades variadas como os bailes (de aniversários e casamentos), festas públicas como as cívicas e de Nossa Senhora do Rosário, além de outras práticas culturais como o batuque, a cavallhada, a serenata e o jogo do bicho.

## 1 Bens culturais e sociabilidades

Abordaremos, a seguir, algumas facetas da cultura catalana representada por Paranhos, as quais constituíam espaços e momentos de sociabilidade.

### 1.1 Poetas e oradores

Na crônica “Poetas”, Paranhos se mostra um escritor preocupado em revelar a cultura urbana do interior goiano ligada às pessoas “simples” da região e produzida com uma linguagem peculiar. Aqui podemos pensar que o cronista focaria, como em outros escritos, a produção de poetas do universo da cultura escrita e do texto impresso. Mas, não. Sua atenção debruça-se sobre os poetas populares, sem muita cultura escolar ou nenhuma, que versejavam, em grande parte, oralmente. Porém, nem por isso, deixou de considerá-los como “poetas”, e dizê-los “admiráveis”. Segundo ele, ninguém se faz poeta pelo próprio esforço, pois “os poetas nascem”. Assim, se ser poeta era visto como algo que não se aprendia na escola, se nascia, Paranhos nos diz que o estilo “caipira” de dizer as palavras, muitas vezes, “comove e eleva a alma” melhor que certos versos “impecáveis quanto às exigências da arte”, pelo fato de serem escritos com toda a inspiração.

Entre os nossos roceiros, mormente os goianos, analfabetos quase todos, há verdadeiros poetas, alguns até repentistas admiráveis, o que é mui raro

entre os poetas cultos. Criticam, em versos cheios de verve, os fatos notáveis da vida social. Dá-se-lhes, como o tenho feito, um assunto qualquer e eles improvisam, sem esforço algum, com a maior naturalidade, dezenas e dezenas de quadras, sem fugir do assunto (PARANHOS, 1972, p. 342).

Portanto, para Paranhos, a poesia popular, marcada pela “naturalidade e inspiração”, podia ser mais elevada que aquela dos conhecedores e praticantes da poesia culta e daqueles preocupados com as regras de tal forma de arte, pois não castrada pelas normas. Logo, produzia “quanta quadrinha cheia de inspiração e de suavidades”. Para dar ênfase à sua afirmação, descreveu um desses versos da cultura popular pronunciado pelos “cantadores” nos “pagodes de roça”, aos quais sempre ia, mesmo morando na cidade: “**Menina, se tu subesse/Como é grande o meu amor,/Tu caia nos meus braço,/Como o sereno na flor.**” (PARANHOS, 1972, p. 342, grifos do autor).

De acordo com o cronista, esta “quadrinha de lirismo azul”, é de um autor analfabeto, de alguém que “**Nascuntur poeta**”. Ele afirmava que ouvia muitas quadrinhas nas festas de roça, nos indicando as interações entre a cidade e o espaço rural, o campo. Segundo o literato, nunca deixou “de frequentar cateretês, que é dança nossa, genuinamente brasileira” e pela qual tinha “verdadeiro fanatismo”, passando “noites sem dormir, ao relento, exposto ao frio, a ouvir as belas cantigas ao som da viola plangente” e a “também quadrinhas”, que lhe causavam “inveja”, pois tinha “desde rapazola, a mania de escrever versos”. Assim, Paranhos enalteceu tais poetas e suas criações, as quais sobrepujavam, a seu ver, até mesmo as dele (PARANHOS, 1972, p. 342, grifos do autor).

O cronista, nacionalista na escolha das danças, apreciador da viola e das quadrinhas, tão presentes e característicos da cultura popular, também foi um boêmio incontestável, admirador e amante da noite. Desta forma, nos informa sobre aspectos constituintes da vida noturna e das sociabilidades nela ocorridas na cidade de Catalão. Na crônica “Caprichos do Destino”, encontramos uma referência às práticas da sociabilidade dos jovens em suas farras noturnas, composta de andanças e cantigas, as serenatas.

Numa esplendorosa noite de luar, às dez horas, passava silencioso, em serenata, pela frente da casa da moça um grupo de rapazes, do qual eu fazia parte. Abriu-se uma janela e alguém nos disse que a doente pedia [que] tocássemos a valsa **Dorzinha**, de que ela muito gostava, inspirada na composição do maestro Frederico Campos (PARANHOS, 1972, p. 423, grifo do autor).

Outra prática indicada como constituinte da vida boemia do autor encontra-se registrada na crônica “Clube Suan”, na qual Paranhos nos indica como

eram organizados os entretenimentos por um grupo de amigos que criaram esse clube de “extravagante denominação”, com o objetivo de “promover diversões aos sábados, à noite”. Diante das diversões que o ambiente noturno da cidade oferecia, segundo o literato, ele e seus amigos organizavam as festas do clube, que aconteciam cada dia em casa de uma pessoa diferente. O dono da residência era comunicado do desejo “de efetuar a diversão, expondo as condições em que esta deveria ser realizada”. O anfitrião, que havia sido escolhido, era “intimado” a oferecer a casa e uma suã de porco para ser degustada pelo grupo noite adentro até o amanhecer. Paranhos remete ainda ao tipo de danças escolhidas para animar tais reuniões, ao lugar da ceia e seus acompanhamentos e à bebida preferida pela turma, elucidando as características e os acontecimentos que permeavam a festança.

As danças adotadas pelo clube eram o cateretê, o samba, o recortado e o lundu, por serem danças genuinamente brasileiras. À meia noite, devia ser servida a ceia, a qual não podia ter outras iguarias senão arroz e suan. Bebida: pinga crúa. Antes e depois da ceia, pinga queimada, mais conhecida pelo nome de **quentão, porque esquentava mesmo**.

A brincadeira não podia terminar antes do amanhecer (PARANHOS, 1972, p. 349, grifos do autor).

No contexto de tal sociabilidade, era assídua a figura do orador, com discursos, brindes e vivas. Sua presença era marcante no universo cultural do momento, estando em grande parte dos momentos de sociabilidade, diurnas e noturnas, mundanas ou religiosas. Nas reuniões do “Clube da Suan”, Paranhos diz que cabia sempre a ele esta responsabilidade; e, como orador, era obrigado, no decorrer da ceia, a “deitar falação”, dizendo “cousa de fazer rir”, o que considerava difícil, pois para atingir o efeito desejado precisava de “originalidade e fino espírito” (PARANHOS, 1972, p. 349). Entre as aclamações que promovia, relembrou de sua performance em uma realizada na casa de um amigo para um compadre daquele onde se fazia a festa, apontando a prática dos “vivas” e do uso de estratégias bestialógicas, de recorrer à fala, ao raciocínio ou discurso incoerentes, despropositado e bombástico para produzir interação, aproximação e riso dos convivas.

[...] Fomos todos, levando cada qual um copo de cachaça, à sala onde ele se achava, sozinho. Rodeamo-lo e lhe demos muitas vivas, após os quais comecei o **bestialógico**; mas o homem se conservou sentado, de cara à banda, sem nos olhar, sequer.

Terminei por esta forma o formidável **bestia**, descrente de que produzisse o desejado efeito:

– **Cidadão distinguido!**

O homem não se moveu.

– **Coração tranquilo!**

Nada.

– **Alma bisbiborreteça!**

A mesma carranca.

– **Caráter cagnapítico!**

Indiferença completa.

Mas quando exclamei com toda ênfase – **Cavaleiro de indústria!** – o homem levantou-se e abraçou-me comovido:

– **Não mereço, são Ricardo. É bondade sua.**

E associou-se, de corpo e alma, a pulos e gargalhadas, a todas as nossas brincadeiras, até ao romper do dia (PARANHOS, 1972, p. 350, grifos do autor).

Portanto percebemos o efeito alcançado pelo talento de tais oradores, dentre eles o próprio Paranhos. As palavras ditas com astúcia, inspiração e sabedoria, pronunciadas por homens letrados ou não, podiam atingir as pessoas, comover e mobilizar até mesmo a um ovinete arredio, como o tal homem referido como “sissudo”, “esquisitão” e “inimigo de brincadeiras” (PARANHOS, 1972, p. 350). Os oradores, presentes em vários momentos da vida social, nos encontros e reuniões, públicas ou privadas, diurnas e noturnas, mundanas ou religiosas, aproximavam o mundo das letras e o da oralidade, com seus discursos, brindes e vivas.

Cândido (1986, p. 223-6) tratando da criação literária brasileira e da relação estabelecida entre os escritores e o público, afirma que “no primeiro quartel do século XIX, se esboçaram no Brasil condições para definir tanto o público quanto o papel social do escritor.” Nesse contexto, e mesmo posteriormente a tal período, sobretudo nas localidades do interior brasileiro, os vários tipos de discursos orais estiveram presente e possuíam papel importante na constituição da sociedade. Eram parcas as edições de livros e essas “lentamente esgotadas”, cabendo “a revista, o jornal, a tribuna, o recitativo, a cópia volante” conduzir as ideias ao público. Pregadores, conferencistas, glosadores de mote, oradores em comemorações diversas e recitadores, formaram, dispensando o texto impresso, um público de auditores. Assim, as serenatas, os saraus e as variadas reuniões sociais, nas quais estava presente a figura dos oradores, “multiplicaram o curso do verso, escandido ou cantado” e de outras formas de produção, possibilitando que muitas ideias fossem divulgadas, penetrando na sociedade graças ao público receptor de auditores.

Escrevendo àqueles que possuíam socialmente o domínio da linguagem do texto escrito e de sua leitura, Paranhos deixou, em vários registros, referências aos oradores; não permitiu que suas memórias referentes a tal prática fossem destina-

das ao esquecimento, registrando-as em seus escritos do dia a dia. Nas crônicas “Oradores”, afirmou que “ninguém se faz orador”, que, assim como os poetas, “*nascuntur oratores*” (PARANHOS, 1972, p. 343, grifo do autor). Para defender essa afirmativa apontou, por um lado, péssimos oradores que possuíam formação escolar e até superior e, por outro, homens de pouca instrução, mas excelentes oradores. Primeiramente, nos falou de um homem, “velho desembargador”, que fazia parte do mundo das pessoas abastadas, letradas e poderosas, mas que era um “péssimo orador”, incapaz de lidar com as palavras, e que, ainda, tinha a mania de falar em público.

Festejava-se a data de treze de Maio. Uma banda de música percorria as ruas da cidade, à noite, acompanhada de grande massa popular. Fôra antecipadamente combinado entre as pessoas que se achavam à frente da passeata cívica, que esta deveria passar ligeira e silenciosamente pela rua onde morava o desembargador, a fim de evitar que ele falasse; mas ele já se achava à sacada, à espera do momento, de maneira que, quando a multidão fora se aproximando, ouviu um forte bater de palmas e em seguida:

– **Meus sen... senhores: um mo... momento de... de... de atenção. Eu qué... qué... quero dar um... um vi... vi... viva; não, não é vi... viva que... qué... quero dar não; [...] é le... le... levantar um, brin... brinde; não, tam... também não é brin... brinde...** (PARANHOS, 1972, p. 343, grifos do autor).

Conforme Paranhos, a multidão, que acompanhava o festejo cívico “partiu aceleradamente” ao ouvir o orador “formado e culto”, que proferia tal pronunciamento. Ser letrado não assegurava boa oratória, a qual atraía e até empolgava o público como podemos ver noutras ocasiões. Outro fato referido pelo cronista para mostrar que os oradores não se fazem, aconteceu em Catalão com um “rábula” semianalfabeto, ou seja, um advogado que não possuía formação acadêmica em Direito (Bacharel), mas obtinha a autorização do órgão competente, do Poder Judiciário, no período imperial ou da entidade de classe para exercer, em primeira instância, a postulação em juízo. O prático referido possuía dificuldade para ler, porém “entendia perfeitamente” o que lia e o que ouvia. Fazia excelentes defesas no júri, mas marcadas por inúmeros desvios gramaticais caso fosse considerada a norma culta, mostrando que a instrução letrada, muitas vezes, não possibilitava a capacidade oratória.

[...] Falava horas e horas, cometendo os mais graves erros de gramática; mas falava com desembaraço, sem o menor esforço, o que prova que era

orador. Dentre os inúmeros erros cometidos numa defesa que lhe ouvi, ainda me recordo destes:

- **No inquérito policial, srs. jurados, já tinha jurado três testemunhas, quando o acusado foi preso, de maneiras que a prisão não foi feita em sufragante, como diz o promotor.** (PARANHOS, 1972, p. 344, grifos do autor).

Ainda dos tempos de estudante, Paranhos buscou em sua memória, um fato acontecido numa “festa dos Três Ranchos”, atual cidade de Três Ranchos, ao exaltar um fazendeiro por suas qualidades intelectuais, o qual, apesar de “ignorante” (referindo deste modo a seu desconhecimento da cultura letrada), era orador extraordinário. No banquete oferecido ao povo pelo festeiro, possivelmente em festa em louvor a Nossa Senhora da Abadia, o fazendeiro foi convidado a falar em público, o que o fez na maior naturalidade e desenvoltura.

- Tenha a palavra o meu compadre Manoel Antônio.
- Pra falar sobre o que, compadre?
- Sobre a festa de N. S. da Abadia.
- O assunto não me ajuda; mas **bamo vê si** com a proteção da santa, arranjo alguma cousa.

E começou:

- **O home, por mais sábio que seja, nunca deve mostrar sua gravidez.**

Quando já havia falado cerca de três quartos de hora, o vigário, para o estimular, deu-lhe um aparte, o qual ele assim respondeu:

- **Profane bem, sêo vigário, o que está dizendo.**

E nestas condições foi-se estendendo com a maior facilidade, sem esforço algum, voz timbrada e forte, gesticulação natural, muito expressiva [...] chegou a falar uma hora e tanto, sem fatigar o auditório. (PARANHOS, 1972, p. 345, grifos do autor).

Para dar mais ênfase a afirmação de que “**Nascuntur oratores**”, Paranhos, ainda afirmou que se o tal homem tivesse “dois dedos de instrução” seria, talvez, até superior ao próprio poeta Rui Barbosa (PARANHOS, 1972, p. 345, grifos do autor). Assim, fossem em festas públicas ou privadas, cívicas ou religiosas, em domicílios ou espaços públicos, a figura do orador era peça presente, requisitada e indispensável nos momentos de sociabilidade e de interação entre as pessoas. Mas outros espaços e outras circunstâncias foram abordados por Paranhos como ocasiões de socialização. Assim, nos interessa saber como o cronista abordou e descreveu as festas religiosas e profanas que marcavam a vida da população de Catalão? Que festas ele pôs em destaque?

## 1.2 Festas religiosas e profanas: o batuque e a cavallhada

O cronista tratou diversos momentos de sociabilidade, de diversão e encontro entre os habitantes da cidade, e alguns deles, até fora do espaço urbano. Numa crônica Paranhos nos remete a uma festa de casamento em uma localidade próxima de Catalão.

[...] me recordo a casinha da margem do rio São Bartolomeu estava repleta de convidados, em festa animadíssima. Noite. Cantigas e sapateados de cateretê, sons de viola e sanfona e salvas de regozijo quebravam o profundo silêncio naquela mesma solidão [...] O casamento de Maria com um rapaz da vizinhança... (PARANHOS, 1972, p. 407).

A “tão animada festa na casinha”, com suas danças, cantigas, instrumentos e tudo mais, que animavam a comemoração do casamento no sertão, trazia a felicidade e propiciava o conagraçamento entre as pessoas, compondo, então, o quadro pintado por Paranhos acerca das formas de sociabilidades presentes na cidade e nos seus arredores, dimensões e espaços sociais sempre interligadas, como apontam outras crônicas.

Adensando a tela das atividades de lazer e entretenimento presentes no cotidiano da cidade de Catalão, filtrada pela ótica de Paranhos, podemos mencionar uma prática mundana e com tonalidades bem particulares, conforme a descrição do literato. Na crônica “O Batuque”, ele nos fala de um chefe político, um fazendeiro rico, famoso por suas excentricidades, não somente no lugar que residia (que não é citado), como também em grande parte do Triângulo Mineiro. Segundo o cronista, o tal fazendeiro tinha “verdadeiro fanatismo pelo batuque”, som e dança da cultura popular, “muito em uso nos tempos antigos”.

Ia, de quando em quando, à cidade, especialmente para organizar a dança, o que conseguia facilmente; e uma vez começada, chegava durar, às vezes quatro, cinco dias e noites, a fio, sustentada a churrasco e à pinga queimada. Para que não houvesse interrupção motivada pela fadiga e o sono, os dançadores iam se revezando (PARANHOS, 1972, p. 339).

O autor observa o festim dionisíaco organizado pelo chefe político com olhar de estranhamento e desconfiança, por seu aspecto inusitado, que abolia provisoriamente as normas do viver cotidiano numa espécie de liberação do regime vigente, das regras e tabus sociais dominantes (BAKHTIN, 1987, p. 6-9).

Na dança tomavam parte homens e mulheres, completamente nus. O chefe, homem muito alto e magro, pernas compridas, finas e nodosas como pernas de aranhas, dançava nu também, só de botas e colete, para se diferenciar dos demais. Imaginem que figura! (PARANHOS, 1972, p. 339-40).

Por ser uma festividade organizada por um homem rico e político influente em Goiás, percebemos outros elementos que permeavam esse momento de sociabilidade, dentre eles a prática do mandonismo dos políticos no período, descrita por Paranhos em linguagem humorística:

Uma vez, mandara ele um camarada, tarde da noite, chamar um rapaz casado de novo, em plena lua de mel, para tocar rabeca lá no batuque. Disse a mulher, que o marido não podia passar sem dormir, pois estava doente, mas o camarada não aceitou a desculpa, pelo que se viu forçado o moço a por a rabequinha debaixo do braço e ir apresentar-se ao chefe. Este lhe ordenou [que] se pusesse nu, como se acham todos. Por mais rogasse o moço ser dispensado desse sacrifício, viu-se obrigado a desvestir-se, o que fez contrariadíssimo. Era péssimo o rapaz; tão magro, que se tornava quase transparente como garrafa, motivo pelo qual mais se opunha a expor sua nudez. Imaginem aquela carcaça nua a sofregar nervosamente – **chi-que-chic-que-chi-que-chi-que** – o arco na rabeca! Dava a ideia de um macaco tísico transformado em músico! (PARANHOS, 1972, p. 340, grifos do autor).

Ao dar continuidade à sua descrição, Paranhos aponta outras características dessa prática lúdica da boemia local, como a bebida, os vivas, os instrumentos usados, o gingado e os sons dos corpos.

Tigelinhas de **quentão** passavam, a miúde, de mão em mão, e eram esvaziadas aos vivas e hurras.

E o batuque prosseguia, dias e noites, cada vez mais animado e retumbante, ao som do caxambu, do reco-reco e do maracá e ao estalar contínuo das umbigadas estrepitosas como palmadas (PARANHOS, 1972, p. 340, grifo do autor).

Por fim o cronista destacou a particularidade do festejo local em relação ao de outros espaços por inverter o estabelecido socialmente e contrastar com o vivido no cotidiano. Segundo o literato, ele já havia visto um batuque e gostara “deveras” daquela “dança africana”, que era “muito animada e convidativa”, mas diferente dessa que descreveu, composta de pessoas nuas, que dava uma ca-

racterística própria àquela incrementada pelo chefe político local (PARANHOS, 1972, p. 340). Talvez a excentricidade do referido chefe político pudesse ainda ser indicada por seu gosto pelo batuque, o qual era visto, em geral, pelas elites, com maus olhos, pois considerado coisa de negro e de gente incivilizada.

Segundo Moraes (1994, p. 69), nas grandes cidades brasileiras o batuque dos negros, juntamente com vários elementos da cultura popular rural, tornava-se referência do que era tradicional e arcaico, sendo, logo, aspectos a serem extirpados da nova sociedade. A elite e os setores médios, que desfrutavam a ampliação das estruturas materiais, educacionais e culturais, lutavam para erguer uma face moderna das cidades, procurando determinar novas maneiras de viver nos centros urbanos. Tais manifestações das culturas urbanas em formação fizeram com que a cultura ligada ao universo rural sofresse profundas transformações e deslocamentos.

Ainda no universo dos tempos antigos e de suas práticas e usos sociais, na crônica “Cavalcadas”, Paranhos nos remete ao campo da cultura religiosa da cidade de Catalão de outrora, numa descrição etnográfica do cotidiano dos três últimos dias da “Festa do Divino”, a qual era celebrada, “antigamente”, em algumas cidades de Goiás. A cavalcada, originada dos torneios medievais, tinha, entre outras reminiscências, o uso de fitas como prêmio, que eram oferecidas pelo ganhador a uma mulher ou outra pessoa que desejasse homenagear. Em Portugal tivera feição cívico-religiosa e envolvia temas do período da Reconquista. Sua difusão no Brasil, registrada desde o século XVII, partira do Nordeste; de lá se espalhou pelo resto do país. Em 1641, quando da aclamação de D. João IV, foram promovidas várias cavalcadas como parte dos festejos oficiais. É ainda um folgado presente em vários pontos do Brasil, como Alagoas, Minas Gerais e Goiás, como em Pirenópolis, onde é realizada durante a festa do Divino e representa o auto de cristãos e mouros.

De acordo com Paranhos, eram “poucos os lugares” em Goiás, que as comemoravam, dentre eles, a cidade de Catalão. O autor descreveu na crônica todos os detalhes das cavalcadas, mostrando sua admiração por elas, deixando-a registrada para as gerações futuras (PARANHOS, 1972, p. 403). O cronista, em sua narrativa, representou o cenário no qual se dava essa prática cultural e indicou o cerne do enredo em torno do qual ela se estruturava.

O campo das cavalcadas deveria ser plano e limpo e ter 400 metros quadrados, mais ou menos. Era circulado de palanques improvisados para as famílias, feitos de madeira verde e roliça, com a cobertura, o fundo e os lados da baeta escarlata. No centro do campo havia um pequenino castelo improvisado, também vestido de baeta, onde se achava encerrada uma princesa, prisioneira dos mouros, que os cavaleiros cristãos pelejavam para libertar (PARANHOS, 1972, p. 403).

Paranhos trata ainda dos outros personagens da encenação, além da princesa, dos animais, suas habilidades e adereços:

Nelas tomavam parte 24 cavaleiros e não havia lugar que pudesse, devido às exigências do jogo, concorrer nem com a quarta parte desse número. Era preciso viessem cavaleiros de diversos pontos, para que se completasse o número necessário; e vinham às expensas da festa [...]

As cavalladas compunham-se de 12 cristãos uniformizados de azul e 12 mouros, de vermelho, uns e outros armados e vestidos à imitação da antiga cavalaria.

Cavalos escolhidos, bem nutridos, ensinados, destinados só para aquele fim. Todos eles lindamente ajaezados, crinas e caldas enfeitadas de fitas e cores vivas e variadas (PARANHOS, 1972, p. 403).

As ações dos dois grupos de cavaleiros, os quais realizavam a luta no espaço da festa, também foram descritas por Paranhos em detalhes:

Os 12 cavaleiros cristãos colocavam-se enfileirados num lado do campo e no lado oposto os 12 mouros.

Antes de começar a luta, havia a embaixada. Era embaixador o fazendeiro Manoel Antônio do Nascimento Pereira, excelente cavaleiro, firme e elegante. Dava a embaixada todo empertigado, cheio de entusiasmo. E à medida que falava, o que fazia com voz estentóricas, em tom declamatório e mui pausadamente, o grande ginete ruço, todo anilado, que ele cavalgava, avançava, recuava, virava de um lado para outro, dançava, empinava, dava-de-bunda, fazia cousas admiráveis.

Aplausos gerais.

Eu sabia de cor toda a embaixada; mas hoje só me lembro do começo dela: – A filha do meu rei que te *soda*, já nos domínios teus pisa as fronteiras (PARANHOS, 1972, p. 403-4, grifo do autor).

Mas, se tal descrição abarca o momento da embaixada, no instante seguinte ocorria a luta entre os cavaleiros, conforme o cronista:

Terminada a embaixada, começava a luta dos 24 cavaleiros, os quais se cruzavam em carreiras desabaladas, imitando \_ cargas de cavalaria. Se não fossem todos eles verdadeiros peões, muitos cairiam aos duros choques recebidos, caíssem, seriam esmagados infalivelmente a patas de cavalos. (PARANHOS, 1972, p. 404).

Finalizando, o cronista aborda os aspectos constituintes do encerramento da festa e dos ritos que a compunha:

A luta terminava no terceiro dia com a tomada pelos cristãos do castelo em que se achava a princesa prisioneira.

Havia em torno do campo diversos postes de um metro de altura, com cabeças de papelão, nas quais os cristãos, em disparadas, desfechavam tiros de garrucha, espatifando-as. Chamavam-se cabeças de turcos.

No último dia, terminada a luta, havia a tirada da argolinha, pequenina da circunferência de um anel, suspensa por um fio entre dois postes altos. O cavaleiro passava em disparada e procurava tirá-la com a ponta da lança, o que era difícilimo. Aquele que a tirava, a oferecia a uma das principais pessoas do lugar, recebendo desta uma dádiva qualquer. (PARANHOS, 1972, p. 404).

Desta forma, podemos vislumbrar algumas atividades que permeavam a festa do Divino na cidade de Catalão antiga e como eram vivenciadas por seus participantes, que ofereciam ao público a encenação do embate entre mouros e cristãos. Mas outra festividade religiosa foi também assunto do cronista, ainda que, naquilo referente à questão da religião em si tenha ficado de fora. Paranhos remete-nos, possivelmente à festa de Nossa Senhora do Rosário, ao falar de um fazendeiro avaro que alugava espaços em um pasto que possuía junto ao povoado por época da festa de agosto, que possuía importante romaria.

Por ocasião da festa, que é uma das mais importantes romarias, ele ficava de plantão à porteira do pasto, exposto ao sol ardente de agosto, durante dias consecutivos, a fim de fazer a contagem dos animais que entravam e dos que saíam. Os respectivos alugueis, exorbitantes, equivalentes, quase, a diárias de hotéis, mas a que os romeiros tinham que se sujeitar, porque não havia outro recurso, eram pagos ali mesmo, sem abatimento de um real. E se algum dos devedores faltasse, porventura, cem réis para pagamento da importância devida, um dos animais a ele pertencente, cavalo, burro ou boi de carro, ficaria ali detido, como garantia até que fosse pago o tostão. O que ocorria relativamente à festa, o fazendeiro ignorava por completo (PARANHOS, 1972, p. 420).

Embora Paranhos não indique o nome do santo ao redor do qual se produzia a romaria, podemos supor que fosse N. S. do Rosário, pois, segundo Katrib (2007, p. 83), a festa em louvor a esta santidade, que ocorre ainda hoje em dia, mesmo tendo um período para ser realizada no mês de outubro, possui festejos

paralelos por toda a cidade, principalmente na primeira tarde de domingo do mês de agosto, data em que a maioria dos ternos inicia os preparativos para o festejo. Desta forma, acreditamos que Paranhos se referia a esta festa e suas romarias, inclusive pela ausência de outra festividade religiosa no calendário da cidade que mobilizasse, e ainda o faça, a população local e regional como aquela que o cronista remete. Mas, além dessas festas, que mesclavam o mundano e sagrado, que outras práticas o cronista abordou?

### 1.3 O jogo do bicho

Abordando outras práticas culturais catalanas, na crônica “Jogo do Bicho”, Paranhos nos mostra o cotidiano das pessoas com ele envoltas, mas inserindo-a num contexto mais amplo, nacional. Partindo de sonho que tivera, que contou a uma senhora conhecedora desse jogo, e que o interpretou, como fazia com outros interlocutores, indicando o animal e o número a jogar (o cachorro no. 5, o jacaré, o macaco no. 17...), Paranhos nos indica seu âmbito de abrangência, do geral ao local, e grau de presença e importância na vida dos cidadãos:

Não há lugar, creio, em que o jogo do bicho, que já se tornara, como se tem dito, uma instituição nacional, seja tão animado como nesta terra. É o assunto forçado das conversações. Não se pensa e fala noutra coisa. O que se passa de bom ou de mau pelo mundo, a começar da nossa pátria, é por completo indiferente a este bom povo, cuja preocupação única – que felicidade! – é a **rodinha dos 25 números**, a qual funciona às tardes, infalivelmente, acelerando o palpitar dos corações (PARANHOS, 1972, p. 405, grifos do autor).

O cronista descreve como cotidianamente a prática ocorria e que lugar nela ocupava a figura de D. Eufrásia.

Enche-se de homens e mulheres, todas as manhãs, a casa de d. Eufrásia, a velha pitonisa. Vão contar-lhe os sonhos que tiveram à noite, a fim de que ela os interprete para o jogo. Há sonhos para todos os bichos, de maneira que todos eles são comprados diariamente.

– Já soube, d. Eufrásia, o bicho que deu?

– Deu o do meu palpite, exatamente.

É com essa mentira, repetida todos os dias, que ela vai mantendo a fama de que goza, de admirável interpretadora de sonhos, por mais complicados que sejam. (PARANHOS, 1972, p. 405).

Esse jogo, tão popular, que gozava de prestígio entre a população de nossas cidades, além de assunto nas rodas de conversas e de produzir forte emoção, acelerando “o palpitar dos corações”, logo paixão do povo, conquistava novos jogadores. Paranhos confessou que fora contagiado por essa prática. Ele, ainda que se declarasse como não jogador (“Eu não jogo”), conta que certa noite tivera um sonho apropriado para a borboleta e que resolveu jogar 10\$ no 4. Mas, embora confiasse no jogo que realizou com o cambista, fora entender-se com d. Eufrásia, que lhe deu seu “palpite”, aconselhando-o a jogar mais 10\$, para ganhar 400\$00. O fez e “fechou o número”, pois “tão certo estava de que ganharia”. Ficara “profundamente convencido” do resultado e foi esperar na janela, “ansioso pela notícia do jogo”, o cambista, que lhe trouxe grande decepção; dera a vaca, e seu vizinho foi quem ganhara. Portanto, considerou ser uma “mentira” a indicação daquela senhora, que gozava “a fama” de “admirável interpretadora de sonhos”, e que afirmava sempre dar “exatamente” o seu “palpite” (PARANHOS, 1972, p. 405).

Portanto, o jogo, que foi criado, em 1892, pelo barão de Drummond, fundador do Jardim Zoológico, no Rio de Janeiro, com a intenção de aumentar a frequência de pessoas ao lugar, com prêmio em dinheiro, sorteado a cada dia entre placas em que figuravam 25 animais (BENATTE, 2008, p. 66-70), já fazia parte da vida catalana. Mas, se o Barão criou o jogo para chamar a “concorrência a seu zoológico”, a prática se espalhou rápido pela cidade e pelo país, mesmo sendo vista pelas autoridades como “mal prejudicial” aos cidadãos e sua honra, tachada de “vício” e tornada “atividade ilícita”. Se Paranhos observa a indiferença do povo para com as questões pátrias e mundiais, Machado de Assis, já apontava o quanto esse jogo tornara paixão popular nacional, e, ironicamente, sugeriu chamar a atenção de todos aos interesses nacionais, cooptando o “bicho” com as práticas políticas. (BORGES, 2000, p. 55-6).

## 2 Metodologia

A investigação insere no âmbito da História Cultural das práticas e dos usos sociais, e tem como método rastrear temas do campo da cultura catalana nas crônicas do literato, acrescido pelo diálogo com autores desse viés historiográfico e que tratam questões que delas emergem. Nesse sentido, o diálogo entre as fontes documentais, os autores e textos que formam o suporte teórico e conceitual que nos dão sustentação, atrelado à nossa visão de sociedade, de história e do conhecimento, constitui o procedimento empregado, no qual contextualizar e historicizar os dados coletados é imprescindível a fim de perceber os significados coletivos neles depositados.

### 3 Discussão e resultados

Estudar as crônicas de Paranhos, inseridas no campo da cultura, pensadas como prática intelectual, e que abordam aspectos do cotidiano da sociedade catalana e da região, nos possibilitou perceber as interseções existentes entre as culturas ditas “letradas” e “populares”, pois, como nos aponta Chartier (1990, p. 134), é praticamente impossível rotular objetos ou práticas culturais de forma rígida e bipolar, exigindo do pesquisador “reconhecer as circulações fluidas, as práticas partilhadas que atravessam os horizontes sociais”. Nesse sentido, partimos dos pressupostos teóricos de Ginzburg (1987, p. 16-7), para quem o termo cultura, forjado numa concepção aristocrática e iluminista, foi usado para designar as ideias e crenças dos setores superiores da sociedade, que depois eram difundidas entre os segmentos subalternos, e agora extrapola a esfera das expressões artísticas, filosóficas e manifestações da dita alta cultura, definindo também um conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios do povo e empregado sem tal hierarquização. Assim, reconhece-se que as camadas sociais inferiores também possuem cultura. Se existe dicotomia cultural, há também circularidade cultural, um influxo recíproco entre a cultura dos subalternos e a hegemônica. Influências recíprocas que movem de baixo para cima e de cima para baixo. A cultura popular se opõe à cultura letrada, mas também mantém relações com ela, sendo filtrada pelos segmentos subalternos conforme seus valores e condições de vida, como a letrada, igualmente filtra aspectos da popular, havendo conflitos, mas outras relações entre elas. Destarte é que conduzimos análises particularizadas na busca de afastar de tais generalizações (GINZBURG, 1987, p. 21, 33) e consideramos aqui um conceito de cultura aberto e amplo, que abarca, indistintamente, as mais variadas manifestações das experiências humanas, na busca fugir de tais concepções autoritárias e reducionistas, afinando com os estudos antropológicos, com os quais a História Cultural estabelece rico diálogo.

### 4 Considerações finais

As crônicas de Paranhos, como produtos e bens culturais catalanos e regionais, são fontes para uma história da vida cotidiana da cidade e do campo, e da região, elucidando aspectos do vivido por meio de suas representações e constituem em ancoradouros da memória coletiva, ao abarcar momentos diversos de sociabilidades de seus habitantes e de outras práticas do dia a dia dos mesmos como os bailes, as festas públicas e romarias como de Nossa Senhora do Rosário e do Divino, sons e danças como o batuque, a cavallhada, a serenata e o jogo do bicho. No entanto, outros aspectos culturais podem delas ser pinchados, como acerca dos jogos esportivos internacionais, nacionais e locais de futebol e as superstições, que serão abordados em outra ocasião.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnb, 1987.
- BENATTE, Antônio Paulo. É bicho na cabeça. **Revista História Viva**, n. 54, p.66- 70, abr. 2008.
- BORGES, Valdeci Rezende. **Cenas urbanas: imagens do Rio de Janeiro em Machado de Assis**. Uberlândia: Aspectus, 2000.
- CANDIDO, Antonio. O Escritor e o Público. In: COUTINHO, A. (Org.) **A Literatura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986. p. 223-6.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- DIAS, Cleber J. **Cidades e cultura no Sudoeste goiano e Triângulo Mineiro nas crônicas de Ricardo Paranhos (1870 e 1940)**. 74 f. TCC (Graduação) – Curso de História, UFG/Regional Catalão, Catalão, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- KATRIB, Cairo M. Ibrahim. Espaços desvelados: a dinamicidade dos festejos do Rosário em Catalão-GO. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n. 21, p. 78-86, jan. 2007.
- MORAES, José G. V. **Cidade e cultura urbana: Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PARANHOS, Ricardo. **Obras completas**. Goiânia: Cerne, 1972.

## **Além dos mapas: a cidade como palimpsesto, memórias e vivências em Catalão (GO) a partir do escritor Braz José Coelho**

Ismene Fernandes da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Propomo-nos aqui a compreender a cidade como um palimpsesto de memórias, histórias e vivências de Catalão - GO. Para tanto, a partir das narrativas de Braz José Coelho, problematizamos a relação entre o lugar e a memória nas representações históricas das disputas de poder e de memórias privilegiadas em detrimento de outras. O que se tem aqui é um recorte do projeto de pesquisa desenvolvido no Mestrado Profissional em História, o qual tem como referenciais teóricos autores que trabalham conceitos de memória, cidade, lugares da memória, representação e práticas sociais. Nesse sentido, em consonância com os autores basilares sobre o assunto, compreendemos a cultura como uma teia de significados, segundo Geertz (1978). E da leitura do mundo como um texto a ser descoberto pelos vestígios encobertos, anteriormente, num palimpsesto, conforme o ideal de Pesavento (2004). Diante desse contexto de história, memória, cultura e os demais elementos que os envolve, percebemos o discurso em torno do monumento e, dependendo do grupo social, o discurso do escritor difere de discursos políticos na prática, como é o caso que será exposto neste artigo. Ademais, vemos que determinados monumentos não são preservados e os documentos deles estão com “famílias” e não partilhados publicamente.

**Palavras-chave:** Memória. Cidade. Palimpsesto de memórias.

---

1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História, Departamento de História e Ciências Sociais, professora na Rede Estadual de Educação do estado de Goiás.

## 1 Introdução

Para compreender a cidade a partir do palimpsesto de memórias, histórias e vivências de Catalão-Goiás a partir do escritor regionalista Braz José Coelho (2015), partimos da ideia de cultura como uma teia de significados, como propõe Geertz (1978), e a leitura do mundo como um texto a ser descoberto pelos vestígios encobertos, anteriormente, a partir da ideia do palimpsesto, conforme diz Pesavento (2004). Nesse sentido, utilizaremos, além dessas bases teóricas, autores variados que trabalham a memória, representação, apropriação, os lugares da memória e fundamentos de teoria da História, e ainda autores que trabalham a temática da cidade, especialmente como o *flâneur* e palimpsesto de memórias a serem raspadas, descobertas.

Partimos, inicialmente, das considerações do trabalho de Certeau (2002), que remetem à função do historiador e suas inquietações, em que ele se questiona sobre o que é a *História*, seu trabalho enquanto historiador, sobre o que ele faz, sua função e para quem é feito seu trabalho. A partir dessas considerações e das inquietações enquanto historiadores sobre a nossa cidade, sentimos-nos motivados a pesquisar o tema proposto.

Assim como ele, também nos interrogamos, diariamente, e acreditamos que partimos sempre de inquietações, problemas ou questionamentos dos discursos do lugar onde estamos e dali, para questões mais globais, pois, cultural e socialmente mantemos relações extremamente estreitas com o meio em que vivemos. Baseado nas ideias de Certeau (2002), Chartier (1990) afirma sobre a noção de lugar da “instituição histórica”, e a existência de um “lugar social”, onde os historiadores exercem sua atividade de pesquisa e formação educadora. Nesse sentido, a partir das contribuições dos autores mencionados, percebemos que o lugar que o historiador vive e exerce suas atividades teóricas e práticas é o seu lugar social. Segundo eles, ao produzir o discurso na história, o historiador toma o papel de sensor do que vai ser narrado e escrito, pois, ao produzir objetos de pesquisa, operações (recortes e processamento de fontes, mobilização de técnicas de análise específicas, construção de hipótese, procedimentos de verificação), ele seleciona o que vai ser feito a partir do objeto determinado e o que vai ser feito com ele.

Não nos agrada a ideia de sermos sensores, mas críticos e questionadores do que é estabelecido. Selecionamos, fazemos recortes, processamos as fontes, entre outras operações referentes às metodologias, todavia, dentro desse contexto, não podemos omitir os fatos históricos, pelo contrário, devemos fazer uma seleção prévia do que vamos abordar. As fontes, contudo, podem apontar para dados que não pensávamos trabalhar.

Quanto às noções de “lugar da instituição histórica e lugar social” da prática dos historiadores, isto é, onde eles exercem suas atividades de pesquisa e formação

educadora, a escola é um lugar privilegiado para essas atividades, embora não a única. Acreditamos também que o trabalho do historiador, inserido num lugar social, numa comunidade de características particulares que se deseja e se vê como progressista, mas encontra-se calcada em tradições, se faz extremamente necessário.

Na discussão sobre os lugares de memória, Nora (1993) procura fazer uma distinção entre memória e história. Para ele, a memória é vida e faz parte do fenômeno atual; instalada pela lembrança do passado, emerge do grupo que ela une e, por isso, é sempre viva, mas presa a determinados espaços sociais, culturais e temporais; história é o que não existe mais, é a representação do passado, que demanda análise e discurso crítico, ela é, nesse sentido, libertadora.

Para exemplificar o que foi mencionado até aqui, podemos destacar um dos episódios narrados por Coelho (2015, p. 79-81) sobre a *Matança dos Porcos*. A narrativa é representada e apropriada pelos diferentes grupos sociais, é uma memória que emerge e une um determinado grupo social, estabelecendo uma identidade. Ademais, além de memória, é também lembrança emergente do passado, que, da mesma forma, une um grupo social numa ação coletiva que teve impacto em suas vidas num espaço social, cultural e temporal específico. É um fato que não é pensado pelos memorialistas como uma representação social, que pode ser analisada de maneira crítica e libertadora das sombras que esse passado carrega, mas essa função cabe a nós, historiadores. Devemos aos memorialistas a questão de apontarem esse e outros episódios marcados no imaginário das pessoas em determinados períodos de tempo, entretanto, a análise crítica do contexto, suas representações e apropriações cabem ao historiador.

Percebemos assim que, na obra de Coelho (2015), o fato narrado foi um episódio que ficou marcado no imaginário social da cidade. Apesar da imprecisão da data e do contexto da crise econômica da maioria da população – especialmente dos moradores próximos às *mangueiras* – o fato foi muito bem retratado. O local mencionado pelo autor é apenas um dos lugares de memória dos habitantes da cidade, trata-se de um monumento vivo, que marcou a vida de muitos, de acordo com o escritor.

As imagens de monumentos, como ruas, praças, estabelecimentos comerciais, assim como os lugares onde estão edificadas, fazem parte do imaginário que os habitantes têm da cidade. Freire (1997, p. 90) lembra que podemos observar “como o termo *monumento* tem ganhado múltiplos significados e pode, na linguagem cotidiana, designar uma referência importante, algo que se destaca ou sintetiza alguma coisa” e, assim, reforça a importância que os monumentos podem ter no imaginário social.

Importante perceber que o discurso em torno do monumento, dependendo do grupo social ao qual pertence, é diferenciado. No caso, o discurso de Coelho (2015) difere, normalmente, da prática dos discursos políticos, quando vemos

que determinados monumentos, tidos como patrimônios oficiais da cidade, não são preservados ou os documentos referentes a eles estão nas mãos de “famílias” e não são partilhados publicamente. Isso é percebido, ao vermos que o discurso não é o mesmo das práticas, por isso propomos o trabalho de reflexão e questionamentos, além de pensar possibilidades possíveis para construir outros tipos de história, outros caminhos para sua produção.

Nesse sentido, existem várias possibilidades de trabalho, como as imagens sobre os espaços de memória, os escritores, os memorialistas, os monumentos tomados como patrimônios materiais ou imateriais. Artefatos sacralizados, depositados ou não no museu da cidade, tudo isso pode ser um ponto inicial para o trabalho com a memória coletiva de uma determinada sociedade. Diante disso, optamos trabalhar com as narrativas de Coelho (2015), portanto, nesta proposta, importa-nos o contexto histórico do passado e as relações que podemos fazer com o presente. Esse recorte é feito pelo escritor ao apontar possibilidades que vão além das histórias contadas por memorialistas.

Assim, refletimos, repensamos com as experiências passadas para compreender, entre outras coisas, como as classes populares se apropriaram e como representam alguns lugares de memórias em Catalão. E se existe uma memória, ela é vista como um patrimônio cultural e imaterial na cidade? Se ela existe, enquanto patrimônio, como ela é apropriada e representada pelos que estão no poder político e econômico de Catalão? Quais são as possibilidades possíveis para outros tipos de história, construindo outras, tendo como base esse conhecimento?

Sobre a noção de patrimônio, baseamo-nos na concepção de Jesús Marco Ataídes em *Cuidando do Patrimônio Cultural* (1997) ao dizer que:

O Patrimônio Cultural é constituído de bens culturais, que são a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual, material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural (ATAÍDES, 1997, p. 11).

Nessa concepção, o Patrimônio Cultural são as formas de vida dos grupos sociais, compreendendo também todas as suas práticas culturais passíveis de serem registradas.

## 2 Desenvolvimento

A partir das leituras e discussões iniciadas no programa de mestrado, percebemos a necessidade de alterar o foco e a temática do que foi proposto, inicialmente, no embrião desta pesquisa. Embora lidando com as memórias presentes

nos textos do Braz José Coelho, pensamos um trabalho além dos mapas e que pudéssemos trazer à tona as memórias ocultas ou sobrepostas no palimpsesto de nossa história catalana. Observando a cidade do alto, nem sempre é possível perceber suas tensões e conflitos, mas sabemos que elas estão presentes. Jogos de poder, disputas de memórias e seus espaços, disputas em relação ao que deve ou não ser considerado como monumento e patrimônio material ou imaterial. Nem tudo é visível, mas também, nem tudo está totalmente encoberto.

Percebemos que a história não possui apenas uma versão, uma percepção, um modo de vivenciar e contar os fatos, é preciso conhecer quem conta e como conta a história e, ainda, se não existem outras histórias além das que estão escritas, mas que estão registradas somente na memória pessoal de alguns, impregnadas no coletivo ou sobrepostas por outras. Dentro dessa proposta, a memória e a história estarão interligadas, sem que uma se sobreponha a outra, a memória como suporte para o trabalho investigativo do historiador, e a história evocando o documento da testemunha, no caso em cena, do escritor Braz José Coelho.

Assim, o autor busca uma realidade objetiva de um presente com situações de incômodo, indo ao passado para resolver questões do presente, como sugere Halbwachs (2003), entre outros autores que trabalham a relação entre história e memória. Também, pode ser vista como base, para a narrativa de Coelho (2015), as ideias de Pesavento (2004, p. 26), que define as pesquisas históricas da leitura do mundo como um texto a ser descoberto pelos vestígios encobertos, anteriormente, a partir da ideia do palimpsesto. No mesmo caminho, temos Geertz (1978 p. 15), que entende a cultura como um conceito dentro da semiótica, das teias de significados tecidos pelo próprio homem, “acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]”.

Tomando como base a análise da nossa história, podemos relacioná-la com o geral, o que chamamos história global, e a abordagem, em específico, como parte da análise da micro história, para, a partir dela ter uma compreensão da macro história. Para tanto, vamos buscar pistas indiciais em torno do objeto de pesquisa, apostando na multidisciplinaridade, de acordo com Braudel (1978), tendo em vista que ele diz que a história faz uma incursão em outras ciências sociais como a antropologia, sociologia, filosofia, psicologia, entre outras. Iremos, então, fazer um diálogo com nossas experiências urbanas pessoais e de imagens a partir das experiências de histórias de vida e análises dos textos escritos por Coelho (2015) sobre a cidade de Catalão.

Vale dizer que as imagens dos lugares e seus monumentos são construções históricas que revelam o imaginário cultural com suas teias de significados tecidos pela sociedade, e estes precisam ser descritos de forma densa, investigados pelos índices, pelos rastros deixados ou apagados, pelas evidências em seus palimpsestos.

tos de memórias, sobrepostas, para que possamos compreender o que seria esse nosso fenômeno urbano.

Acreditamos que o trabalho de observação do que está ao nosso redor, especialmente o lugar onde vivemos, é uma referência para analisarmos o que somos a partir da história que construímos ou não para nós e os outros.

### **3 Metodologia/procedimentos utilizados**

Para trabalharmos o tema proposto, utilizaremos bibliografias específicas que discutem a memória, a história e a cidade, além dos textos de Braz José Coelho, juntamente com algumas imagens e documentos da cidade entre 1959 e 2016, entre outros registros.

Partimos do pressuposto de Clifford Geertz (1978), ao falar da teia de relações simbólicas que tem significado para o grupo ou comunidade, e da proposta de Fernand Braudel (1978), que julga ser a história do “lugar” mais abrangente em termos referenciais. Esses autores sugerem-nos que a história parte das especificidades de determinado espaço no tempo que, apesar das suas teias de relações simbólicas, não estão isoladas no mundo, mas, pelo contrário, servem de base para um estudo maior, em outros processos e relações.

Geertz (1978) afirma que quando se trata de um estudo mais específico, não devemos tomar apenas um conceito como sendo o melhor, mas tomar um ou mais, de acordo com a necessidade, isso porque fazer uma “descrição densa” exige que procuremos procedimentos metodológicos não convencionais, como a busca por indícios que nem sempre são visíveis. Nesse processo de reflexão, embora o historiador dialogue com outras ciências sociais, o seu papel é essencial no sentido de ter que problematizar para compreender o objeto de pesquisa, é como um detetive que procura evidências, sinais nem sempre visíveis, para analisar o objeto de estudo. No caso em cena, o palimpsesto de memórias a serem raspadas para descobrirmos as memórias ocultas ou apagadas.

Sobre a ideia do detetive à procura de evidências e indícios sinalizantes, os historiadores remeteram aos pressupostos do italiano Carlo Ginzburg (1989/2007) que, embora não sendo historiador, contribuiu muito nessa área, tendo em vista que foi influenciado por Marc Bloch, da historiografia francesa dos *Annales*, entre outros historiadores na chamada Nova História Cultural. Assim, nossa abordagem parte de estudos da área da História Cultural, sobre a qual Sandra Jatahy Pesavento (2004, p. 118) afirma que: “Uma das características da História Cultural foi trazer à tona o indivíduo, como sujeito da História, recompondo histórias de vida, particularmente daqueles egressos das camadas populares”.

Concordamos com Pesavento (2004) nesse sentido e almejamos, também, construir uma história nesse molde, uma história em que apareçam os sujeitos das

camadas populares, dando voz aos que foram silenciados e excluídos do poder na sociedade. E a forma que encontramos para isso foi fazer essa análise a partir das narrativas de Coelho (2015).

Muito das temáticas de Coelho (2015) tem a ver com as memórias da cidade de Catalão, no livro *Sombras do Tempo*, estão presentes em crônicas da cidade, numa multiplicidade de histórias. Nessas histórias percebemos a abordagem do rural ligado ao urbano, as sociabilidades, os lazeres, os lugares de fronteiras da cidade que vão além do mapa físico, os lugares de memórias para recriar o imaginário da cidade com suas representações, as experiências de memórias, as noções de identidade/pertencimento, as mudanças, as transformações, o esquecimento.

Para Roger Chartier (1990, p. 17), existem lutas de representações entre os grupos sociais e estes inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” Nesse sentido, o autor diz, em outras palavras, que são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações” dos sujeitos no campo cultural e social. Analisamos que essas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e as resistências políticas, com as motivações e as necessidades que se confrontam no mundo humano. Nessas lutas de representações, as camadas populares “apropriam-se” de espaços por meio da memória.

Sendo assim, analisaremos esses lugares a partir dos estudos de Chartier (1990) sobre representação e apropriação da memória e os lugares dessa memória; e de Pierre Nora (1993), que se propõe a refletir sobre a noção de lugares de memória, o que visualizamos a partir das narrativas de Coelho (2015). Baseados nos textos desse escritor, além dos referenciais teóricos já mencionados, acreditamos que os escritores, nos seus textos revelam muito da sua época e do lugar em que vivem, dos lugares da memória e sua apropriação pelas camadas populares, mesmo que esses lugares sejam transformados ou apagados da memória pelos que estão no poder.

Quanto a essa ideia, remetemo-nos a Walter Benjamin (1994, p. 201) ao explicitar sobre a figura do narrador, em que afirma: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a narrada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. Nesse sentido, Benjamin (1994) faz uma importante reflexão sobre o desaparecimento do narrador na história das sociedades industriais e fala sobre a importância da narrativa, trazendo ricas observações sobre a sabedoria, informação e experiência.

Quanto ao que vai ser narrado pelo historiador, Le Goff (1992) estabelece que o que sobrevive do passado não tem a ver com o que é fruto do acaso, mas de escolhas. E estas, de acordo com a forma que os homens definiram seu processo de desenvolvimento; e o documento, de acordo com a escolha do historia-

dor, quanto ao seu objeto de pesquisa, daquilo que quer *fazer recordar, iluminar, instruir*, através da memória de um passado. De acordo com Le Goff (1992), o passado está sempre presente, mas, retomando a ideia de Pesavento (2004), do palimpsesto de memórias, ele pode estar oculto, silenciado, invisível ao olhar, encoberto, e é preciso raspar as memórias para descobrir a história que foi escrita anteriormente.

As memórias, por seu lado podem se constituir numa herança imaterial, de uma cultura peculiar que não pode ser tocada, mas é visível no comportamento sensível dos sujeitos sociais como aborda Geovanni Levi (2000)<sup>2</sup> no livro *A Herança Imaterial*. Tendo acesso a documentos de cartórios, mosteiros, e outros, Levi (2000) teve que perceber indícios e analisar determinados comportamentos da região na época para compreender seu objeto, percebendo a herança imaterial como base de determinados comportamentos.

A ideia de Le Goff (1992) do *monumento* como uma herança do passado e o *documento* como escolha do historiador, coloca sobre o ombro do historiador uma responsabilidade extremamente pesada. A carga seria a de que nós, historiadores, decidimos que heranças do passado irão tornar um documento, no sentido de “ensino”, para o presente ou a posteridade e como “prova” de uma determinada memória.

Segundo o mesmo autor, “Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (LE GOFF, 1992, p. 535). E a história tem a função de registrar as memórias, para que elas não se percam, assim como a identidade do grupo que se estabelece a partir das memórias que são individuais e perpassam o coletivo, ainda que seja no sentido de reforça-las, como afirma Maurice Halbwachs (1990 / 2003) ao dizer que a memória é coletiva. Mesmo que seja produzida pelo indivíduo, em determinado acontecimento, o fato produzido por ele pode ser lembrado e, dessa forma, passa a ser memorável, de acordo com o coletivo, e tem significados.

Em Coelho (2015) as lembranças aparecem nas narrativas e contribuem para a compreensão do estudo de lugares e pessoas que, apesar de serem consideradas comuns, são as que, realmente, fazem a história acontecer. Essas pessoas, por sua vez, estão inseridas num campo simbólico de imaginário social.

Para Bronislaw Baczo (1985), o imaginário social é um aspecto da vida social, em que seus agentes sociais se manifestam, coletivamente, na construção de um sistema simbólico comum ao grupo e tem por objetivo identificar certa representação do próprio ser e do coletivo. O imaginário a ser criado e estabele-

---

2 Levi (2000) aborda uma realidade peculiar de uma aldeia italiana, em que seus protagonistas apresentam comportamentos considerados atípicos em relação a outras comunidades estudadas.

cido por um grupo e seguido pelos demais é reforçado nos rituais simbólicos, na teatralização social dos valores.

Nesse sentido, percebemos que a discussão sobre o lugar está além dos mapas que visualizamos, além das sensações provocadas em determinados lugares que estão na memória e é retratada por poetas e memorialistas. Então, será que os grupos sociais sentem de maneira diferenciada, dependendo da relação que mantem com o lugar?

Vista do alto, por exemplo, a cidade pode ser vista como um museu a céu aberto, não no sentido de que ver o museu como algo estagnado, mas ir além das imagens que os edifícios, monumentos e ruas podem nos mostrar, os extras territórios da cidade não visível. Situados no alto de um dos morros que circundam a cidade, confrontando com a imagem dos mapas, podemos observar seus pontos de acesso e estabelecer mais questões a serem pensadas e investigadas: De quais grupos sociais a cidade é formada? Como foi essa formação e quais desses grupos fizeram parte dessa formação, efetivamente? Quais os lugares de encontro desses grupos sociais? Como isso acontecia e que tipos de grupos eram? Os limites espaciais convergem com os limites políticos/sociais/econômicos e culturais, e estes, se ligam ou se contrapõem?

Muito há de pensar, portanto, além das imagens e mapas, dos lugares de memórias que se tornam representação e práticas sociais de determinados grupos nas narrativas do memorialista Braz José Coelho, da relação entre o lugar e a memória nas representações históricas, das disputas de poder, das memórias privilegiadas em detrimento de outras. E, principalmente, de como vestígios foram encobertos, anteriormente, a partir de palimpsestos de memórias não percebidas, não contadas e não registradas.

Pesavento (2004) também reflete sobre a memória e o patrimônio urbano, analisando a cidade como um cronotopo, ou seja, como uma unidade de espaço e tempo que se dá a ler e ver. Nessa unidade de espaço e tempo existem relações sociais específicas dos variados grupos que compõem a sociedade catalana, que constroem uma intrincada teia de significados, de acordo com Geertz (1978), que precisa ser desvendada e compreendida, por isso a percebemos como um palimpsesto de memórias a serem desvendadas.

## 4 Discussão e resultados

Michel de Certeau (2002), ao falar sobre a função do historiador e suas práticas sociais, entende que o “lugar social” do historiador e suas práticas científicas é o lugar em que ele vive, sente, percebe e conhece. Assim, o historiador, apesar da ligação que mantém com o objeto, procura manter o olhar distante, crítico, analista e questionador em relação a ele.

Nesse sentido, propomos analisar lugares de Catalão, onde vivemos e convivemos diariamente, os lugares de memórias, ou monumentos que podem ser tomados como patrimônios, a partir de Coelho (2015) que interpreta o lugar com base nas suas memórias, no que lhe interessa e necessita preservar.

No começo do livro o autor deixa clara a necessidade de escrever, mas essa escrita, embora disfarçada de despreziosa, não é uma mera distração, é no sentido de organizar o pensamento e compreender suas memórias, como parte de uma história, a história da cidade de Catalão - GO da qual o autor faz parte.

Percebemos a cidade de Catalão revelada como um mundo a parte por Coelho (2015), em forma de crônicas, pensada a partir de alguns lugares de memórias e reveladas histórias encobertas nas camadas de memórias sobrepostas sobre essa cidade. O desenvolvimento desse núcleo urbano na ideia de “progresso” não apaga alguns lugares tomados como monumentos para esse autor.

Dentre os lugares tomados como monumentos, refletindo no dia do 150º aniversário de Catalão, em 20/08/2009, no segundo texto do livro, Coelho (2015) pensa a organização espacial da cidade. Tal organização não no sentido físico do espaço geográfico, mas no sentido emocional/sentimental que vai além desse mapa físico da cidade. Ele pensa no primeiro bairro da cidade, no significado/sentido das denominações dos mesmos.

Assim relata Coelho (2015, p. 9):

Naquele tempo a palavra *rua* possuía duplo sentido – *rua* enquanto espaço por onde transitavam pessoas, animais, cavaleiros, carroças, bicicletas, depois automóveis, jardineiras, caminhões; e *rua* na significação de bairro ou setor, palavras que praticamente não se usavam a não ser talvez na repartição dos Correios e Telégrafos. Por isso Rua da Grota, Rua do Pio, Rua do Marca Tempo, Rua do São João, Rua da Capoeira não eram constituídas por uma única rua mas o que hoje denominamos bairro.

Toda narrativa sobre bairros e as relações significativas que as pessoas mantêm com esses lugares são repletos de simbologias que vão desde símbolos (religiosos, morais, emocionais/sentimentais...) que marcam a vida social das pessoas ou das pessoas que ali moravam e por serem importantes para a comunidade as *ruas* (que nomeavam os bairros independente da nomeação política) tinham nomes típicos.

Nessa fala de Coelho (2015), está presente a ideia e a importância dos signos e baseados em Clifford Geertz (1978) percebemos a existência de uma “teia de significados culturais” dessa comunidade a ser decifrada, compreendida em suas simbologias, nos signos estabelecidos das teias tecidas e amarradas por e para essa comunidade.

Segundo Coelho (2015, p. 10) Catalão teve início com a *Rua da Grota*:

As pessoas mais velhas nos diziam que Catalão começara ali, na Rua da Grota, que ali era a parte mais antiga da cidade. Era a saída pra Goiandira e logo após a segunda grota ficava a Cruz do Antero, local onde ele morrera martirizado. Quando em época de seca forte, muitos das de solão espichado, as mulheres e as crianças rezavam ao pé da Cruz do Antero e lhe jogavam latas e baldes de água. Se a seca durasse mais tempo, subiam, em penitência, rezando e cantando músicas de louvores, o Morro das Três Cruzes e lá repetiam a operação de molhar os madeiros sagrados.

Durante o relato da *Rua da Grota* o autor pensa a presença das simbologias estabelecidas no imaginário da comunidade catalana. Os indícios, sinais dessas simbologias no imaginário estão muito presentes, basta observar que em torno de um homem brutalmente assassinado construíram a imagem do mártir/santo que no imaginário social poderia fazer o milagre de trazer a chuva.

Outra construção do imaginário, citado por Coelho (2015), é o caso do Morro das Três Cruzes, transformado na imagem simbólica do Monte Calvário, onde Jesus foi Crucificado e que diante de penitências, rezas e operação de molhar os madeiros sagrados a chuva cairia sobre a cidade.

Esse imaginário social em torno das sensibilidades de um ritmo mais regular e lento que lembra o sistema rural foi combatido a partir do estabelecimento do projeto modernizador no Centenário de Catalão.

Baseados nas leituras de Bronislaw Baczo (1985) percebemos que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, nesse imaginário a vida coletiva elabora sua identidade e a representação de si com suas crenças e códigos de conduta social.

O autor estabelece uma relação entre passado e presente revelando sua noção de como era a cidade e as mudanças pelas quais ela passou e como ela percebe a cidade hoje em suas transformações. Isso está presente na maioria dos seus textos, e esses mencionados são apenas uma amostra das narrativas em forma de crônicas que revelam lugares de memórias e o imaginário da comunidade catalana.

Sobre Braz José Coelho, nossa base documental, numa entrevista concedida a Wolney Honorio Filho (2011) em 2009.<sup>3</sup> Wolney afirma:

---

3 Essa entrevista foi realizada em 2009 e publicada em 2011 na SBHE, Comunicação Coordenada: Histórias de vida e narrativas autobiográficas, pesquisas e memória em educação, Eixo temático 8 - Fontes e Métodos em História da Educação.

O professor Braz fala pausadamente. Fala fundamentalmente usando palavras e mãos. Fala com as mãos, escrevendo. No final da entrevista, ao pegar a folha de rascunho, percebi ali um mapa da memória trançada. Ao falar escrevendo, ou melhor, desenhando, para seguir um palpite que ele mesmo deu, quando disse ter tido na infância facilidade com desenhos, caricaturas, Braz estabelece um canal de comunicação entre ele e seu passado. Isto é tão vivo na sua maneira de falar, de lembrar, que é possível dizer que sem esta prática de desenhar a memória, seria impossível lembrar. Ou seja, a lembrança estaria presa, subjugada a um detonador: o desenho, o rascunho, a escrita.

Para Honório Filho (2011, p. 6), que se baseia nas ideias de Josso (2006), o desenho/imagem estabelece um canal de comunicação entre o narrador e seu passado, onde ele é objeto e sujeito de sua própria narrativa histórica:

Desgarrado de si, o sujeito se modifica ao tramar a sua própria história. E tramar a sua própria história é dar sentido à própria vida. É inventar-se contraditório e transitoriamente as interações sociais, biológicas, psíquicas que o indivíduo experimenta.

As interações do sujeito que ao mesmo tempo é objeto de sua narrativa ao narrar a história não só consegue dar sentido a sua vida mas também estabelece uma comunicação e interação com o passado do qual vivenciou. Nesse processo ele constrói um mapa afetivo ao relacionar o passado com o presente a partir dos lugares de memória.

Nesse sentido, construindo um novo mapa afetivo dos lugares que tem significado, o mapa afetivo vai muito além do mapa urbano visualizado por alguém que olha a cidade pela primeira vez, ou que a vê cotidianamente e não se atenta para além das imagens e seus significados.

Tomando como referência o que nos revela Coelho (2015) das imagens visualizadas do mapa urbano podemos questionar a ocultação de determinados lugares que despertam sentimentos, que denominamos de lugares de memórias e baseados nos estudos de Pierre Nora (1993) normalmente tendo um monumento como referência de algo que já não é mais.

Nesse momento, optamos trabalhar com as narrativas de Coelho (2015) e, diante disso, o que nos importa é o contexto histórico do passado e as relações que podemos fazer com o presente, uma vez que, assim, podemos fazer emergir algo do palimpsesto de memórias. Para tanto, o escritor aponta muitas possibilidades que vão além das histórias contadas por memorialistas.

## 5 Considerações finais

A imagem visualizada do monumento transformado faz parte de uma memória, no sentido de herança, algo herdado, e está vinculada à memória estabelecida no lugar, a partir do significado que desperta em quem a visualiza. A imagem pode ser alterada, mas, a sensação que provocou permanece nos sentidos através da memória que se tem do monumento que era e de quem o visualiza. O que não percebemos dessas memórias vai muito além dos mapas.

Assim, compreendemos que, no processo de pesquisa, o documento não serve apenas para dar credibilidade à historiografia coletada, mas também como *desafio da interpretação das lacunas que o documento apresenta*, das ausências dos documentos para investigar determinado fato. Sendo assim, é preciso que partamos para a imaginação, para que as faltas sejam supridas. Diante disso, procuramos perceber o que nos apresenta o imaginário social de Catalão e os vestígios apontados nas narrativas de Coelho (2015) das memórias da cidade para compreendermos o palimpsesto de memórias sobrepostas.

## Referências

ATAÍDES, Jésuz Marco; **Cuidando do Patrimônio Cultural**; Goiânia; UCG; 1997.

BACZO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmundo et al. **Antropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BENJAMIN, Walter. O narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. RJ: Editora Brasiliense, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das cidades: um percurso. In: **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Marcos Cezar de Freitas (Org.). São Paulo: Contexto, 2003.

CERTEAU, Michael. Operações Historiográficas. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações, memória e sociedade**. Lisboa: Difel, 1990.

- \_\_\_\_\_. Construindo Pontes: a prática etnográfica no campo da educação. In: DAYRELL, J. (org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- COELHO, Braz José. **Sombras do Tempo**. Catalão: Kaio Gráfica editora, 2015.
- FERRARA, Lucrécia D' Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Celia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os movimentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC- Annablume, 1997.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- HONÓRIO FILHO, Wolney. In: **SBHE, Comunicação Coordenada: histórias de vida e narrativas autobiográficas, pesquisas e memória em educação**, Eixo temático 8 – Fontes e Métodos em História da Educação, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- LEVI, Geovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos do passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços**. n. 11. UFSC, 2004.

## Consciência histórica, memória e teatro: saberes e práticas pedagógicas

Maria Helena Gondim Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto tem por finalidade apresentar a utilização do teatro como possibilidade metodológica interdisciplinar para discutir questões que envolvem conteúdos trabalhados no ensino de História e disciplinas afins, em sala de aula. Através do teatro, as aulas de História podem se tornar mais dinâmicas, divertidas e, como experiência vivenciada, favorecedoras do convívio entre alunos e professores. Para dar sustentação a essa perspectiva, é necessário analisar alguns conceitos como consciência histórica e memória, em sua relação com a prática teatral, a qual nos permite transitar entre o individual e o coletivo.

**Palavra-chave:** História. Teatro. Memórias.

Este texto pretende desenvolver reflexões a partir dos conceitos de consciência histórica, a memória como reconstrução do passado e o ensino de História, a partir da possibilidade do uso do teatro, com os objetivos de ampliar e experimentar uma prática pedagógica coletiva. A partir de nossas inquietações, surgem dilemas relacionados a como estudar história com prazer e como aproximar os conteúdos históricos no cotidiano dos alunos. Desta forma, pensamos na arte da representação como metodologia para desenvolver conteúdos históricos em sala de aula e em vários espaços da escola. Nosso entendimento é que o nosso papel como professor é também despertar o interesse e a análise crítica da História, construindo novos caminhos de comunicação com os estudantes.

---

1 Mestranda do Programa de Pós Graduação em História – Mestrado Profissional da UFG – Regional Catalão. Contato: leninhagondimalmeida@gmail.com

Nessa perspectiva, Vasconcelos (2011, p. 3) afirma que

A arte, como um universo de expressões e transgressões, demonstra ao longo dos séculos, que é possível transformar a vida humana a partir de uma mudança pessoal. A experiência estética favorece ao indivíduo o reconhecimento das diferenças, das semelhanças, dos contrastes e conflitos, possibilita múltiplas leituras, diferentes interpretações e dessa forma, vai nos permitindo assumir uma atitude criativa diante da vida. A arte sempre propõe a (re) significação da realidade.

O teatro é uma maneira de elaboração de ensino e aprendizagem e, por isto mesmo, pode ser trabalhado na escola, no sentido de promover o intercâmbio entre uma forma institucionalizada de ensino e uma prática social que também implica possibilidades educativas. Nesse sentido, o ato de encenar os processos históricos auxilia o aluno a aprender com criatividade e curiosidade. Mostrar isso é o principal objetivo deste artigo, que deriva de nossa pesquisa em desenvolvimento.

É importante ressaltar que a escola é um espaço de conhecimento, que coexiste com outros lugares e modelos que oferecem aprendizagem. Segundo Guimarães (2012, p. 63),

[...] o professor não está sozinho diante dos saberes. Ele se relaciona com alunos que trazem consigo saberes, valores, ideias e atitudes. A consciência histórica do aluno começa a ser formada antes do processo de escolarização e se prolonga no decorrer da vida, fora da escola, em diferentes espaços educativos, por diferentes meios.

Se, por um lado, por causa de novos recursos como internet, vídeos, tabletes, televisão, o papel do professor como detentor do conhecimento diminuiu, por outro lado, sua função como indivíduo de referência se ampliou. As crianças aprendem muito antes de ingressarem na escola, no entanto, aquilo que o professor ensina pelo exemplo humano, nenhum desses recursos pode substituir.

O diálogo com alunos e professores é uma necessidade básica no ensino de História, no exercício do pensamento crítico. Por isso é importante que os professores sejam sujeitos produtores de conhecimento e não meros reprodutores do conhecimento. Desta forma, o ensino de História não pode ser desvinculado da pesquisa, visto que “A teoria da história é, pois, aquela reflexão mediante a qual o pensamento histórico se constitui como especialidade científica” (RÜSEN, 2010, p. 26). Como todo pensamento histórico inclui elementos teóricos, é necessária uma reflexão sobre a história como uma atividade intelectual.

Nesse sentido, é relevante analisar e entender as diversas teorias que envolvem o conhecimento histórico e salientar o caráter científico do trabalho do historiador. Ao dar sentido à experiência do passado, tornando-o presente, os historiadores seguem regras e métodos da ciência, visto que o “A razão científica ingressa no significado de uma história na qual a experiência do passado possua sentido para o presente” (RÜSEN, 2010, p. 76). Ao narrar uma história, a historiografia recebe o selo da cientificidade nos conteúdos apresentados.

De outra maneira, ficando meramente formal-abstrata, permaneceria fora do que interessa aqui, que é a orientação histórica da vida humana prática”. Ela precisa inserir-se nos conteúdos da experiência histórica, refletir-se neles ou transparecer neles, de modo a tornar-se efetivamente parte integrante da história narrada (RÜSEN, 2010, p. 76).

Essa afirmação do autor permite dizer que a teoria da história deixa clara a relação da ciência da História com a vida prática do seu tempo. E isso não é difícil de compreender, porque, ao intensificar sua função didática, ela orienta os resultados cognitivos da ciência da história para os processos de aprendizagem da formação histórica. Dessa forma, a função orientadora que o conhecimento histórico possui, origina-se das carências de orientação da vida prática. Podemos dizer, baseando-nos em nossa pesquisa, para o aprendizado histórico dos adolescentes, é necessário que os métodos estejam conectados com a comunicação. E é nessa comunicação, acreditamos, que se forma a consciência histórica.

Nesse contexto, pela pesquisa(ção) inspirada na teoria de Rüsen (2001, p. 47),

O trabalho de reflexão realizado pela teoria da história no âmbito da historiografia busca, pois, preservar o progresso do conhecimento, obtido na pesquisa, nas formas empregadas pela historiografia para transmitir os resultados dessa mesma pesquisa.

Ainda segundo Rüsen (2001, p. 47), “Os resultados da pesquisa, na historiografia, não devem cristalizar-se em uma imagem definitiva dos tempos passados, pois perderiam o traço característico da racionalidade que os produziu.” Observamos que a teoria da história não tem uma concepção única de analisar o passado.

Percebemos que a pesquisa não é meramente para formação e qualificação da prática docente, mas é também uma postura política na emancipação e transformação social, seja no espaço acadêmico ou na educação básica. A investigação histórica é estratégica para a formação crítica dos sujeitos, tendo como objetivo trabalhar os interesses cognitivos e científicos, através da busca, da inquietação, e, em nosso caso, a partir de um estudo que tem como meta

uma aplicação prática na sala de aula, haja vista nossa intenção de usar o teatro como metodologia de ensino.

A pesquisa é um processo cognitivo governado por regras. Os historiadores sempre buscam saber mais sobre alguma coisa, investigando o passado para que possamos entender o presente. Dessa forma, como afirmam historiadores das mais diferentes perspectivas teóricas, a história é um conhecimento em construção, é parcial, é provisória e não estabelece verdades definitivas.

De acordo com Rüsen (2010), não há certeza se hoje os estudantes e professores aprendem o que é método, porque, segundo ele, os livros não apresentam corretamente o método histórico, e o primeiro passo metódico de pesquisa é uma pergunta; no último, uma resposta. Temos uma tradição metodológica em nossa ciência. E essa é a solene garantia do conhecimento produzido pelo historiador profissional com sua competência para a pesquisa histórica. Para as nossas pretensões de verdade, o que nós apresentamos como o passado interpretado é superior a todas as outras formas de conhecimento do passado, ou seja, a criação do sentido histórico, mas esse também está no conjunto da percepção de uma flexibilidade do conhecimento produzido hoje, já que amanhã novas interpretações e afirmações serão possíveis com novas pesquisas.

Segundo Rüsen (2010), a autorreflexão pertence ao trabalho cotidiano de qualquer historiador, elemento vital no dia a dia da ciência, servindo para pensarmos que o processo de fazer história não se dá sem uma profunda reflexão sobre a subjetividade do historiador, ou seja, seu ponto de vista pessoal, de acordo com influências adquiridas ao longo da vida e suas práxis.

Para Rüsen (2010), as reflexões estão concentradas na teoria como princípio da ciência da história e na teoria que reflete sobre este princípio, em sua relação direta com a ciência da história. Na primeira, demonstra que o olhar dos historiadores passa dos objetos a seus princípios, como eles surgem e para que são tematizados. Já a função prática está presente nos diversos campos de atividade do historiador, por exemplo, a argumentação, a reflexão do pensamento histórico sobre os fundamentos do seu próprio trabalho prático. O autor (2010) enfoca que a teoria vai além do trabalho prático do historiador, ela é necessária sempre que se trata de fundamentar, justificar ou modificar o trabalho prático e articula-se com a autorreflexão do pensamento histórico.

A competência científica especializada constitui-se quando os diversos campos do passado humano são investigados e os processos históricos expostos, mas sempre em campos particulares da pesquisa e da historiografia. Deve-se relacionar cada ponto examinado em princípio a um todo abrangente. Sendo assim, o historiador deve ter competência especializada e a noção do todo, tal como postula Rüsen (2010)

Desta forma, pode-se entender o passado e se tornar apto para explicar o presente e construir uma possível expectativa de futuro. Essa relação entre pas-

sado presente e futuro é essencial para se conceber a consciência histórica, que é, sem dúvida, muito complexa.

Podemos observar também que as lembranças como reconstrução do passado são provocadas e estimuladas pelo presente.

Para Halbwachs (2006, p. 61),

As leis naturais não estão nas coisas, mas no pensamento coletivo, enquanto este os examina e à sua maneira explica suas relações (A partir daí compreendemos melhor que a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas). Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior.

Esse reconhecimento de memória coletiva marca a inversão de perspectiva numa inversão construtivista, não se tratando mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas como se tornam coisas. Em outras palavras, é necessário fundir, reunir nossas lembranças individuais com outras pessoas para juntos evocarmos fatos passados e torna-los coletivos.

Já o autor Michel Pollak (1989) concorda que a memória é uma construção social, tanto Pollak (1989) como Halbwachs (2006), definem a memória como um fenômeno coletivo. Porém, Pollak (1989), afirma que o indivíduo é capaz de formar e acessar memórias, participando da construção das lembranças dos grupos e constrói suas próprias recordações.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes (divergentes) nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 3),

Pollak (1989) cita o exemplo dos sobreviventes dos campos de concentração. Muitos da comunidade judia mantiveram o silêncio sobre o passado, para não provocar o sentimento de culpa que as próprias vítimas podem ter ocultado no fundo de si mesmas.

É sabido que a administração nazista conseguiu impor à comunidade judia uma parte importante da gestão administrativa de sua política antissemítica, como a preparação das listas dos futuros deportados ou até mesmo

a gestão de certos locais de trânsito ou a organização do abastecimento nos comboios.

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem elas também guardar silêncio (POLLAK, 1989, p. 4).

O silêncio tem razões bastante complexas. “Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p. 4).

Os deportados encontraram essa escuta, mas, na reconstrução do pós-guerra, sentiram a necessidade de silenciar os horrores dos campos de concentração por terem vividos experiências traumáticas. Para alguns sobreviventes é significativo relatar suas memórias, mesmo que sejam traumatizantes, enquanto outros necessitam esquecer por um tempo.

A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais. Quarenta anos depois convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio: no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento (POLLAK, 1989, p. 4).

Podemos dizer que a memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. No texto intitulado O Esquecimento, Ricoeur (2014) inicia sua narrativa com uma vasta erudição, vasculhando a problemática do esquecimento em pé de igualdade com a memória e a história. O autor trata o esquecimento como par da memória, como parte de uma fenomenologia que busca entender e explicar a ambos. Trata também da epistemologia da História visando o estudo científico e explicando os problemas relacionados com a crença e o conhecimento do passado, sua natureza e limitações.

Ricoeur (2007) aponta também a distinção entre a abordagem cognitiva e pragmática. A primeira, a memória, tem a ambição de representar fielmente o passado. A segunda refere-se ao lado operatório da memória, seu exercício de uma memória feliz, mas também de usos e abusos de repertoriar, reunir vários exemplos de textos, leis, documentos para conseguir uma compreensão com maior profundidade.

O esquecimento desperta a própria dúvida sobre o passado, a saber, a falta de confiabilidade da memória; o esquecimento é o desafio oposto à ambição de

confiabilidade da memória. Nesse caso, existe a dialética de presença e de ausência da representação do passado, ao que se acrescenta o sentimento de distância próprio à lembrança, pois nem sempre é possível trazer ao presente, com profundidade, a lembrança passada.

Ricoeur (2007) explica a noção de rastro mnésico que resulta no destino da primeira forma do que seria um esquecimento profundo, o esquecimento por apagamento dos rastros, das experiências do passado. Mas também faz pensar que muitas lembranças, como as lembranças de infância, não foram apagadas, mas apenas tornadas indisponíveis, o que leva a dizer que esquecemos menos do que acreditamos, ou seja, há um esquecimento de reserva que pode ser solicitado a lembrar desde que tenhamos a possibilidade de recorrer a outros, a marcas de memórias, a elementos que podem romper com o esquecimento. Entendemos que, para ativar a lembrança, é muito importante a “revivescência das imagens” no momento do conhecimento. Ou seja, há esquecimentos que não são definitivos, pois, se achados, seus rastros os mesmos podem ser suplantados pela lembrança que se alicerça nesses rastros.

Ricoeur (2007) faz também a confrontação do saber neurológico com a dialética da imagem mnemônica utilizadas para auxiliar o processo de memorização. A posição do autor como filósofo, perante as neurociências, não é no plano de uma ontologia monista (parte da filosofia que estuda as propriedades mais gerais do ser) ou dualista (coexistência de dois princípios - corpo e alma), mas no de uma semântica das palavras nos discursos mantidos, por um lado, pelas ciências neuronais, e, por outro, pelos filósofos que reivindicavam a tripla herança da filosofia reflexiva francesa.

Para Ricoeur (2007), a historicidade é muito importante, porque para o filósofo é difícil pensar a história sem pensar em suas dimensões como construção do conhecimento, não é necessário dizer ao filósofo que a história é construída, como é necessário explicar a outros profissionais de outras ciências. Para o filósofo, é evidente que a consciência e a memória são partes de uma construção que dá identidade ao ser humano e, como tais, são negociáveis ao longo do tempo e no momento em que se fixam como conhecimento.

Memória é uma maneira de tentar manter vivo um evento. A memória se fixa de acordo com o emocional. A memória resgata, conserva, estimula e alimenta amores e ódios, vinganças, mas também é um dos combustíveis da história. É nessa tensão da memória dos eventos, a consciência dessa memória e a seletividade que se dá nesse tipo de fonte, que Ricoeur (2007) trabalha também com o conceito de esquecimento. O que escolhemos esquecer? Esquecimento é sinônimo de perdão? Quando contamos algo, como selecionamos as memórias? Quais validamos? Quais invalidamos? A quem perdoamos na hora da narrativa histórica? Como escolhemos os vilões? Como escolhemos os lados? Esses são temas filosó-

ficos importantes para a filosofia da história, mas também para a filosofia em si, para se pensar como é que o ser humano constrói sua experiência nesse mundo e como nós trabalhamos nos diferentes níveis de consciência.

Nessa perspectiva, da relação entre memória e história, vamos refletir um pouco sobre o trabalho dos professores em sala de aula. Sabemos, ou deveríamos saber, que o aluno deve sair do ensino fundamental com um modelo cognitivo altíssimo, e História, Geografia, Línguas, Arte e demais disciplinas são fundamentais para o conhecimento do mundo. Podemos dizer que uma pessoa com alto desenvolvimento cognitivo é a pessoa que tem poder na sociedade contemporânea. E, para isso, o aluno não pode ser repetidor do que o professor ensina.

Na reflexão de Paulo Freire (1996), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, por isso o professor e também a escola devem dialogar com os alunos, com suas experiências de vida, relacionando-os com os conteúdos curriculares. Nesse sentido, por que não discutir problemas relacionados a escola pública, cidadania, preconceito, questão de gênero, exploração do sistema capitalista, classes consideradas de baixa renda, violência e tantos outros? O importante na aprendizagem é estabelecer relações entre o que o aluno já sabe e o que é proposto nos programas curriculares, interferindo pedagogicamente, valorizando a nossa maneira de estar no mundo, para que os alunos se sintam como seres históricos que têm a capacidade de interferir no mundo e na realidade vivida.

Nesse sentido, a encenação no teatro é riquíssima, porque faz parte de nosso jeito de ser e estar no mundo. Às vezes, o professor fica focado apenas na forma tradicional e, através do teatro, as aulas de história tornam-se mais dinâmicas e até mais divertidas, e, por isso mesmo, despertando mais interesse e mais adesão dos alunos às problemáticas e discussões sobre o passado. O teatro também melhora o convívio entre os alunos e professores, trabalha a criatividade deles, além de descentralizar o saber do professor.

Nesse sentido, podemos destacar a importância dos jogos teatrais com exercícios de sensibilização motora e sensorial, por meio dos quais o participante é instigado a olhar sobre diferentes realidades. Sua linguagem ajuda no aprendizado sobre nós mesmos, nossas relações com o cotidiano, a história do país, e a despertar as capacidades criadoras dos alunos, de modo que estes se sintam cativados para a prática teatral representando os conteúdos históricos em sala de aula.

Ao falarmos de teatro, não podemos nos esquecer do trabalho com gestos, atitudes e corporeidade. Durante o processo desse trabalho, que acontece no coletivo, é necessário que o professor e alunos trabalhem com a construção do figurino, cenografia, entre outros aspectos que fazem parte do representar teatral. O que nem sempre ocorre de forma harmônica e maravilhosa, mas também através de conflitos, de acordos em grupos, de becos sem saídas, de retomadas, de rei-

nícios, de buscas de caminhos. É importante que o aluno viva o teatro no seu processo de formação.

Enfim, nenhum processo de construção ocorre como se ele fosse harmonioso o tempo inteiro. A construção do grupo é realizada no coletivo, e na pedagogia do teatro é necessário revolucionar os conceitos do teatro tradicional. Na escola, é necessária a busca de outros espaços no fazer teatral como salas de aulas, corredores, escadas, pátios, áreas verdes. É possível, em todo lugar, fazer teatro e construir um espaço que revele a autonomia daquele grupo, que, não necessariamente, tem que imitar o modelo de encenação do teatro espetáculo.

Nossa proposta de trabalho poderá contribuir para a ampliação temática e metodológica do ensino de história. O desenvolvimento da pesquisa-ação em curso parte de uma ação em sala de aula para desenvolver uma pesquisa que aponte caminhos para o ensino/aprendizagem, possibilitando, assim, a produção de conhecimentos que contribuirá para a reflexão dos saberes e das práticas de ensino de história.

É importante ressaltar que os professores de História têm um papel fundamental na formação da consciência histórica dos alunos por meio da ampliação da relação ensino/aprendizagem, bem como por meio da incorporação de diferentes linguagens no processo educativo. Por isso, é importante indagar sempre como viabilizar e potencializar aulas com mais alegria, com mais corpo, para despertar o interesse e o desejo de nossos alunos pela busca do conhecimento.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar alguns aspectos relacionados ao trabalho desenvolvido com alunos do 8º ano, da Escola Municipal Professor Domingos Pimentel de Ulhôa, em Uberlândia (MG), no ano de 2015, sobre a possibilidade de encenar os temas próprios deste ano de ensino, entre eles: Independência do Brasil, a Conjuração Mineira, Baiana, a vinda da Família Real para o Brasil, a Revolução Pernambucana e a Regência de Dom Pedro I. Todos esses temas foram divididos em grupos, mediante escolhas dos próprios alunos.

Após a realização de discussões e pesquisas referentes às temáticas, as apresentações foram desenvolvidas com os alunos em sala de aula. Mesmo não tendo experiência em teatro, os alunos fizeram a concepção e conduziram eles mesmos a direção das encenações. Nesse caso, o professor “joga a bola” para os grupos e sai de cena como diretor. O grupo escolheu o tema de forma aparentemente democrática. Isso porque o professor fez uma seleção prévia dos temas, atentando-se para o currículo a seguir, ou seja, mesmo que o professor tenha uma certa liberdade para trabalhar em sala de aula, o currículo da instituição exige seguir um programa pré-estabelecido.

Os grupos reuniram-se em suas casas, na escola, no tempo destinado às aulas de História, na sala de informática, e, assim, vídeos e encenações foram sendo criados e apresentado em sala de aula.

Experimentar nossas vivências em sala de aula é uma forma de encontrar brechas para potencializar o aprendizado em História, com a intenção de dialogar com o presente e o passado, de modo a perceber o quanto um e outro são inseparáveis. Para isso, deve-se pensar em aulas contagiantes com a intenção de modificar o que está dado.

Posteriormente, após as encenações, fizemos um debate sobre as percepções dos alunos com relação as atividades desenvolvidas em sala de aula, e estes conseguiram mostrar, por meio de seus depoimentos e textos, que compreenderam os momentos históricos estudados, inclusive com mais encantamento, embora as relações pessoais em alguns grupos tenham sido em alguns momentos conflituosas.

Percebemos que as encenações teatrais foram mais produtivas do que atividades do livro didático. Entendemos a importância de proporcionar formas alternativas de conhecimento, tentando romper com o ensino individual e priorizar a aprendizagem coletiva. Isso porque acreditamos que as ações coletivas partem do conhecimento crítico e reflexivo, com o objetivo de levá-los a lidar com realidades complexas e em mutação, como são nossas sociedades contemporâneas.

O nosso papel como professores é despertar o interesse e análise crítica da história. Por isso, faz-se necessário implementar alternativas de comunicação com os estudantes, utilizando não somente o conteúdo curricular proposto, mas também os saberes dos alunos, o corpo, os sentidos, como meios de aprendizagem e de avaliação sobre o processo.

Segundo Rüsen (2010, p. 26),

Autorreflexão, como retorno ao processo cognitivo de um sujeito cognoscente que se reconhece reflexivamente nos objetos de seu conhecimento, é por certo um assunto que pertence ao trabalho cotidiano de qualquer historiador. Basta olhar para a própria práxis para se ver onde e como se pode alçar acima dela, tomando-a como base, refletir sobre ela, lidar com ela para constatar que a autorreflexão é, com efeito, um elemento vital no dia a dia da ciência.

O fio condutor é a reflexão, o pensamento histórico sobre seus fundamentos, o que emerge do trabalho prático do próprio historiador. A teoria vai além do trabalho prático, sendo ela necessária sempre que se tratar de fundamentar, justificar ou modificar o trabalho prático. E isso é fundamental para quem está atuando em sala de aula.

Ao entendermos o passado, nos tornamos aptos a explicar o presente e a construir uma expectativa do futuro. Essa relação entre passado, presente e futuro é essencial para se conceber a consciência histórica, e assim o tempo experimentado faz sentido.

De acordo com Rüsen (2010), o ensino de História nas escolas exige dos professores uma competência que muitas vezes não coincide com sua especialização em História. Todo professor, para que seja bem-sucedido em seu trabalho, deveria, a nosso ver, conciliar pelo menos duas vocações em suas práxis - a especialização que adquire e a de ensinar. A didática da História é uma questão central para que crianças e jovens aprendam História. Cada método pedagógico tem uma resposta diferente a essa questão. O aprendizado de História não ocorre apenas no ensino, mas nos mais diversos e complexos contextos da vida concreta dos aprendizes, nos quais a consciência histórica desempenha um papel relevante, mesmo porque a História pode ser aprendida dos mais diversos modos e com os mais diversos conteúdos. Fundir a Didática com a Teoria da História é fundamental porque ambas estão intimamente interligadas.

Como o pensamento histórico pode realizar essa sua intenção na vida prática, e por força de sua constituição científica, é a questão central da “didática” como parte sistemática integrante da teoria da história. O termo “didática” indica que a função prática do conhecimento histórico produz efeitos nos processos de aprendizado (RÜSEN, 2010, p. 87).

O aprendizado histórico corresponde ao aumento da experiência no quadro de orientação da vida prática. Para isso, é necessário que a consciência se abra a novas experiências e a novos saberes com o objetivo de problematizar e modificar os modelos habituais de interpretação. É isso exatamente que o teatro parece ter provocado nesses alunos: a consciência de que têm história, de que o homem, o país, eles mesmos têm uma história, e essa, seja como for contada, coloca-os no mundo.

Acreditamos que uma aula deve ser dotada de sentido, significado e aprendizado, que seduza, que instigue, que provoque reflexão, enfim que dialogue com o aluno.

Conforme ensina Ricoeur (2007), a história da memória é a primeira relação com o passado, sem a memória jamais saberíamos que ela ocorreu. A memória é do passado, mas pode ser atualizado via representação teatral, como construção de sentido. O autor (2007) afirma também que a estrutura que assegura a transição da memória à história é o testemunho de alguém que diz ‘isso se passou assim’. A memória coletiva coloca-se sob a mesma lei de testemunho que a memória individual.

Assim, o papel do ensino de história e da memória na construção da identidade possibilita situar o aluno no momento histórico em que vive. O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, contribui para situá-lo historicamente, em sua formação intelectual e social, a fim de que seu

crescimento social e afetivo o desperte para o sentido de pertencer a um grupo social, a uma sociedade e a um passado comum, e por isso a memória é a base da identidade. E é pela memória que se chega à história do país, da comunidade local, da família, enfim, do mundo.

Apesar de o Currículo Escolar (2011) ser extenso, é preciso abrir espaço a novas possibilidades pedagógicas e o teatro é um dos caminhos possíveis para dar um tempero a mais nas aulas de História, mesmo porque as representações sociais por meio do teatro possibilitam uma aprendizagem significativa para o estudante.

O teatro na educação é um espaço a ser conquistado. Embora existam educadores que acreditam na força que o teatro tem para promover a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, ainda há um grande número de escolas que não dão o devido valor ao exercício teatral no processo educativo e potencializando no educando a produção de sentidos e significados.

Desta forma, o saber pode ser compartilhado e absorvido com sabor na prática do dia a dia. Afinal, a história é feita de cores, de paixões e de odores, sensações que, sem dúvida, não podem ser captadas unicamente pelas faculdades mentais, mas, também, por gestos, atitudes e corporeidade.

## Referências

- ARANTES, Luiz Humberto. Fazedores teatrais: cultura e memória. In: MERÍSIO, Paulo e CAMPOS, Vilma. *Teatro, ensino teoria e prática*. Uberlândia EDUFU, 2011, p. 23-30.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- HALBWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.
- KOUDELA, I. D. *Percursos da arte na educação*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9TigyEiS0eg>. Acesso em: 26/01/2016.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 3-15.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al]. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 423-462.

- RÜSEN, J. **Razão histórica**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão 2010, 194 p.
- RÜSEN, J. **História Viva**: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins- Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2010, 160 p.
- RÜSEN, J. **O que é meta história**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rOpYAWMcQxw> Acesso em: 21/01/2016.
- SANTOS, Neusa Raquel de Oliveira e FARIA, Moacir Alves de. Jogos Teatrais na Educação: Um Olhar para uma Prática Libertadora. In: **Revista Eletrônica. Saberes da Educação** – Volume 1 – nº 1 – 2010.
- SILVA, Marcos. FONSECA, Selva G. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. 4. ed. Campinas, SP: Papiros, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- VASCONCELOS, Cláudia Pereira. O Teatro Como Linguagem e Fonte no Ensino de História. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH – São Paulo, julho 2011.



## A didática da história a partir da Cultura Visual

Marcos Vinícius da Silva<sup>1</sup>

Bárbara Cremonese<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo fazer uma análise sobre o uso de imagens na produção historiográfica, enfatizando o uso da mesma no ambiente escolar. Uma das problemáticas levantadas consiste exatamente em tentar estabelecer uma nova abordagem em relação ao uso da imagem, dando espaço assim, ao conceito chave de *Cultura Visual*. Conceito este que abre espaço para analisar a utilização de imagens no ensino de história a partir de uma nova perspectiva. Para além da discussão teórica, esta pesquisa envolve relatos de experiência que tenta acordar a discussão teórica em relação ao cotidiano escolar, conciliando assim os conceitos apresentados por Jorn Rüsen, principalmente o de *Didática da História* e os processos de *aprendizagem histórica*.

**Palavras-chave:** História, Cultura Visual, Jorn Rüsen

### 1 Introdução – Imagem, historiografia e Cultura Visual

As imagens fazem parte do grupo dos vestígios- que perduram até hoje-, mais antigos da humanidade. A época pré-histórica e suas pinturas rupestres, a antiguidade e suas imagens inscritas em diferentes suportes e cada período com suas formas não escritas de se expressar. Muitos vestígios visuais têm uma história que antecede a própria escrita e sua hegemonia na sociedade. A vida cotidiana de antigas civilizações pode ser observada e interpretada a partir de vestígios não

---

1 Mestrando pelo PPGH: Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: marcosvini554@gmail.com

2 Mestranda pelo PPGH: Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: barbaracremonese@hotmail.com

escritos. Deixar de pesquisar e analisar essas marcas acaba colocando em segundo plano enorme parte da história da vida humana.

Como observa Ana Heloisa Molina (p. 18) o figurativo ressalta à condição básica humana em se expressar por figuras e cores os sentimentos, as críticas e visões que vem das inscrições pré-históricas das cavernas em seu caráter místico, mas, também, em expressões sociais de um grupo em formação. As imagens expressam o que não se pode colocar em palavras ou, em outra expressão, representam e dão vida a uma sociedade que encontrara em desenhos e pinturas formas de representar a si mesma. O uso de imagens na pesquisa histórica nos remete a como essas representações possibilitam a nós, pesquisadores e professores, tentarmos compreender culturas passadas e a forma como essas foram sendo modificadas no decorrer do tempo, por meio de interpretações, representações, apropriações e até mesmo do esquecimento. Dentre essas representações temos então a imagem, que em essência resulta num artefato físico e concreto (pintura, filme, quadrinhos), mas que carrega uma gama de representações, que vão do sentimento a uma noção de passado.

Levando em consideração tais colocações, devemos analisar o uso e a importância das imagens no campo histórico como fonte para pesquisadores, professores e professoras. Para tanto, é necessário entender que “imagem” não se refere apenas a pinturas, mas sim a uma ampla fonte de objetos que hoje são considerados fontes para a pesquisa histórica, tais como: filmes, charges, esculturas, fotografias, pinturas, desenhos.

A pesquisa histórica já vem utilizando as artes visuais como fonte e documento histórico, principalmente a partir da terceira geração dos *Annales*, especificamente a terceira geração de fins da década de 1970, que na busca por uma história diferente abriram os caminhos para a história cultural. Peter Burke (1997, p. 10) afirma que a Escola dos *Annales* é responsável por uma revolução na historiografia, pois derrubaram o antigo regime historiográfico e acabaram criando uma nova história. Mas vale ressaltar que tal mudança proposta pelos *Annales* está muito mais ligada à questão da narrativa e do tempo do que necessariamente a uma mudança sistemática na utilização do documento. De acordo com Reis (2011, p. 81), os *Annales* produziram uma descontinuidade, realizaram uma mudança substancial, porque apresentaram, sob o signo das ciências sociais, outra concepção de tempo histórico, outra noção de duração e de conhecimento de duração.

Segundo Chartier, a história cultural serve para se analisar como em determinado momento e em diferentes lugares uma sociedade é construída e analisada. O autor se preocupa com práticas e representações. Ele também leva em consideração as interpretações que o público faz daquilo que vê, e destaca que é preciso estar atento, pois “A imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ul-

trapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão” (KNAUSS, 2006, p. 99). Até porque como aponta John Berger (1972) a visão antecedente o domínio das palavras. Atentar para os apontamentos desse mundo visual dentro da historiografia é de suma importância, pois ele significa reconhecer dimensões do convívio social que muitas vezes fogem do enquadramento narrativo textual. Muitas vezes o ver significa tecer uma rede de representações de um passado que está ausente, significado pela leitura que se tem de determinada imagem, neste ponto Paulo Knauss (2006, p. 100) afirma que “O estudo das imagens serve, assim, para estabelecer um contraponto a uma teoria social que reduz o processo histórico à ação de um sujeito social exclusivo e define a dinâmica social por uma direção única.”

Pensar na narrativa é pensar nessa possibilidade da imagem como um texto, que produz um discurso e como tal está sujeita a interpretação e ressignificação por parte de quem a observa. Ele pode ser verbal, escrito, oral, visual ou sonoro. Na historiografia muitas vezes o mundo imagético é tomado unicamente pelo lado iconográfico, ou seja, na ilustração de um momento histórico e como ilustração ele perde o sentido próprio frente a narrativa proposta. Essa “invisibilidade” das imagens ocorre em função da valorização da cultura escrita em detrimento da imagética. Cecatto e Fernandes (2012, p. 5) afirmam que a própria cultura escolar ocidental está arraigada ao uso da escrita e da oralidade. Assim, como aponta Ulpiano T. Menezes (2003, p. 20),

[...] a história continua a privilegiar ainda hoje, a função da imagem com a qual ela penetrou suas fronteiras do século passado. É o uso como ilustração. Certamente, de início, a ilustração agia como direção fortemente ideológica, mas não é menos considerável seu peso negativo, quando o papel que ela desempenha é o de mera confirmação muda de conhecimento produzido a partir de outras fontes ou, o que é pior, de simples indução estética em reforço ao texto, ambientado afetivamente aquilo que de fato contaria.

Nesse ponto é possível identificar um impasse em relação à imagem; a maioria dos autores aponta o “erro” dos historiadores em utilizar a imagem como mera ilustração ou preenchimento da narrativa historiográfica. Utilizar uma imagem como mera ilustração de um fato ou tempo histórico significa não levar em consideração a subjetividade que aquela imagem produz, sem, assim, se atentar ao fato de que a imagem também exerce um discurso narrativo e como tal ele é aberto as mais variadas interpretações. Obviamente que não falamos de um relativismo pleno em simplesmente deixar a imagem falar por si; visto que a imagem fora de seu contexto não é capaz de produzir sentido ao observador. É inegável que

“a história como disciplina tem um encontro marcado com as fontes visuais [...] Nesse encontro, há um laço a ser fortalecido entre história da imagem e a história da arte para definir que o conceito de arte é histórico.” (KNAUSS, p. 115, 2005).

Arte e história por mais próximo que aparentam estar desde o surgimento do campo de História da Arte no século XVIII, em método e abordagens se distanciam. O campo estético por si não é capaz de produzir relação com a consciência histórica, porque a arte por si própria não está necessariamente preocupada com a contextualização e com a mensagem passada e interpretada pelo observador; da mesma forma que observar uma imagem sem contextualizá-la a torna um mero produto estético no seu sentido técnico, sem se levar em consideração as intencionalidades de quem produz e porque produz. Ponto em que podemos recuperar o apontamento de Knauss quando este propõe que é preciso que a união entre história e arte – neste caso imagem – seja um encontro de revisão em perceber que, para além dos critérios próprios do campo da estética, existem relações de poder que essas imagens expressam e como formadoras de discurso, são também representadas numa narrativa que está repleta de intencionalidades tanto do produtor quanto do observador daquela imagem em questão. Ou seja, o resultado dessa relação problemática implica no que podemos chamar de cultura visual.

Entendemos que a Cultura visual seria uma terceira via entre a historiografia que se utiliza de imagens apenas como meras ilustrações e imagens descontextualizadas que não produzem significados para o observador. Esse é um campo relativamente novo e complexo em definições, mas pontual ao trabalho do historiador. Visto que entre o relativismo da imagem por ela mesma no campo estético e o preenchimento de espaços na historiografia surge a Cultura Visual, que pensa esse processo como resultado da sociedade, numa simbiose entre a imagem e seu discurso, e as várias formar possíveis na observação e análise de uma mesma imagem.

As imagens não têm sentido em si, imanentes. Elas contam apenas – já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas – com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos por dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar (MENESES, 2003, p. 28).

O que podemos perceber na utilização de imagens na história é uma lacuna, visto que o campo da arte tem um sentido técnico que o envolve, que é sua metodologia. Ao mesmo tempo que a historiografia esteve sempre “focada” na supervalorização do texto, como é apontando por Cecatto e Fernandes (2012, p. 8):

“a ausência da cultura visual contemporânea se deve à supervalorização do texto escrito em detrimento das fontes imagéticas.” A própria ciência histórica esteve em debate ao longo dos anos, revendo seus métodos e ampliando sua noção tanto da fonte quanto do tempo. Entre todas as revisões propostas é possível perceber certa timidez na discussão da imagem para além de preenchimento de espaços da narrativa histórica e perceber esse resultado na Cultura Visual também significa um novo olhar em relação a imagem. Ou seja, perceber que a imagem não fala por si, mas que ela carece de um conhecimento prévio e do confronto com outras fontes.

Nesse sentido, compreendemos que a cultura visual dá significado às ideias apresentadas a alunos e alunas quando estes são colocados diante de imagens como fotografias, quadrinhos e pinturas, já que a partir de um conhecimento prévio a imagem, que antes pouco representava, passa a ter sentido. Aproximando assim daquilo que Jörn Rüsen propõe na discussão de consciência histórica, o sentido dado a essa imagem observada só é possível se analisada como uma narrativa, que, após ser observada e compreendida, passa a ter significância pois o ato de observar uma imagem do passado, por exemplo, abre espaço para a representação dando sentido ao presente.

## 2 Jörn Rüsen e a Cultura Visual

Jörn Rüsen, historiador alemão, pode ser interpretado como um teórico da terceira via. Esse fato seria inexpressivo se analisado em outras formas, mas quando falamos de Cultura Visual que também se propõe como uma terceira via, faz todo sentido a relação dessa proposta teórica apresentada pela Cultura Visual, juntamente com a proposta de historiografia apresentada por Rüsen. Quando falamos terceira via pressupomos que o autor perpassa pelas conceituações metodológicas do projeto de modernidade, adota alguns parâmetros e críticas da virada narrativa proposta na pós-modernidade para assim apontar uma interpretação de presente em relação ao conhecimento histórico, perspectivando assim um futuro tanto para historiadores, professores quanto para o humano no seu cotidiano.

A crise epistêmica a qual o conhecimento histórico entra é um dos pontos que fomenta a teoria de Rüsen (2012) em aceitar alguns apontamentos propostos por essa virada narrativa ao mesmo tempo que estabelece a vida vivida, ou o cotidiano como o ponto onde o conhecimento histórico traça suas teias de significado. É nesse cotidiano que Rüsen evidencia sua teoria; cotidiano que não está necessariamente ligado a academia e sim a vida vivida, com todos seus enfrentamentos. É partindo dessa vida cotidiana que Rüsen estrutura sua proposta teórica; após os apontamentos da pós-modernidade “[...] estaríamos vivendo numa crise de orientação. A teoria de Rüsen, neste sentido pode colaborar, ao propor a consciência

histórica como orientadora e constituidora da identidade humana.” (BARROM; CERRI, 2012, p. 1001) Essa mesma teoria que perpassa pelos apontamentos da modernidade, agregando a crítica pós-moderna na virada linguística, apresentando-se assim uma terceira via que perpassa por ambos projetos e constituindo-se uma proposta concreta de didática.

Ou seja, essa terceira via proposta por Rüsen vem ao encontro direto da perspectiva da Cultura Visual, tendo a imagem como um resultado do todo que a cerca. A crise de paradigmas que veio com a virada linguística da pós-modernidade motivou muito dessa teoria que hoje se faz absurdamente pontual ao tempo presente. Visto que nunca foi da proposta de Rüsen pensar a História apenas no seu campo teórico, e sim na significação dessa história na vida dos seres humanos a partir da consciência histórica, e dos próprios processos de aprendizagem, visto que o aprender em Rüsen tem um sentido mais amplo que necessariamente o ensino escolar.

[...] os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver – melhor: para poder agir intencionalmente. Orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis) – afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico. [...] O que se entende aqui por processos de aprendizado vai além dos recursos pedagógicos do ensino escolar de história (quase sempre conotado com o termo “didática”). “Aprender” significa, antes, uma forma elementar da vida, um modo fundamental da cultura, no qual a ciência se conforma, que se realiza por ela e que a influencia de forma marcante. O que se pode alcançar aqui, por intermédio da ciência, é enunciado pela expressão clássica “formação” (RÜSEN, 2007, p. 87).

Em toda sua proposta teórica Rüsen deixa claro que didática não é somente a noção de História enquanto conhecimento escolar, isso seria reduzir o conhecimento histórico somente naqueles produzidos nos espaços escolares. Para o autor é o oposto disso, nos relacionamos com a história pelas nossas carências de orientação num tempo presente, ou seja, todo interesse é na verdade uma tentativa de solucionar alguma carência, e nesse ponto existem processos de formação que possibilitam essa relação o que resulta na noção de consciência histórica apresentada pelo autor, que nas palavras de Rafael Sadi (2014) consciência histórica seria a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam o passado, produz uma interpretação do passado para compreender o presente e então projetam o futuro. Movimento que não está restrito ao campo da escola, ao contrário, está ligado à nossa própria vida e ao cotidiano que nos cerca.

O retorno à vida prática pressupõe uma direção a ser seguida e, para Rüsen, o conceito de formação está mais na possibilidade do conhecimento científico ser uma forma de orientação a vida prática. “A categoria da formação refere-se à vinculação entre saber e agir exigida pela carência de orientação do sujeito [...]” (RÜSEN, 2007, p. 95). Nessa proposta é possível identificar a formação complementar e a compensatória. A definição de ambas está intimamente ligada com o que se entende por imagem no conhecimento histórico até então, como foi apontado a imagem na maioria dos casos estava ou perdida na sua própria definição técnica e estética ou servindo de ilustração no texto histórico, essa dualidade problemática culminou na definição de Cultura Visual.

O conceito de formação proposto por Rüsen pressupõe que a formação compensatória é aquela realizada fora do saber científico, como no caso da arte. O que implica numa formação que não é capaz de construir uma interpretação do mundo que o cerca ou até mesmo de si enquanto sujeito, e é exatamente essa percepção que pode ser evidenciada quando a imagem seja num contexto escolar ou fora dele, está apresentada por si, numa exposição, desconexa de sentido, aurificada por sua estética própria

[...] o brilho bonito disfarça a visão da realidade; a história, que poderia servir como conteúdo de argumentação racional e orientação política, perdeu exatamente na forma estética a força de orientação que deveria ser absorvida, para poder se confrontar com os desafios do presente. Ao invés disso, a história atua como contribuição de peso para uma caixa cultural na qual se permite viver a bordo do abismo de modo confortavelmente pós-moderno (RÜSEN, 2012, p. 158).

Essa arte autônoma e aurificada é a que o autor estabelece em sua formação compensatória, aquela que não há uma ligação científica capaz de produzir uma interpretação de mundo, ela é em si, uma mera observação estética. E é contrário a essa autonomia da arte que surge a Cultura Visual, propondo uma volta não à imagem em si, mas o olhar dessa imagem, que pode muito bem aproximar a própria noção de carência de orientação proposta pelo autor, apesar de não ser possível estabelecer limites no olhar é possível identificar que o olhar pode também estar atrelado ao processo de formação proposto por Rüsen, só que nesse caso, é o conceito de formação complementar que ganha força, um processo que não é ensinado; “Não é um recebimento do ganho racional, metodizado, do conhecimento científico, mas sim um posicionar-se quanto a ele, lidar com ele, utilizá-lo.” (BARRON; CERRI, 2012, p. 1004).

Se para a didática da história essa formação não é um processo que se pode ensinar, pois ele está atrelado a própria vivência do sujeito em relacionar essas in-

formações e organiza-las para que voltem a sua vida prática, é o mesmo cuidado apontado pela Cultura Visual, não ensinamos o processo do olhar, ele é um resultado da esfera pessoal e social, a análise aqui não é necessariamente da imagem em si, e sim das várias formas de ver essa mesma imagem; e todo esse processo culmina então no aprendizado histórico

[...] que ao buscar se localizar socialmente/culturalmente o sujeito recorre a temporalidade, seja de experiências que o definem enquanto sujeito, ou contrário, projetando sua subjetividade como filtro de interpretação do mundo. Um processo dialético onde ao interiorizar novas experiências acerca do passado, refaz-se enquanto sujeito no tempo presente (BARRON; CERRI, 2012, p. 1004).

Para Rüsen esse processo é necessário para se chegar ao aprendizado histórico; a questão que se estabelece aqui é exatamente se existe a possibilidade da aprendizagem histórica a partir dessa Cultura Visual, se sim de que forma ela é possível? Antes de partir para a práxis talvez seja importante voltar para o observador da imagem que ao olhar, consegue compreender e assim é capaz de abrir um horizonte de representações, representações que fazem esses sujeitos se localizarem temporalmente, por exemplo, e é nessa via que vamos levantar algumas possibilidades da aprendizagem histórica através da Cultura Visual

### **3 Resultados – Cultura Visual em prática: um relato de experiência**

Pensando a imagem como o resultado do todo que a cerca, ou seja, ela constitui em si uma narrativa. “[...] antes de tornar-se o objeto do conhecimento histórico, o acontecimento é objeto da narrativa” (RICOEUR, 2007, p. 249). A centralidade na narrativa ao conhecimento histórico é um fato, assim como o conceito de representação. Dois pontos fundamentais para compreender o mundo visual a partir da História enquanto conhecimento, que existe para além dos ambientes escolares.

Na proposta teórica de Rüsen em relação as abordagens da Cultura Visual, a um retorno ao observador como figura elementar, um sujeito que não é ausente de leituras ou que não é capaz de dar significados, ao contrário, dá significados e interpretações a partir de suas vivências, do direcionamento do seu olhar a sua localização no tempo a partir da consciência histórica

Percebe-se que o sujeito, que é realmente o foco da aprendizagem quando se aprende história, somente aprende quando ele desenvolve, por meio da

narrativa histórica, um sentido para a experiência histórica, de tal forma, que ele possa orientar a sua existência no fluxo do tempo. Então, claramente percebemos que o sujeito aprende não é apenas receptivo, mas, sim e também, sempre construtor do seu conhecimento. O ensino de história deve tematizar a teoria da história para explicar a linha constitutiva da narração na consciência histórica, como uma aprendizagem construtiva relacionada às ações de situações específicas da aprendizagem na área da educação, socialização e formação (RÜSEN, 2012, p. 51).

Rüsen afirma que o processo de formação não acontece somente no ambiente escolar, e, sim, nas mais variadas vivências e experiências do sujeito. Não é segredo que existe um certo desinteresse por parte dos alunos a disciplina da história, a proposta não é traçar essa discussão no campo teórico, mas vale lembrar que essa apatia em relação a história enquanto disciplina escolar é mais um reflexo de como esses alunos e alunas tiveram contato com esse conhecimento. Muito do que a consciência histórica vem propor, por mais próximo que possa parecer num sentido amplo, esse o conceito proposto por Rüsen se comparado com a dinâmica escolar, são quase opostos. O que você tem em sala é a permanência de uma história conteudista, heroica e sempre numa linha do tempo linear, onde o passado não tem significância alguma com o presente; é uma história que se atenta para a oficialidade do currículo base tanto quanto do que propõe o livro didático, aprisionando assim a possibilidade dessa história ganhar sentido na vida desses alunos.

Pensar a imagem do nosso cotidiano é pensar a forma como a imagem está instaurada no contemporâneo, hoje não só observamos uma imagem, nós a consumimos. Essa noção de consumo, de rapidez do mundo cibernético não é um ponto negativo a história, ao contrário ganha força na possibilidade de uma história que parte do presente e das vivências desse presente na tentativa de acessar o passado a partir de uma carência, esse passado acessado sendo interpretado para a compreensão do presente, possibilitando assim uma noção de futuro.

O Antigo Regime pode ser definido com um regime político que vigorou na Europa nos séculos XVI ao XVIII. A discussão aqui não concentra no Antigo Regime enquanto fato histórico e sim como esse sistema produziu uma multiplicidade de representações em relação a figura central desse período – o rei. Curiosamente esse é um tema um tanto quanto eufórico na sala de aula; pois permanece uma certa visão de heroísmo em relação a esses representantes. Ponto interessante, pois a maioria desses governantes gera essa euforia não por uma ligação direta com a vida dos alunos e sim pela forma que são representados tanto nos livros didáticos quanto nas produções cinematográficas. Pois, como aponta Paul Ricoeur (2007, p. 278), “o rei só é verdadeiramente rei, isto é, monarca, nas imagens que lhe conferem uma presença considerada real”.



**Figura 1** A Família de Luis XIV – Jean Nocret 1670.

Fonte: <https://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Louis14-Family.jpg>. Acesso em: Agosto de 2016.

Essa presença que precede a essência é um dos pontos chaves do Antigo Regime, inclusive um dos pontos básicos da imagem de Jean Nocret, que é a introdutória na unidade de Antigo Regime no livro didático<sup>3</sup> dos alunos.<sup>4</sup> Pedir para que todos analisassem a obra foi uma experiência interessante, visto que a maioria das referências da obra ainda não tinham sido apresentadas. Essa experiência vai exatamente ao encontro daquele estatuto da arte autônoma, por mais que a observação ocorresse por parte dos alunos não surgia nenhuma ligação com a vida prática, ao contrário existia um certo distanciamento o que se aproxima muito do que Rüsen estabelece para a arte no conceito de formação compensatória.

Um dos pontos falhos de simplesmente pedir uma análise em sala é não levar em consideração a subjetividade de alunos e como eles conseguem relacionar aquela imagem com a vida prática; ao mesmo tempo que é fundamental perceber essa imagem não enquanto uma regalia estética do campo da arte e, sim, como uma produção narrativa aberta a representações. “Não cabe ao escritor

3 Ser Protagonista: História, 2º ano: ensino médio/ obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM; editor responsável.

4 Vale ressaltar que essa pesquisa surgiu na dinâmica do convívio da Sala de Aula, ou seja, ela foi muito mais no sentido de ser uma observação, ou melhor, uma descrição densa dos relatos que deram seguimento ao corpo dessa pesquisa. Por isso os alunos não estão referenciados e especificados por seus nomes, e sim no geral do relato apresentado. Mas toda esse relato teve como foca as turmas de 2º ano do Ensino Médio no período Noturno do Colégio Estadual Dona Iayá, situado na cidade de Catalão – GO.

– pintor – dizer a grandeza e a glória: cabe ao leitor, sob a hábil condução da narrativa” (RICOEUR, 2007, p. 280). Compreender a obra de Noret significa principalmente interpretá-la como um discurso narrativo que em sua representação é utilizado na celebração do poder do Rei, e que essa representação foge da própria alçada do artista pois foi significado e perpetuado pela população da França. Pois a

Representação é algo que permite ver alguma coisa ausente: “[...] nele o social só faz sentido nas práticas culturais e as classes e grupos só adquirem alguma identidade nas configurações intelectuais que constroem, nós símbolos de uma realidade contraditória representada (VAINFAS, 1997, p. 155).

Essa análise da obra de Noret vem exatamente ao encontro do que tentamos distanciar nesse artigo enquanto uma nova abordagem do visual em sala de aula. Num primeiro momento essa imagem foi tratada necessariamente para ilustrar o Antigo Regime que seria o conteúdo do bimestre, e por mais que fosse analisada no sentido técnico também perderia a força no processo de formação desses alunos visto que a imagem por si não tem força suficiente para complementar esse processo, ao contrário é apenas um signo visual descontextualizado com a vida prática.

Aproximar a Cultura Visual da didática da História proposta por Rüsen foi um processo gradual, onde a experiência com a obra de Noret gerou as problemáticas de se trabalhar a imagem como mero signo estético ou como ilustração do conhecimento histórico, visto que

[...] a estética, no âmbito do pensamento histórico, só tem uma função legítima: a de “transpor” ou “intermediar” conteúdos cognitivos para formas esteticamente agradáveis. Com isso, a estética é tornada uma didática, desprovida de seu peso próprio da cultura histórica. [...] A arte defende, dessa maneira, o peso próprio da percepção sensível contra seu aproveitamento cognitivo e político (RÜSEN, 2007, p. 129).

Tentando desviar das armadilhas propostas no uso da imagem no ensino de história, pois como aponta Rüsen, a estética autônoma pode muito bem esvaziar o processo de formação na aprendizagem histórica; tentamos focalizar na própria experiência de vida desses alunos, naquilo que eles focam o olhar, não por mera aleatoriedade e sim por um interesse próprio; assim como levantar o contexto de mundo que vivemos e de como esse Antigo Regime permanece no imaginário social, assim como em alguns aspectos corriqueiros da nossa vida prática.

Nessa possibilidade surge então uma proposta de discutir uma propaganda da marca francesa DIOR. A propaganda em questão era de 2015, na qual uma de suas protagonistas era a cantora barbadiana Rihanna;<sup>5</sup> protagonistas foi colocado no plural pois existia um segundo protagonista nessa campanha publicitária. O Palácio de Versalhes, construído por Luís XIV em 1664, tinha por objetivo ser um muro divisor da aristocracia francesa com o resto da população. Vale ressaltar que o momento de análise do vídeo veio acompanhado das várias problematizações em sala em relação a corte de Luis XIV e a própria representação que o Rei tinha na sociedade francesa.



**Figura 2** Dior 2015, foto de Calvin Klein.

Fonte: Disponível em: [http://www.eonline.com/eol\\_images/Entire\\_Site/2015414/rs\\_1024x663-150514071722-1024.Rihanna-Dior-J8R-51415.jpg](http://www.eonline.com/eol_images/Entire_Site/2015414/rs_1024x663-150514071722-1024.Rihanna-Dior-J8R-51415.jpg) Acesso agosto 2016.

Ressignificar o século XVII através de uma campanha publicitária no século XXI, pode apresentar uma dinâmica temporal desconexa, mas o que pode parecer desconexo, foi o ponto elementar no qual os alunos projetaram na imagem tanto quanto no vídeo pois falar sobre Antigo Regime é sempre interessante, principalmente quando chegamos a monarquia francesa e toda megalomania de Luís XIV,

5 Rihanna (28 anos) é uma cantora de Barbados que ganhou grande repercussão mundial quando inserida no mercado fonográfico norte-americano em 2005. Recordista no quesito vendas, Rihanna se tornou referência ao mercado pop mundial e seu nome (hoje marca) ultrapassa as fronteiras, ganhando força em várias partes do globo, inclusive o Brasil.

é possível identificar um certo incomodo dos alunos em relação ao monarca, um incômodo ético/moral. Por mais que você evidencie a suntuosidade de Versalhes ainda assim o incomodo permanece, “poxa mas ele construiu isso pra criar um muro entre eles e o resto da população”, claro que essas experiências surgem na própria dinâmica escolar, não é um relato oficial – gravado e transcrito. O vídeo da campanha publicitária da DIOR no palácio de Versalhes, gerou uma sensação de desencanto absurdo, uma aura de pessimismo reinou a sala, por eles perceberem que a sociedade passou por diversas modificações mas a estrutura, a moda, o luxo, a etiqueta ainda são - no seu sentido básico - a mesma coisa que Luís XIV ofereceu a sua corte, o vídeo/foto não causou vislumbre e sim indignação por saber que esse luxo ainda hoje serve principalmente para aumentar os níveis de desigualdade e desses níveis construir suas peripécias. Um dos questionamentos foi: “a maioria da população não entrava em Versalhes, e poucos aqui na sala vão conseguir entrar um dia.”

A reação dos alunos em relação ao vídeo é o ponto que nos faz voltar a Cultura Visual e ao conceito de Consciência Histórica de Rüsen. Na obra de Nocret houve um certo estranhamento por parte dos alunos por não conseguirem associar a obra ao tempo presente de suas vidas, ao contrário na campanha publicitária da Dior foi possível identificar que enquanto sujeitos eles partiram de carências pessoais na busca de tentar entender o Antigo Regime enquanto fato histórico do passado ao mesmo tempo que se identificam como sujeitos do processo quando percebem, por exemplo, a exclusão proposta pela suntuosidade de Versalhes e toda “pompa” criada pelo Monarca Luís XIV. Perceber essas “desigualdades” foi o mesmo que traçar uma reflexão das desigualdades atuais. Dior escolhe Versalhes pelo palácio representar todo luxo que grande parte da população não tem acesso, assim como suas criações de vestuário. Perceber-se enquanto sujeito, buscar no passado uma tentativa de interpretação para compreender o presente é exatamente aquilo que Rüsen propõe na consciência histórica.

Pode soar um pouco ensaísta esse relato, e ele tem esse caráter, assim como a discussão de consciência histórica e Cultura Visual; curiosamente ele ancora essas duas propostas teóricas constituindo assim uma história que é mais viva, onde os personagens não estão perdidos em um tempo distante e desconexos, é a mesma história que propõe um olhar de alteridade ao passado, onde na carência do presente continua se fazer presente. A imagem no Antigo Regime acabou por representar a permanência da figura do rei no imaginário social, não só da sociedade francesa, como podemos identificar também no ideal heróico remanescente em salas de aula no interior de Goiás. Esse relato não surge para aprofundar a discussão do Antigo Regime em si, e sim evidenciar que para além de uma proposta a Cultura Visual é sim uma fonte rica ao trabalho do historiador, principalmente se a história for percebida como algo vivo, um processo que se constitui desde o

nascimento e não é ensinado e sim formado de acordo com as vivências de cada um no mundo e no tempo em que vivemos.

## 4 Considerações finais

Perceber o processo histórico é um caminho repleto de possibilidades. A virada narrativa colocou ao chão algumas certezas que a história matinha, inclusive a noção de que o passado produz uma verdade. A pós-modernidade, ao trazer o produto histórico para a narrativa, colocou ao chão as certezas, ao instaurar que existe apenas versões de verdade de um passado representado pela narrativa. Pensar esse processo teórico do conhecimento histórico vem de encontro ao que Rüsen propõe para a historiografia, uma história que mesmo pautada na narrativa não perde sua essência básica; essa essência? A vida e as peripécias de seu cotidiano, pessoas reais que com enfrentamentos reais formam e são formadas, e nessa experiência a história ganha vida, forma e sentido.

O processo de aprendizagem histórico de Rüsen se estrutura num conjunto de ações as quais os sujeitos estão submetidos diariamente, e não são formados somente no ambiente escolar, ao contrário, em todas as camadas da vida do privado ao público. Pensar esse processo de aprendizagem é uma forma de recuperar essa História que seja viva e tenha sentido no cotidiano das pessoas; a proposta aqui levantada é exatamente recuperar esse processo através da Cultura Visual, a qual esvazia o sentido da imagem e do visual num modo geral, para propor um novo olhar ao observador e também a imagem.

A proposta de Cultura Visual ancora na possibilidade de perceber o visual para além das questões técnicas da arte ou do caráter ilustrativo que a imagem foi colocada no conhecimento histórico. Perceber o visual é entender a imagem como resultado de um processo no qual essa imagem é produzida, dos olhares que recebe, e do olhar que agora ganha significado e interpretação. O olhar está atrelado aos sentidos, ao perceber e fixa-lo naquilo que tenha um sentido para a vida, seja para formação de identidade quanto para localização temporal.

Esse processo é um movimento tortuoso, visto que ele perpassa o tempo todo num campo teórico relativamente novo. Mas o que foi proposto aqui foi uma tentativa de unificar ambas propostas teóricas para uma melhor compreensão do visual enquanto um ponto de extrema importância ao ofício do historiador. O processo de aprendizagem histórico pode ser formado nas mais variadas formas e se pensarmos na nossa sociedade contemporânea, que é imagética, que melhor forma teríamos em compreender o mundo que vivemos se não pelo olhar que temos dele? Esse olhar não se restringe ao campo da arte, ao contrário, o que o nosso olho “capta” é um universo múltiplo de imagens, algumas fixas outras em movimento. Esse mundo ilustrado expressa uma das primeiras formas de conví-

vio social do homem, visto que antes da escrita o homem se expressa na imagem. Dos hieróglifos aos quadrinhos, das obras de arte renascentistas a publicidade, a imagem constitui um conjunto de expressões, narrativas e representações da experiência humana no tempo, e é nelas que se ancora a possibilidade de pensar uma aprendizagem histórica que esteja atenta ao visual.

## Referências

- BARRON, Wilian Carlos Cipriani; CERRI, Luis Fernando. A teoria da história de Jörn Rüsen entre a modernidade e a pós-modernidade: uma contribuição didática da história. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 991-1008, set. 2012. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- BURKE, Peter. *A escola do Annales 1929-1089: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- FRONZA, Marcelo. As narrativas históricas visuais e as possibilidades a partir do conceito de significância histórica. *Teoria da história*, Goiânia, v. 6, n. 12, p. 179-201, dez. 2014.
- KNAUSS, Paul. *O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual*. Uberlândia: Artcultura, 2005. Disponível em:<[http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura\\_12\\_knauss.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura_12_knauss.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, história visual: Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- MONTEIRO, Charles. *Pensando sobre história, imagem e cultura visual*. São Paulo: Unesp, 2013. Disponível em:<[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8294/2/Pensando\\_sobe\\_Imagem\\_Historia\\_e\\_Cultura\\_Visual.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8294/2/Pensando_sobe_Imagem_Historia_e_Cultura_Visual.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2016.

- MOLINA, Ana Heloisa. Ensino de história e imagens: possibilidades de pesquisa. **Domínios da imagem**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 15-29, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/dominiosdaimagem/index.php/dominios/article/view/13>>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- PIRES, Maria João. **Descontinuidade do tempo e da história na pós-modernidade: breve abordagem**. Porto: Faculdade de Letras, 1999. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2807.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2016.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.
- RÜSEN, Jörn. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.a, 2012. **História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- SARDELICH, Maria Emilia. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. **Cadernos de Pesquisa**, Feira de Santana, v. 36, n. 128, p. 451-472, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a09.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- TEIXEIRA, Rafael Saddi. **Didática da história e educação histórica**. (Vídeo). Goiânia: LehiF Goiás, 2014. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nBG8bTtXdzU>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

## A utopia concreta do cuidado em Leonardo Boff

Rogério Bianchi de Araújo<sup>1</sup>

*Na nossa cultura, praticamente, esquecemos de cultivar a vida do espírito que é nossa dimensão mais radical, onde se albergam as grandes perguntas, se aninham os sonhos mais ousados e se elaboram as utopias mais generosas.*

*Leonardo Boff*

**Resumo:** Neste artigo analiso alguns aspectos da obra do teólogo, filósofo e ecólogo brasileiro Leonardo Boff, principalmente no que se refere à ética e ao cuidado. Diante de um mundo cada vez mais pragmático e utilitário com políticas neoliberais e lógicas de mercado excludentes, Boff chama a atenção para resgatar-mos referências antropológicas fundamentais, tais como afetos, sentimentos, cuidados, solidariedades e generosidades. A crise ambiental é grave, mas Boff vê aspectos positivos que podem reativar o nosso *ethos* essencial de convivência numa mesma Casa Comum. Para isso, faz-se necessário algumas mudanças fundamentais no campo das ciências, da religião, da política, da economia, etc. A mudança paradigmática é profunda, o que exige um esforço para pensarmos sobre o prisma da complexidade e abandonarmos os pensamentos extremamente fragmentados a fim de entendermos a crise planetária e sistêmica sob a qual estamos imersos.

**Palavras-chave:** Ética, Cuidado, Utopia.

---

1 Pós-Doutor em Estudos sobre a Utopia na Universidade do Porto. Doutor em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela PUC/SP. Professor de Antropologia do Curso de Ciência Sociais e professor do Mestrado Profissional em História na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail rogerbianchi@uol.com.br

## 1 Introdução

Este artigo faz parte de uma série de estudos que estou realizando atualmente a partir da temática do pensamento ambiental. Está inserido dentro do campo de Estudos sobre a Utopia, área temática de pesquisa sob a qual realizei meu pós-doutorado na Universidade do Porto no ano de 2015. Nesse estudo faço uma análise da Ética do Cuidado proposta por Leonardo Boff sob o viés do pensamento utópico. Boff é um teólogo, ecólogo e filósofo, surpreendentemente ainda pouco estudado nas universidades. Sua preocupação ambiental e humanitária é digna de elogios e por isso o reverencio como um grande utopista brasileiro contemporâneo.

A ciência passa por um processo de especialização cada vez maior. Com isso, faz-se necessário algum elemento que consiga resgatar a unidade do humano. O cuidado pode ser o elemento que falta para fazer essa transversalidade em resgatar a ligação do homem consigo mesmo, o resgate com o mundo, o cuidado com o outro, com o social, com a ecologia e com a espiritualidade. O cuidado na perspectiva de Boff ajuda a promover a religação de todos os saberes.

Não podemos socializar os meios de produzir e os meios de governar sem ter a questão contundente dentro de si de que é o cuidado de tudo que nos permite a vida, com tudo que pulsa, canta, floresce, frutifica, no nosso planeta tão machucado. Ou cuidamos da nossa casa comum ou iremos ao encontro de um abismo. Pela primeira vez a crise pela qual passamos é sistêmica e, portanto, planetária. É a crise da vida e da nossa própria existência.

De acordo com a utopia de Boff, primeiro passaremos por situações dramáticas e de difícil travessia, mas que irá gerar uma articulação entre povos e civilizações fundando uma espécie de República Mundial que terá como valor fundamental o cuidado com a Terra e com seus filhos e filhas e fará a gestão adequada dos recursos limitados do planeta a fim de garantir a vida de todos, inclusive das futuras gerações. O destino comum nos convida a um novo começo conforme consta na Carta da Terra.<sup>2</sup>

Nesta nova modalidade de sociedade, a ética e a espiritualidade serão os elementos básicos para seu bom funcionamento. A utopia de Boff acredita na configuração de um novo pacto mundial, um pacto com perfil sócio-cósmico de sobrevivência e de convivência fraterna. Finalmente, a fraternidade, lema relegado a um segundo plano desde a Revolução Francesa, pode estar à frente deste processo revolucionário. Para tanto, teremos que ter uma nova mentalidade, um

---

2 A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século XXI, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Na Comissão de Redação estavam Mikhail Gorbachev, Maurice Strong, Steven Rockefeller, Mercedes Sosa, Leonardo Boff e outros.

novo coração que possa sentir diferentemente as coisas, e ao mesmo tempo ter o sentido de interdependência de todos com todos e a responsabilidade coletiva para garantir a vida no planeta.

## 2 O respaldo ético

Boff aposta no tão sonhado entendimento das diferenças e das diversidades que poderão coexistir em harmonia. Seu desejo utópico é na elaboração de novas sensibilidades com base na lógica do coração e no cuidado de uns para com os outros, as quais darão origem a uma espiritualidade profunda. Princípios de sabedoria, amorização e beleza estarão entranhados na humanidade. O espiritual passará a ser a maior dimensão objetiva do cosmos e de cada ser humano.

Esse cenário utópico desenhado por Boff fundará uma nova ética que se estruturará a partir de dois valores imprescindíveis: a justa medida e o cuidado essencial. A busca constante pelo equilíbrio vai ser a grande tônica desta utopia. O imperativo ético da justa medida permitirá que os recursos sejam suficientes para todos e divididos equitativamente sem a lógica desenfreada do consumismo e das compras compulsivas.

Em relação ao cuidado, Boff argumenta que

Cuidar significa entreter uma relação amorosa com a realidade e com cada ser da criação. E investir coração, afeto e subjetividade. As coisas são mais que coisas que podemos usar. São valores que podemos apreciar, são símbolos que podemos decifrar. Cuidar significa envolver-se com as pessoas e as coisas, dar-lhes atenção, colocar-se junto delas, senti-las dentro do coração, entrar em comunhão com elas, valorizá-las e compreende-las em sua interioridade. Tudo de que cuidamos também amamos. E tudo que amamos também cuidamos. Pelo fato de nos ligarmos afetivamente com as pessoas e as coisas nos preocupamos com elas e sentimos responsabilidade por elas (BOFF, 2000, p. 41).

A essência do humano reside no cuidado. Nessa concepção, é o cuidado que funda o *ethos* mínimo da humanidade. Na utopia de Boff o cuidado salvará o amor, a vida, a convivência social e a Terra. É quando a ética do cuidado triunfará de vez e fundará a nova humanidade.

Para que esse caminho seja pavimentado, Boff elege o sentimento como princípio. Afinal é ele que nos reconecta com tudo que fora esquecido, abandonado e descartado. A esse sentimento profundo Boff chama de cuidado. O excesso de racionalidade não consegue registrar a profundidade de determinados elementos cruciais que enriquecem o processo de humanização e solidariedade.

Para Boff, o cuidado é um *priori* ontológico, está na origem da existência do ser humano, mas que só poderá ser resgatado na sua essência se nos livrarmos da ditadura do modo-de-ser-trabalho-produção-dominação. Fomentar sentimentos passa pela necessidade de recuperarmos o verdadeiro sentido do trabalho como uma integração real e efetiva com a natureza, ao contrário da eliminação desta.

A ética do cuidado implica na valorização da capacidade de sentir e ter compaixão pelos outros seres, de priorizar a lógica do coração que produz cordialidade e gentileza em detrimento da lógica destruidora da conquista, da competição e do modelo utilitário de conceber pessoas e coisas. A lógica do coração para Boff é a capacidade de encontrar a justa medida e construir o equilíbrio dinâmico.

Optar pelo cuidado é uma forma revolucionária de pensar e agir na atual conjuntura de estranhamentos mútuos na relação entre pessoas, coisas e natureza. O desafio maior é ressaltar e priorizar a dimensão espiritual e subjetiva das coisas a fim de criar uma outra simbiose e outras sinapses mentais no relacionamento humano com os outros e com a natureza.

Não é de agora que Leonardo Boff vem atuando no sentido de alertar para o dever ético com o cuidado do planeta. É um dos maiores críticos da industrialização crescente e do consumismo massivo. Defende urgentemente a necessidade de uma alfabetização ecológica que possa rever os nossos hábitos de consumo.

Como então fundar o sonho utópico de uma ética planetária? Como superar o desafio de criar um consenso mínimo sobre os valores éticos que possam ser absorvidos e aplicados para todos os humanos conscientes de habitar um lugar comum, o planeta Terra?

Há também o lado positivo de toda crise acentuada. Nos permite dar um mergulho profundo e buscarmos as raízes éticas. Só se discute sobre ética quando se percebe a falta dela, por isso as crises são momentos de oportunidade antes de serem consideradas como o fim de todas as esperanças. A razão não pode ser valorizada como o único elemento possível para a existência humana. Quando ela está em crise abre-se o espaço para a afetividade.

Segundo Boff, na raiz de tudo não está a razão (*Logos*), mas a paixão (*Pathos*). Assim, propõe a superação da dicotomia entre o *pathos* e o *logos*. Na verdade, seriam elementos complementares. O *pathos* e o cuidado seriam os referenciais primordiais do *ethos* humano e planetário. Para Boff, “o conhecimento pelo *pathos* se dá num processo de *sim-pathia*, quer dizer, de identificação com o real, sofrendo e se alegrando com ele e participando do seu destino” (BOFF, 2003, p. 81). Dessa maneira, *logos* e *pathos* devem forjar o cuidado que é a experiência-base da vida humana.

### 3 O cuidado como imperativo ético

De acordo com a lei da entropia, as coisas vão desgastando e acabam, por outro lado, se você cuida elas duram. A entropia é um processo desordenado, involutivo. Existe entropia quando não buscamos uma transformação radical, quando nos contentamos em ser assim como somos. Depois de um longo processo involutivo chega-se à morte.

Para o filósofo Martin Heidegger, tudo é filosofia, tudo é manifestação e revelação do ser. Em seu livro clássico “Ser e Tempo” Heidegger quer responder a pergunta: “Quem é o ser humano?”. Conclui que o cuidado é a essência do ser humano. Cuidado é o pressuposto que tem que existir para que emergja um outro ser. Cuidado é orientador antecipatório de nossos atos.

Ser, para o Dasein, é ser no cuidado, ser cuidadosamente, ser no cuidado do ser. O que é cuidado? Heidegger caracteriza o cuidado como ser na antecedência de si (momento da existência como projeto, ser para um poder-ser), já num mundo (momento da facticidade), junto ao ente intramundano [...] O cuidado é portanto o ser do Dasein, e funciona a este título como puro a priori. Ele é, assim, a condição de possibilidade, a abertura necessária, o espaço de jogo para fenômenos como o querer, o desejar, a propensão, a inclinação (DUBOIS, 2004, p. 43).

Para Boff, o cuidado é uma relação amorosa porque estamos afetivamente ligados com as coisas. Envolve preocupação porque estamos efetivamente ligados às pessoas. Cuidado é uma dimensão do profundo humano.

O *ethos* é a morada humana. O cuidado implica na forma como organizamos essa morada. Para nós, hoje o *ethos* é o planeta, a nossa casa comum. É por isso mesmo que ética e cuidado estão profundamente ligados. O cuidado não é uma simples ação, tem que ser um projeto humano. As pessoas precisam acordar para entender o que acontece a sua volta e entender como um problema coletivo, local e global ao mesmo tempo.<sup>3</sup> A ética nasce da religião, da razão e de algo mais

---

3 Numa das muitas palestras de Leonardo Boff, ele recorre ao conhecido aforismo de Sören Kierkegaard (1813-1855), famoso filósofo dinamarquês, sobre o clown, um palhaço de circo, para exemplificar sua fala. Começa um incêndio nas cortinas do fundo do teatro. Um palhaço que entraria em cena tem a missão de avisar a plateia. Pediu ajuda para apagar as chamas mas como era um palhaço ninguém acreditou na veracidade daquela súplica, pelo contrário, davam gargalhadas. O palhaço alertava com veemência: “o fogo está queimando as cortinas, vai queimar todo o teatro e vocês vão queimar junto”. Elogios vieram de toda a parte para a performance do palhaço por ser tão convincente em sua “atuação”. O fato é que o fogo consumiu o palco e todo o teatro com as pessoas dentro. Termina Kierkegaard: “Assim, suponho eu, é a forma pela qual o mundo vai acabar no meio da hilariedade geral dos gozadores e galhofeiros que pensam que tudo, enfim, não passa de mera gozação”.

profundo que é o sentimento, aquilo que os modernos chamam de inteligência emocional ou a razão sensível.

O cuidado essencial constitui um dos princípios básicos da ética. O cuidado é uma relação amorosa, uma relação envolvente com a realidade, é a mão que se estende para acarinhar, para se entrelaçar com outras mãos. O cuidado fundamentalmente se dirige para prevenir danos futuros e resgatar danos já acontecidos. A inteligência surge no cuidado porque o cuidado é a condição prévia para que o ser possa aparecer. O cuidado é o condicionador antecipado de toda ação. A ética do cuidado talvez seja hoje a ética mais urgente da humanidade. Cuidar das pessoas, cuidar dos pobres, da natureza, do planeta. O cuidado é uma atitude que todos entendem e pertence a essência humana.

O cuidado expressa a importância da razão cordial, que respeita e venera o mistério que se vela e re-vela em cada ser do universo e da Terra. Por isso, a vida e o jogo das relações só sobrevivem se forem cercados de cuidado, de desvelo e de atenção. A pessoa se sente envolvida afetivamente e ligada estreitamente ao destino do outro e de tudo o que for objeto de cuidado. Por isso o cuidado provoca preocupação e faz surgir o sentimento de responsabilidade (BOFF, 2003, p. 85).

De acordo com o físico Fritjof Capra, se os seres humanos respeitassem as leis da natureza, a complexidade de todos os seres e a interdependência de todos com todos nós, não precisaríamos falar de Ecologia. Capra foi tão longe em sua abordagem que resolveu fundar uma rede mundial de escolas de alfabetização ecológica com o objetivo máximo de ensinar a criar o hábito de cuidar do planeta. Segundo Capra,

O cuidado flui naturalmente se o 'eu' é ampliado e aprofundado de modo que a proteção da Natureza livre seja sentida e concebida como proteção de nós mesmos [...] Assim como não precisamos de nenhuma moralidade para nos fazer respirar... [da mesma forma] se o seu 'eu', no sentido amplo dessa palavra, abraça um outro ser, você não precisa de advertências morais para demonstrar cuidado e afeição [...] você o faz por si mesmo, sem sentir nenhuma pressão moral para fazê-lo. [...] Se a realidade é como é experimentada pelo eu ecológico, nosso comportamento, de maneira natural e bela, segue normas de estrita ética ambientalista (CAPRA, 2003, p. 29).

Na ética do cuidado tudo que vive só vive e mantém sua saúde se for permanentemente cuidado. Sanar as feridas passadas e antecipar a vinda das feridas

futuras é o maior desafio. Se tratarmos com cuidado a Terra ela responde com grande generosidade.

## 4 A transversalidade e a razão sensível

Quando Leonardo Boff fala da necessidade de um saber ecológico faz uma associação com a ideia de transversalidade em que há o imperativo de serem relacionados: pelos lados (comunidade ecológica), para frente (futuro), para trás (passado) e para dentro (complexidade). Trata-se de se detectar os intra-retro-relacionamentos de tudo com tudo. As partes estão no todo e o todo estão nas partes.

A transversalidade apregoada por Boff também permite que o homem possa se concatenar consigo mesmo, com o mundo, com o social, com a ciência e com a espiritualidade, esta última infelizmente renegada a um segundo plano pelas ciências.

Habitamos esse planeta, por isso a nossa consciência não pode mais ser a de uma nacionalidade qualquer, mas sim planetária. Também precisamos entender que não há diferença entre Terra e Humanidade. Somos uma realidade una.

As Ciências modernas, todas elas atomizadas e especializadas, raramente se relacionam umas com as outras. Com o perigo global, cada saber e cada ciência deve dar a sua contribuição para salvar o todo, mas para Boff a maioria delas não tem consciência. Antes servem o mercado, a acumulação e ao sistema econômico, para só mais tarde servir à vida.

Para dar conta da ética do cuidado e da configuração de um *ethos* mundial temos que recorrer à lógica do complexo e do holístico. A busca maior é pelo sentido do planetário que se esmera em quatro dimensões: uma visão ecocêntrica, ética global, globalização e nova cosmologia. A grande questão para Boff é saber que ética e que moral importaria viver nesta era ecozóica e planetária (BOFF, 2003).

Buscamos também estabelecer a transversalidade dos discursos e o estabelecimento de uma dialogia que busque minar as divergências e suprimir as diversidades na busca de uma melhor qualidade humana, espiritual e cívica de todos os indivíduos.

Boff parte do princípio de que a Terra não se sustenta muito tempo sem a vida do espírito. Apenas uma ética da Terra não é suficiente. Precisamos que esta venha acompanhada da espiritualidade que se funda na razão cordial e sensível. É essa razão que nos concatena com a ideia da “Casa Comum”, por meio de compromissos amorosos, de responsabilidade e compaixão para com ela.

A vida do espírito significa que precisamos nos esforçar para alcançar um entendimento mútuo e profundo, construir pontes de diálogo, cultivar o amor e a amizade e criar as condições necessárias para entender a responsabilidade pelo lugar e destino comum de todos nós.

É na vida do espírito que o ser humano plenamente se satisfaz, mas não se pode confundir-lo com a religiosidade, no sentido de seguir uma crença. A vida do espírito remete à profundidade antropológica, à verdadeira essência do ser, marcada sobretudo pela inteligência e pela vontade.

Boff salienta que existem os cuidados do corpo, os cuidados da psique, mas na nossa cultura não se incentiva o cuidado do espírito, lugar primordial em que se encontram os sonhos e as utopias generosas. O amor, a amizade, a compaixão, o cuidado e a abertura ao infinito são os alimentos imprescindíveis para a vida do espírito.

Dessa forma, é impossível para Boff separar a ética da vida do espírito. São como irmãs siamesas. De nada adianta pensarmos a ética de maneira técnica, pragmática e utilitária dentro de parâmetros de sustentabilidade dentro um sistema econômico perverso.

Segundo a profecia de Marx em 1843, quando escreveu o livro “A miséria da Filosofia”, haveria de chegar o tempo da grande corrupção, o tempo da penalidade universal onde tudo aquilo que era sagrado, como a consciência, o amor, a confiança, a amizade, tudo seria colocado no mercado e tudo ganharia preço. Isso seria o extremo da voracidade do capital. É exatamente essa ideologia de que “tudo tem seu preço” que fez com que a vida do espírito ficasse estereotipada como algo “exótico” no meio acadêmico ou intelectualizado, ou que ficasse absorvida exclusivamente pela crença religiosa separando-se da perspectiva antropológica da condição humana. A vida do espírito que antes era algo natural e podia ser cultivado agora tornou-se um objeto a ser conquistado, de difícil alcance.

Karl Polanyi, em seu livro escrito em 1944 “A grande transformação” já anotava a passagem de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado no qual se podia ganhar dinheiro com tudo. Para Polanyi, ocorre uma mudança de mentalidade da humanidade. Com a criação das instituições de mercado e a crescente industrialização, o comportamento, a ação humana e até mesmo os sentimentos, tudo se ajusta à sua lógica. Neste sentido, até mesmo a vida do espírito é captada por essa sociedade de mercado que se torna ainda mais radical com o advento do neoliberalismo contemporâneo.

Para Boff, temos o dever ético de resgatar a razão cordial e a razão sensível. Deixamos de lado esse aspecto da razão porque prejudicaria a objetividade do conhecimento. Acontece que, na ótica de Boff, fundamentalmente somos seres de sentimento e paixão.

Adela Cortina, filósofa espanhola, criou a “Ética da razão cordial”. Toma como base a tradição do reconhecimento recíproco, obrigação do fundamento moral. Nas palavras da filósofa, o seu objetivo é: “[...] tentar superar as limitações de uma ética mínima procedimental, atualizar as suas abordagens numa ética

que não é só da razão procedimental mas, da razão humana íntegra, da razão cordial” (CORTINA, 2007, p. 32).

Na razão sensível estão os valores, o mundo das excelências. É na paixão que estão nossos sonhos, utopias e capacidades de indignação para transformar a realidade. Podemos e devemos incorporar a inteligência emocional, ética, do sentimento. Se resgatarmos essa dimensão será mais fácil para entendermos que a Terra é efetivamente mãe.

## 5 Ecologia integral

Quando a sociedade passa a ser de mercado tudo passa a ser valorizado sob o prisma da utilidade econômica e é absorvido pelas regras deste. Sabemos que a globalização e as políticas neoliberais não são capazes de gerar o equilíbrio de mercado, por isso tudo passa a ser comercializável e negociável de maneira desproporcional entre os países. A acumulação capitalista chegou a níveis exorbitantes e gerou uma desigualdade social e econômica gigantesca. Segundo Boff, hoje a crise não é conjuntural, econômica, política, agora é uma crise sistêmica.

A busca pelo crescimento econômico ininterrupto e sem limites maltratou demais o planeta. Para a Terra repor aquilo que perdeu em um ano ela precisará de um ano e meio. A conta, portanto, não fecha. A reserva biótica da Terra foi reduzida drasticamente. Com isso, podemos dizer hoje que a Terra se tornou um planeta insustentável.

A categoria sustentabilidade é mais objetiva, calcula os bens e serviços que a natureza nos dá. Sustentabilidade é, portanto, uma iniciativa que permite que tudo que existe vive e consegue se autoreproduzir. Hoje esse é um conceito extremamente manipulado. Segundo Boff, é um conceito antropocêntrico porque só leva em conta o ponto de vista do humano esquecendo-se dos outros seres vivos.

A sustentabilidade para Leonardo Boff deve ser integradora, onde toda a natureza deve ser incluída, até mesmo o Sol, a Lua, as estrelas, os planetas, etc. Trata-se de uma visão holística radical que segue a mesma lógica dos povos andinos no qual é necessário o equilíbrio e comunhão com Pacha (energia universal) e principalmente com Pachamama (A Mãe Terra). A essas dádivas da vida, os andinos denominam “as bondades da natureza”. A Terra, portanto, é compreendida como um ente e um superorganismo vivo que articula o físico, químico, biológico, ecológico de tal maneira que ela sempre produz e reproduz vida. Os antigos chamavam de *Magna Mater*, os andinos, como já foi dito, *Pachamama* e os modernos chamam de *Gaia*.

O verdadeiro sentido da sustentabilidade, despido do viés comercial, mercadológico e do falso politicamente correto, virá com a convocação dos seres humanos a resgatarem a cooperação e solidariedade para efetivamente promoverem a

mudança em direção ao que Boff chama de “paradigma do cuidado e da responsabilidade coletiva” (BOFF, 2012, p. 73), a fim de assegurar a existência humana e de devolver à Terra a sua força e vitalidade. Temos que assumir definitivamente a responsabilidade coletiva porque em caso contrário as consequências podem ser desastrosas.

Na década de 80 o biólogo americano Thomas Lovejoy criou o termo “diversidade biológica”. Para o biólogo, estamos no início do que poderia ser a sexta maior extinção em massa. A palavra “Biodiversidade” foi usada pela primeira vez pelo entomologista E. O. Wilson em 1986, num relatório apresentado ao Primeiro Fórum Americano sobre a diversidade biológica. A palavra “Biodiversidade” foi sugerida em 1992 na Conferência do Rio com o objetivo de substituir diversidade biológica, porque seria uma palavra mais expressiva em termos de comunicação. Segundo Wilson, a cada ano desaparecem de 70.000 a 100.000 espécie de seres vivos. Cada ser vivo é um livro aberto que sequer é aberto porque já é eliminado. Uma verdadeira devastação.

Em seu livro “O Futuro da Vida”, Wilson nos mostra que a biosfera não precisa da humanidade, mas nós é que precisamos dela. Wilson propõe uma aliança entre as duas forças que movem as pessoas: a tecnociência e as religiões. Teríamos que unir essas duas forças no sentido de demonstrar que a ciência pode ensinar a religião a não ser fundamentalista e as religiões ensinam a ciência a ser feita com consciência.

Boff também usa como referência o papa Francisco cuja proposta é de uma ecologia integral que vê a Terra como parte do universo e em que a ecologia mental seria a mais importante de todas. O *Laudato Si*<sup>4</sup> do papa parte do princípio de que tudo está interligado. Assim como os vários componentes do planeta – físicos, químicos e biológicos – estão relacionados entre si, assim também acontece com as espécies vivas.

O capítulo central da Encíclica é a Ecologia Integral. Não se refere apenas à ecologia em si, enquanto defesa do meio ambiente. É uma defesa dos ecossistemas planetários. Para Edgar Morin, numa de suas inúmeras entrevistas, afirmou que a Encíclica representava um passo importantíssimo para o século XXI, além de se aproximar muito de seu conceito de Terra-Pátria.<sup>5</sup> É uma tentativa clara na Encíclica de acabar com a oposição homem – natureza. Estabelece uma espécie de

---

4 Encíclica “ecológica” do Papa Francisco. “Laudato si, mi Signore - Louvado sejas, meu Senhor”, cantava São Francisco de Assis. Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços

5 Até os anos 1950-1960, vivíamos numa Terra desconhecida, numa Terra abstrata, numa terra-objeto. O nosso fim de século descobriu a Terra-sistema, a Terra Gaia, a biosfera, a Terra parcela cósmica e a Terra-Pátria.

teologia ecológica em que a conversão ecológica não é opcional. Ainda segundo a Encíclica, a natureza não teria sido feita para ser dominada impunemente.

No século XVI, Pascal publicou o livro “Pensamentos”, em que destaca o espírito de geometria e o espírito de finura. Na perspectiva de Boff, hoje há um embate entre os dois e se vê claramente que prevalece o espírito de geometria (a ciência e a técnica) em detrimento do cuidado que se relaciona ao espírito de finura.

## 6 Considerações finais

Apesar do pensamento utópico de Boff, sua proposta não é trazer consolo, mas sim a angústia. Esta, depois de Kierkegaard, passou a ser entendida como uma realidade que faz parte da condição humana, que não pode ser curada por nenhum psicanalista. Afinal, é a angústia que faz pensar, que move as pessoas para o diálogo e a tomarem iniciativas.

Estamos de fato no cenário de uma grande crise de civilização. De acordo com Serres (2008), a guerra mundial não se restringe apenas aos momentos históricos mais sangrentos do século XX, isto é, a primeira e a segunda guerra mundial. O adjetivo mundial pode se aplicar também, para Serres, a uma guerra contra o mundo. Essa Guerra Total seria quando a humanidade como um todo decide atacar Gaia em todas as frentes, mas não temos nenhuma chance de ganhá-la.

Entretanto, Boff afirma que a crise faz amadurecer as pessoas. Sob a certeza de que a vida não é nem material nem espiritual e que ela é eterna, os seres humanos têm que construir o projeto utópico da democracia sócio-cósmica, uma democracia não só antropocêntrica que vale para os seres humanos, mas que inclui as paisagens, as águas, florestas, etc.

Todos os seres da natureza têm uma alteridade própria e são, portanto, em certa medida, portadores de um direito à existência, ao respeito pela sua cidadania cósmica. Cada ser, as famílias e as populações dos seres possuem uma linguagem, comunicam uma mensagem e se fazem reveladoras de um mistério da existência e da vida que, por sua vez, remete a um mistério maior, que tudo unifica, tudo penetra e faz resplandecer, o mistério de Deus-comunhão-de-pessoas-divinas-de-vida-e-de-amor. Partindo dessa atitude, deve-se pôr o problema de um desenvolvimento que de um lado satisfaça às necessidades humanas e culturais e, do outro, leve em conta as exigências do equilíbrio da própria natureza, sem desorganizá-la ou mesmo destruí-la (BOFF, 1996, p. 62).

Boff conclui que devemos inventar uma nova forma de habitar o planeta, uma nova forma de produzir, consumir e de nos relacionar entre nós e todos

nós com a Terra. É por isso que o incluo como um dos maiores utopistas de nossa época.

A Carta da Terra sustenta que estamos num momento crítico da história da Terra e da Humanidade. Daí a necessidade de se fazer um pacto entre nós para cuidar da Terra e de uns dos outros. “É um dos textos mais completos que se tem escrito ultimamente, digno de inaugurar o novo milênio. Recolhe o que de melhor o discurso ecológico produziu, os resultados mais seguros das ciências da vida e do universo, com forte densidade ética e espiritual”, afirma Leonardo Boff.<sup>6</sup>

A utopia de Boff é a criação da aliança global de cuidar da Terra e cuidar uns dos outros. Se fizermos isso teríamos feito a ruptura necessária do velho paradigma da dominação e devastação para o paradigma da convivência, do cuidado, o paradigma da sustentação de toda a vida. Não só a vida humana, para não sermos antropocêntricos, mas de toda a comunidade de vida.

Precisamos criar, segundo a utopia de Boff, um novo modelo civilizatório. Somos obrigados a mudar. Ou mudamos de rumo ou morremos. Fomos demasiado longe na Guerra Total contra Gaia. Precisamos de um novo começo. Para isso precisamos de um outro olhar, olhar a Terra como nossa mãe.

## Referências

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

\_\_\_\_\_. A perigosa travessia para a república mundial. In: ARAÚJO, W. (org.). **Quem está escrevendo o futuro? 25 textos para o século XXI**. Brasília: Letra Viva, 2000.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix; 2006.

\_\_\_\_\_. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 2003.

6 Trecho extraído de <http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/20>. Acesso em 13/08/2016 às 15h35.

CORTINA, Adela. **Ética de la razón cordial**: educar en la ciudadanía en el siglo XXI. Oviedo: Nobel, 2007.

DUBOIS, Christian. **Heidegger**: introdução a uma leitura. Tradução de Bernardo Barros Coelho de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.

MORIN, Edgar; KERN Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SERRES, Michel. **A guerra mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WILSON, Edward O. **O futuro da vida**: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana. Rio de Janeiro: Campus, 2002.



## Seção 2

# Cidades, território e redes políticas



## Importância das áreas verdes

Laira Cristina Silva<sup>1</sup>

João Donizete Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Com o crescimento acelerado/desordenado das cidades e as constantes transformações no território urbano, as áreas verdes mostram-se significativamente importantes e valorizadas frente aos anseios da população. Seu papel de destaque no equilíbrio do conforto térmico e microclimático, além das nobres funções de recreação e lazer, fazem destas áreas, verdadeiros oásis em meio às cidades, propiciando qualidade de vida para toda a população que destas desfrutam. Porém, vale destacar, o interesse imobiliário e a falta de comprometimento do governo, sobretudo municipal, vêm deixando de lado, por vezes, a criação ou administração destes espaços, que estão cada vez mais escassos ou descuidados. Desta forma, a presente pesquisa propõe uma discussão teórico-conceitual, através de vasta revisão e levantamentos bibliográficos, em torno da importância/necessidade desses “resquícios de vegetação” urbanos na qualidade de vida de toda a população.

**Palavras-chave:** Áreas verdes. Importância. Qualidade de Vida.

### 1 Introdução

As áreas verdes estão em evidência por sua importância na qualidade de vida da população nas cidades, uma vez que estas possibilitam um equilíbrio entre o espaço urbanizado e o meio ambiente. Estas, segundo Silva-Filho (2002), trazem

- 
- 1 Mestranda em Geografia – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: laira\_43@hotmail.com
  - 2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: donizeteufg@gmail.com

bem-estar psicológico para as pessoas, além de proporcionar amortecimento sonoro dos ventos, melhoramento no microclima e contribuição significativa na qualidade de vida da população. Neste sentido Loboda e Angelis (2005) também afirmam que as áreas verdes urbanas são capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida urbana.

Os espaços livres são obrigatórios por lei e são considerados como um dos indicadores da qualidade ambiental urbana, uma vez que, quando estes espaços não existem, há uma notória baixa no nível de vida dos moradores de determinada cidade.

Vale destacar que embora nem toda área livre constitua uma área verde, para Cavalheiro e Del Picchia (1992), do ponto de vista conceitual, uma área verde é sempre um espaço livre. Os espaços livres são considerados áreas verdes quando não impermeabilizados e/ou com significativa cobertura vegetal (MILANO, 1992). Ainda segundo Torres (2003), os espaços livres são espaços urbanos ao ar livre, ao qual são destinados a diferentes usos como passeios, descanso, recreação e entretenimento.

Observa-se que o crescimento territorial das últimas décadas foi acompanhado por uma ausência/ineficiência de planejamento urbano que atendesse as demandas e, principalmente, a conservação das áreas verdes e desses espaços livres. Com o crescimento, as cidades passam por um aumento na demanda de infraestruturas públicas, como malhas viárias mais rápidas, ampliação e melhoramento do transporte coletivo, criação de novas escolas e hospitais, construção de novas praças e parques, dentre diversas outras estruturas necessárias para se atender a população, ampliando, desta maneira, as condições de bem-estar e qualidade de vida.

Desta forma,

Dentre muitos outros problemas sócio-ambientais existentes nas cidades, também devem ser mencionados os serviços públicos insuficientes; a distribuição desigual de equipamentos urbanos e comunitários; falta de áreas verdes; os padrões inadequados de uso do solo; e a baixa qualidade técnica das construções (FERNANDES, 2004. p. 101).

Neste sentido, para Santos (1997, p. 42) “essas mudanças são quantitativas, mas também qualitativas”, e “a cidade é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens”.

Por tudo isto, destaca-se que as áreas verdes são de grande importância para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar de toda população. Desta forma, este artigo faz parte do arcabouço teórico introdutório de dissertação de mestrado intitulada “O mapeamento das áreas verdes de Uberlândia (MG): análise da

concentração de investimentos públicos” cujo objetivo é, através do mapeamento das áreas verdes da cidade de Uberlândia-MG, identificar a forma como estas estão difundidas de maneira desigual ao longo do território urbano, impedindo, desta forma, que grande parte da população desfrute de maneira igualitária destes espaços urbanos tão importantes.

## 2 Conceitos de áreas verdes

Ao se discorrer sobre áreas verdes e a abrangência que o termo traz, avalia-se necessário ressaltar sua complexidade e multiplicidade. Há uma inexistência de concordância com o significado do termo, fator que, por vezes, acaba gerando conflitos na avaliação da vegetação presente nas cidades, prejudicando assim comparação entre pesquisas realizadas (COSTA; COLESANTI, 2011), além de gerar problemas em relação à disseminação desse conhecimento em nível de ensino, planejamento e gestão das áreas verdes (GUZZO, 1999).

Para Andrade (2004) as áreas verdes são quaisquer áreas plantadas. Já Milano (1993) define estas áreas como sendo áreas livres na cidade, que possuam características predominantemente naturais, independente do porte de vegetação. Nucci (2008), afirma que uma área só deve ser identificada como área verde se esta, cumprir funções estética, ecológica e de lazer, além de predominância de áreas plantadas, cobertura vegetal e solo permeável, que devem ocupar no mínimo 70% da área. O autor ainda destaca que as áreas verdes constituem um subsistema do sistema de espaços livres.

Cavalheiro et al. (1999) afirmam que uma área verde são tipos especiais de espaços livres e a vegetação deve ser seu elemento fundamental. Lima et al. (1994 p. 549) afirmam ainda que áreas verdes são uma categoria de espaços livres onde se predominam a vegetação arbórea. Além disso ele apresenta os seguintes conceitos,

Área Verde: onde haja o predomínio de vegetação arbórea; envolve praças, jardins públicos e parques urbanos.

Parque Urbano: é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, com maior extensão que Praças e Jardins Públicos.

Praça: como área verde tem função principal de lazer. Uma praça pode não ser área verde quando não possui vegetação e é impermeabilizada.

Arborização Urbana: refere-se aos elementos vegetais de porte arbóreo na urbe. Fazem parte as árvores plantadas em calçadas e não integram o Sistema de Áreas Verdes (LIMA ET AL, 1994. p. 549).

Por sua vez, uma área verde para Griffith e Silva (1987) apud Biondi (1990), são paisagens naturais com pequenas alterações ou ainda quase artificial, com

pouca evidência de jardinagem ou arborização. Sendo assim, incluem-se além dos parques, diversas outras estruturas urbanas como praças e bosques, cemitérios, aeroportos, corredores de linhas de abastecimento de água, coleta de esgoto e transmissão de energia elétrica e faixas de domínio legal para vias públicas de transporte, como rodovias e ferrovias (JUNIOR, 2001).

Já de acordo com Custódio,

A definição de áreas verdes propriamente ditas é de alcance amplo, abrangendo em seu conteúdo toda parte do solo coberta ou a ser coberta de vegetação arbórea ou de outra espécie vegetal. Trata-se de conceito relativamente recente, de rápida evolução, especialmente no Direito Urbanístico contemporâneo, como medida de conscientização geral, a fim de reprimir ou prevenir os reiterados abusos decorrentes de processos empíricos, de autorização administrativa inoportuna ou de meios técnicos especulatórios, que ocasionam a redução progressiva da vegetação (CUSTÓDIO, 1982, p. 18).

Pelo que é apresentado, nota-se que os conceitos estruturadores desta pesquisa em andamento são amplos e bastante complexos, permitindo extensa revisão bibliográfica, vasta discussão teórica e uma rica abordagem conceitual.

Seguindo esta linha de raciocínio, entendem-se ainda como áreas verdes,

[...] locais onde predominam a vegetação arbórea, praças, jardins e parques, e sua distribuição deve servir a toda população, sem privilegiar qualquer classe social e atingir as necessidades reais e os anseios para o lazer, devendo ainda estar de acordo com sua estrutura e formação (como idade, educação, nível sócio-econômico) (MORERO et al., 2007, p. 20).

Loboda e Angelis (2005) alertam que a vegetação, ou seja, árvores que acompanham leito de vias públicas, não devem ser consideradas como tais pelo fato de suas calçadas serem impermeabilizadas. Ainda neste contexto, Cavalheiro et al. (1999, apud BUCCHERI FILHO; NUCCI, 2006) reforçam que a arborização, canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias não devem ser consideradas como áreas verdes e sim como verde de acompanhamento viário, que juntamente com as calçadas cumprem à categoria de espaços construídos ou espaços de integração urbana.

Logo, como se observa, há diversos autores que apresentam diferentes classificações de áreas verdes. A confusão na conceituação acaba dificultando o entendimento, locais ao qual não existem nenhuma árvore são considerados como áreas verdes (LIMA et al., 1994, apud NUCCI et al., 2003). Desta forma torna-se

complexo fazer análises entre os índices de áreas verdes, uma vez que o termo não traz uma concepção geral, se tornando necessário adotar padrões semelhantes para avaliar diferentes cidades. As diferentes concepções de área verdes, fazem com que os espaços públicos, as praças não permeabilizadas, áreas públicas ou privadas, as de acompanhamento, jardins, entre inúmeros outros sejam consideradas como tal, mesmo que estas não possuam o mínimo de permeabilização. Por tudo isto, Freitas-Lima e Cavalheiro (2003) ressaltam então a necessidade da formulação de um conceito mais unânime sobre áreas verdes.

### **3 Materiais e métodos**

A Metodologia adotada neste trabalho consiste em levantamentos bibliográficos e leituras de material acadêmico já publicado sobre o tema (teses e dissertações de pós-graduação, livros, periódicos, trabalhos de conclusão de curso, dentre outros). Neste sentido, trata-se de realizar um levantamento bibliográfico teórico (com os principais conceitos estruturadores da geografia) que deem suporte conceitual à realização da pesquisa, bem como um levantamento bibliográfico temático (específico sobre as áreas verdes urbanas e sua importância na qualidade de vida da população).

Destaca-se também o uso de ferramentas (*softwares* computacionais) como RapidEye e SPOT – programas de satélite para observação da Terra, os quais possibilitam uma coleta e interpretação visual de fotografias aéreas e de imagens das áreas verdes do município de Uberlândia, sendo estas base da presente pesquisa em andamento.

Neste sentido, ressalta-se que o presente artigo é então um processo introdutório para a dissertação de Mestrado intitulada “O mapeamento das áreas verdes de Uberlândia (MG): análise da concentração de investimentos públicos”, onde avaliam-se a importância das áreas verdes na cidade, através de mapeamentos via uso de técnicas de geoprocessamento e de sensoriamento remoto. Estas sendo pilares de levantamentos cartográficos, que posteriormente possibilitam a identificação das disposições destas áreas no espaço urbano, assim como uma possível concentração dos investimentos públicos em determinadas localidades, em detrimento de outras.

### **4 A importância das áreas verdes**

Já há algum tempo os problemas relacionados ao meio ambiente vem ganhando destaque nas cidades. Estudos relacionados com a qualidade de vida e a qualidade ambiental são cada vez mais frequentes e auxiliam na melhora do planejamento urbano, proporcionando um equilíbrio entre o espaço urbanizado e o meio ambiente, ampliando de forma essencial a qualidade de vida.

O crescimento desordenado das cidades marca de forma significativa o complexo sistema urbano, causando problemas socioeconômicos, além de desequilíbrios ambientais cada vez mais frequentes. Segundo Bovo e Amorim (2009) as áreas verdes se inserem como componente essencial do espaço urbano, tanto em decorrência da monotonia das cidades, como pelas necessidades ambientais, resultado dos benefícios que elas oferecem na composição atmosférica, equilíbrio do solo, clima e poluição.

Destaca-se então, que as áreas verdes segundo autores como Custódio, 1982; Lombardo, 1985; Cavalheiro e Del Picchia, 1992; Lima et al., 1994; Amorim, 1995; Torres, 2003; Alvarez, 2004; Barbosa, 2005; Nucci, 2008, são de extrema importância contribuindo no conforto térmico pela amenização do clima urbano, estabilização da temperatura e equilíbrio da umidade do ar, modificação na direção e redução da velocidade do vento, atenuação dos ruídos, minimização da poluição atmosférica, sonora e visual, redução da poeira em suspensão, estabilização da superfície por meio do solo através das raízes das plantas, além da ampliação da possibilidade de recreação e colaboração com a saúde física e psíquica do ser humano.

Assim, entende-se que a arborização se configura como item importante dentro de uma cidade, uma vez que é capaz de dimensionar a qualidade de vida, proporcionando um ambiente equilibrado e saudável estando relacionada com espaços públicos e com a presença de espécies vegetais nesses locais (ROSSATO, TSUBOY & FREI, 2008). Essas pequenas concentrações de vegetação contribuem ainda para a redução de fenômenos indesejáveis causados pela ocupação desordenada do território, como as ilhas de calor, enchentes e a poluição atmosférica.

Neste sentido, elas ainda servem como equilíbrio do ambiente urbano, oferecendo importantes locais de lazer. Outro fator é que a vegetação e a arborização das vias públicas, servem como filtros e atenuam ruídos, retenção de poeira e fuligem, reoxigenação do ar, sensações de frescor e sombra. Segundo Amorim (2001), a não vegetação, trazem consequências negativas ao meio ambiente, como alterações do clima local, enchentes, deslizamentos e falta de áreas de lazer para a população. Neste contexto Loboda (2003) relaciona a ausência de áreas verdes urbanas a questões relacionadas a aspectos sociais, estéticos, de lazer, políticos e culturais, dentre outros.

Loboda ainda afirma que

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados a questão ambiental. No caso do ambiente, constitui-se elemento imprescindível para o bem-estar da população, pois a influencia diretamente na saúde física e mental da população (LOBODA, 2003. p. 20).

Troppmair e Galina, enfatizando as vantagens das áreas verdes, acrescentam:

- a) Criação de microclima mais ameno que exerce função de centro de alta pressão e se reflete de forma marcante sobre a dinâmica da ilha de calor e do domo de poluição;
- b) Despoluição do ar de partículas sólidas e gasosas, dependendo do aparelho foliar, rugosidade da casca, porte e idade das espécies arbóreas;
- c) Redução da poluição sonora, especialmente por espécies aciculiformes (pinheiros) que podem acusar redução de 6 a 8 decibéis;
- d) Purificação do ar pela redução de microorganismos. Foram medidos 50 microorganismos por metro cúbico de ar de mata e até 4.000.000 por metro cúbico em shopping centers;
- e) Redução da intensidade do vento canalizado em avenidas cercadas por prédios;
- f) Vegetação como moldura e composição da paisagem junto a monumentos e edificações históricas (TROPPMAIR e GALINA, 2003. s/p).

Por tudo isto, observa-se que a questão ambiental agrava-se, cada vez mais, a medida que as cidades se expandem de maneira desordenada. Neste contexto, as áreas verdes mostram-se como importante meio de lazer e principalmente de geração de qualidade de vida para população, uma vez que as cidades estão em constante transformação. Ainda neste sentido, destaca-se que estas devem ser legitimadas junto ao poder público para atender toda a população da cidade, sendo distribuída ao longo de todo o seu território para que todos tenham igual acesso e desfrute.

## 5 Considerações finais

Levando em consideração a importância da qualidade ambiental urbana e da qualidade de vida, as áreas verdes se tornam essenciais para a manutenção e melhoria dos espaços urbanos, visando o desfrute de toda população. É possível verificar ainda que os habitantes das cidades necessitam desses espaços para diversas atividades como recreação, passeios, práticas de esportes, dentre outros.

A precária qualidade de vida, o desconforto e a insegurança pelo qual o cenário urbano é caracterizado atualmente, são resultados da expansão urbana impensada e da falta de planejamento socioespacial. Desta forma, é necessária uma maior intervenção do poder público, que garanta um planejamento urbano pensando no parcelamento dos solos, nas áreas verdes e nas demais infraestruturas urbanas necessárias para toda a população.

Por tudo isto, mostra-se então de fundamental importância o desenvolvimento de políticas públicas pelo poder municipal, a fim de proporcionar um de-

envolvimento urbano que permita funções sociais e principalmente de bem-estar aos munícipes, para que estes tenham direito ao lazer e a uma vida socialmente mais justa e saudável.

## Referências

- ALVAREZ, I. **Qualidade do Espaço Verde Urbano: uma proposta de índice de avaliação**. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.
- AMORIM, M. C. da C. T. **Caracterização das áreas verdes em Presidente Prudente/SP**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001 p. 37-52.
- AMORIM, M; GOMES, M. **Arborização e Conforto Térmico no Espaço Urbano: estudo de caso nas praças públicas de Presidente Prudente (SP)**. In: **Caminhos de Geografia**, Presidente Prudente, 7(10)94-106, set. 1995.
- ANDRADE, I. E. **Jardins históricos cariocas: significação e preservação**. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- BARBOSA, R. **Áreas verdes e qualidade térmica em ambientes urbanos: estudos em microclimas em Maceió (AL)**. 2000. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.
- BIONDI, D. **Situação da arborização urbana e das áreas verdes da cidade de Recife/PE**. In: III ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA 1990, Curitiba. **Anais...** Curitiba: FUPEF e UFPR, 1990. p. 27-40.
- BOVO, M.C; AMORIM M. C. C. T. **Efeitos Positivos Gerados Pelos Parques Urbanos: Um Estudo de Caso Entre o Parque do Ingá e o Parque Florestal das Palmeiras no Município de Maringá/Pr**. In. XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 2009.
- BUCCHERI FILHO, A. T; NUCCI. J. C. **Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR**. **Revista do departamento de geografia**, Curitiba: UFPR, n. 18, p. 48-59, 2006.

- CAVALHEIRO, F. et al. Proposição de terminologia para o verde urbano. Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de arborização urbana. **SBAU**: Ano VII, Rio de Janeiro, n.3, jul./ago./set., 1999
- CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Congresso brasileiro sobre arborização urbana, I, Vitória/ES. **Anais I e II**. 1992.
- COSTA, R. G. S.; COLESANTI, M. M. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **Raega**. Curitiba: UFPR, v. 22, p. 238-251, 2011.
- CUSTÓDIO, H. B. **Áreas verdes: competência do Município para sua proteção**. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Direito Municipal, 1982.
- FERNANDES, E. **Impacto socioambiental em áreas urbanas sob a perspectiva jurídica**. In: MENDONÇA, Francisco (Org.). **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004, p. 101.
- FREITAS-LIMA, E. A. C.; CAVALHEIRO, F. Espaços livres públicos da cidade de Ilha Solteira, SP – Brazil. **Holos Environment**, v. 3, n. 1, p. 33-45, 2003, ISSN 1519-8421. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/holos/article/viewPDFInterstitial/1199/1070>> Acesso em: 07 jul. 2016.
- GUZZO, P. **Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto-SP**. 1999. 106f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1999.
- GRIFFITH, J. J. e SILVA, M. S. M. F. Mitos e métodos no planejamento de sistemas de áreas verdes. In: **Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana**, 2, Maringá, 1987. **Anais...** Maringá, 1987. p. 34-42.
- JUNIOR, A. M. **O Geoprocessamento Aplicado Ao Estudo Das Áreas Verdes No Município De Curitiba, Paraná**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agronomia-Área de Concentração “Ciência do Solo”. Novembro de 2001. 104 p.
- LIMA, A. et al. Problemas de utilização na conceituação do termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. **Anais...** São Luís, 1994, p. 539-553.

- LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A. del B.; FIALHO, N. de O. e DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlates. In: **II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana**, São Luís, de 18 a 24 de Setembro de 1994.
- LOBODA, C. R. **Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava-PR**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR.
- LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. de. Áreas Públicas Urbanas: conceito, uso e funções. **Ambiência**. Guarapuava, PR, v.1 n.1, p. 125-139, jan./jun. 2005, ISSN 1808 – 0251. Disponível em: <[http://www.unicentro.br/editora/revistas/ambiencia/v1n1/artigo%20125-139\\_.pdf](http://www.unicentro.br/editora/revistas/ambiencia/v1n1/artigo%20125-139_.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2016.
- LOMBARDO, M. A . **Ilha de Calor nas Metrôpoles**. O exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MILANO, M. S. Arborização urbana. In: **Curso sobre arborização urbana**. Resumos. Curitiba, UNILIVRE/Prefeitura Municipal de Curitiba/Sociedade de Arborização Urbana, 1993, p. 1-52.
- MILANO, M. S. A cidade, os espaços abertos e a vegetação. In: **Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana**, Vitória, 1992. **Anais...** Vitória: PMV, 1992.
- MORERO, A. et al. Planejamento ambiental de áreas verdes: estudo de caso em Campinas – SP. **Rev. Inst. Flor.** São Paulo, v.19, n.1, p. 19-30, Jun. 2007
- NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2. ed. Curitiba, 2008. 150p.
- NUCCI, J. C. et al. **Cobertura vegetal no bairro Centro de Curitiba/PR**. GEOUERJ, número especial – Rio de Janeiro, 2003.
- ROSSATO, D.R.; TSUBOY, M.S.F.; FREI, F. 2008. Arborização urbana na cidade de Assis-SP: uma abordagem quantitativa. Piracicaba. In: **SBAU**. v. 3, n. 3.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 4. ed. Hucitec, São Paulo, 1998.

SILVA-FILHO, D. F. et al. 2002. Banco de dados relacional para cadastro, avaliação e manejo da arborização em vias públicas. *Revista Árvore*. 26(5): 629-642.

TORRES, E. **Metodologia para Macroplanejamento de Áreas Verdes Urbanas**. 2003. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

TROPPEMAIR, H.; GALINA, M. H.. Áreas verdes. In: **Território & Cidadania**. Rio Claro, SP, ano III, n. 2, jun-dez, 2003. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/territorioecidadania/Artigos/helmut%201.htm>> Acesso em: 09 mai. 2016.



## Implementação e territorialização dos parques urbanos em Catalão (GO)

Bruno Vicentini Bussola<sup>1</sup>

Paulo Henrique Kingma Orlando<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto tem como objetivo analisar a implementação dos parques urbanos de Catalão (GO) e sua localização na dinâmica territorial da cidade, no período de 2004 a 2014. Os procedimentos metodológicos foram a revisão teórica que abrange os conceitos: paisagem, território, parques urbanos. O segundo passo foi a pesquisa de campo com o objetivo de analisar a distribuição dos parques urbanos em Catalão. O resultado alcançado até o momento foi a constatação de uma distribuição diferenciada que a partir do mapeamento identificamos os parques Clube do Povo, Parque Calixto Abraão, Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá, que estão localizados de forma concentrada na malha urbana da cidade, o que evidencia a ausência de uma política pública que atenda as demandas de toda a população.

**Palavras-chave:** Território. Poder. Parques urbanos. Catalão.

### 1 Introdução

Com as novas dinâmicas territoriais e a modificação e reestruturação do espaço urbano surgiram pesquisas de várias áreas do conhecimento sobre parques urbanos. Para compreender a criação e a territorialização dos parques urbanos

---

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Geografia. Contato: bruno\_bussola@yahoo.com.br

2 Professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGC. Contato: phorlando@yahoo.com.br

no contexto da cidade é necessário recorrer às categorias e conceitos geográficos como, por exemplo, território e paisagem.

Há uma relação entre estas categorias e conceitos geográficos e o parque, faz-se então necessário o aprofundamento e caracterização teórica do parque urbano, para então entendermos sua relação com o território e com as políticas públicas.

A questão norteadora da pesquisa é como se deu a implementação dos parques públicos de Catalão (GO) e como foi definida sua localização na dinâmica territorial da cidade a partir das políticas públicas de planejamento urbano do município propostas no período de 2004 a 2014.

Para responder essa indagação propomos como objetivo geral analisar a implementação dos parques urbanos de Catalão (GO) e sua localização na dinâmica territorial, problematizando as políticas públicas de planejamento urbano do município propostas no período de 2004 a 2014. Mais especificamente pretendemos: a) fazer uma revisão teórica e conceitual sobre os conceitos de Território, Parques Urbanos, Paisagem; b) analisar, a partir do mapa do plano diretor municipal de Catalão e o mapa feito a partir da coleta de dados, a distribuição dos parques urbanos na cidade.

O interesse pela discussão da temática surgiu ao realizar o trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Geografia defendido na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão no ano de 2014, intitulado “Equipamentos públicos comunitários: a situação dos bairros da região sul da cidade de Catalão (GO), no período de 2004 a 2014.”, emergiram as preocupações sobre o planejamento urbano municipal, ou seja, a oportunidade de conhecer melhor a realidade de um bairro nos instigou a pensar a situação da cidade numa escala mais ampla.

Consideramos a hipótese de que existe uma implementação diferenciada dos parques urbanos na cidade de Catalão, que privilegia uma determinada parcela da população.

A área a ser pesquisada é o que estamos denominando como “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão”, que compreende cinco parques urbanos: Clube do Povo, Parque Calixto Abraão, Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá. Os mesmos foram selecionados como objeto de investigação por estarem localizados de maneira centralizada na malha urbana e pelo fato de terem sido alvos de revitalização recente.

## **2 Metodologia/procedimentos utilizados**

A revisão teórica tem como finalidade aprofundar os conhecimentos e as discussões já existentes sobre os conceitos geográficos trabalhados. Segundo Luna (2011) “[...] a importância dessa circunscrição assume contornos dependendo do tipo de problema em estudo, da teoria em questão e, muito frequentemente, do

compromisso com a teoria daquele que julga o trabalho ou mesmo da sua concepção de teoria” (LUNA, 2011, p. 88).

Nesta etapa da pesquisa a leitura de autores, como: Souza (2015), Loboda (2009), Gomes (2013), Haesbaert (2012), Raffestin (1993), trazem grandes contribuições teóricas para a construção conceitual proposta por nós ao analisarmos previamente os conceitos de território, paisagem e parques urbanos. Os autores abordados irão colaborar com a análise da área de pesquisa, para que possamos entender as relações estreitas entre o objeto de estudo, que neste caso são os parques urbanos de Catalão e sua inserção no espaço territorial da cidade.

A pesquisa empírica neste trabalho tem por finalidade a caracterização dos parques públicos da cidade de Catalão (GO) e sua localização e distribuição na malha urbana. Com isso poderemos compreender como se deu a elaboração e implementação das políticas públicas de planejamento urbano de Catalão (GO) propostas durante e depois do plano diretor municipal (2004-2014), referentes a criação e manutenção do parques municipais urbanos.

### **3 Discussão e resultados**

Faremos aqui uma teorização dos conceitos geográficos paisagem e território e uma abordagem sobre os parques urbanos que tem como objetivo refletirmos sobre o processo de formação territorial dos parques urbanos da cidade de Catalão.

#### **3.1 Pensando os parques públicos como território e poder**

A paisagem, conceito fundamental para as análises geográficas, apresenta dois elementos que são de extrema importância para sua compreensão: os objetos naturais e os objetos sociais. Entendendo esses dois elementos como processo de transformação e de mudanças sociais, o autor Santos (2009) destaca que:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variadas. A mesma coisa acontece em relação aos espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 2009. p. 54)

As mudanças sociais no século XXI vem acontecendo de forma muito acelerada, o espaço ou a paisagem passam a ser então alvo frequente dessas alterações que ocorrem para acompanhar as novas necessidades de cada nova sociedade, muitas vezes se alterando com implementações diferenciadas de suas estruturas.

Pereira (2008, p. 16) questiona se a “Paisagem é o que se vê?”, e responde afirmando que o que se vê não é o real e sim uma representação, uma leitura dessa realidade. Para o autor devemos aprofundar a discussão sobre o conceito de paisagem para não ficarmos apenas nos sentidos ou na superficialidade do conceito.

Para Souza (2015, p. 51), a paisagem é uma forma e uma aparência “e não há nada de intrinsecamente ruim nisso, a não ser que a própria limitação mental faça disso algo ruim”.

Quando falamos da relação entre a paisagem e a sociedade, temos que levar em consideração os instrumentos de uso do homem (por exemplo, os parques públicos) que têm significados e são concebidos pelo fator cultural. Como citam Moreira e Silva (2013, p. 221), a paisagem “É constituída pela relação entre o homem e a natureza, pela imagem e uso estabelecido pelo observador, uma vez que ‘não há paisagem sem observador’.”

Nesse caso, especificamente a paisagem urbana deve ser entendida decorrente de suas composições espaciais (territoriais), sem perder a noção primeira do visível e da forma, mas que está sujeita nesse sentido a valores e princípios filosóficos próprios da sociedade à qual pertence. Bonametti (2010, p. 263) destaca que é na paisagem urbana que “se configura a sociedade, onde são produzidos os acontecimentos históricos e as transformações socioeconômicas, entre outras;” sendo assim a paisagem com atributos próprios que é entendida como cidade. O autor afirma que

A paisagem urbana é a expressão dos valores materiais e culturais de uma determinada época e o espaço de ação do poder. Desta inter-relação surgiram impérios, metrópoles, colônias e nações onde o poder delimitou sua atuação espacial e deixou claros seus interesses (BONAMETTI, 2010, p. 271).

Em uma primeira reflexão a paisagem urbana caracteriza-se como a relação entre o homem e seu domínio exercido sobre a natureza de forma individual e coletiva. Compreender essa relação faz-se necessário para que possamos avançar na compreensão da paisagem como sentido cultural e histórico que leva em consideração o sentimento, o pertencimento e as relações intrínsecas de poder nelas contidas.

Para compreendermos essa relação entre paisagem, território e poder é necessário entrarmos no campo da epistemologia, o conceito de território é amplamente difundido entre os cientistas tanto sociais, como naturais, Souza (2015, p. 87) afirma que a definição de território está estreitamente ligada às relações de poder, o autor ainda destaca que não há influência ou relação de poder que não esteja concretizada em seus limites espaciais. “Mesmo quando se exerce poder a grandes distâncias, por meio de modernas tecnologias de comunicação ou informação, o alvo ou destinatário, jamais é um grupo social ‘flutuando no ar’ [...]”, essa ideia não deve ser negligenciada, a relação do homem com o palpável, a sua conexão com um espaço vital, caracteriza-se nas suas práticas espaciais.

Segundo essa premissa de que o território é poder Souza (2015) destaca que:

O desejo ou a cobiça com relação a um espaço podem ter relação com os *recursos naturais da área em questão*; podem ter a ver com *o que se produz ou quem produz no espaço considerado*; podem ter ligação com o *valor estratégico-militar daquele espaço específico*; e podem se vincular, também, às ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (ou mais especificamente, ente um grupo e objetos geográficos determinados, como um santuário ou símbolo “nacional”) (SOUZA, 2015, p. 88, grifos do autor).

O conceito de território portanto, tem papel central dentro do conhecimento geográfico. Para Haesbaert (2012, p. 37), os geógrafos têm sua visão direcionada à materialidade do território e às suas múltiplas estruturas; já as Ciências Políticas voltam-se para as relações de poder, na sua maior parte unidas às concepções de Estado; a Antropologia se apoia na compreensão das simbologias das sociedades ditas tradicionais; por fim, a Sociologia e a Psicologia levam o território à escala do indivíduo.

Voltamos a análise para a relação de poder no que diz respeito ao território, essa relação se apresenta como um campo de força entre o espaço social e as relações sociais, sendo o poder, então, uma das dimensões sociais, e o território sua expressão espacial (SOUZA, 2015).

A literatura em torno do território e dessa relação com o poder na obra de Raffestin (1993) esclarece que o espaço vem antes do território, e que o território se materializa no espaço como afirma o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Podemos ver que é complexo tratar do território, pois ele se apresenta de várias maneiras como estado ou região, com limites, fronteiras etc. O autor deixa claro que o espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si.

### 3.2 Territorialização dos parques urbanos em Catalão

A ideia de área pública ou, mais especificamente, parque urbano nasce para atender as novas demandas sociais da cidade. Cardoso et al. (2015) ressaltam que foi decorrente dessa nova vida urbana agitada (caos urbano) que nasceram os parques urbanos no Brasil.

Quando falamos em parques urbanos, ressaltamos o processo de produção e reprodução no espaço urbano, que vem sendo transformado alterando-se os projetos arquitetônicos ao decorrer do tempo e criando novos significados, símbolos e usos. O imaginário, o discurso e a argumentação para criação dos parques urbanos são os mais diversos: qualidade de vida, lazer, natureza, amenizar os efeitos negativos da poluição, do estresse e etc. Nesse conjunto de estratégias Gomes (2013) destaca que:

[...] o capital garante a sua reprodução, de forma mais acelerada, por criar símbolos, ícones, *status* e “necessidades”, como os parques, as praças, o “verde”, o lazer, os condomínios murados, os bairros jardins, e ofertar aos que podem pagar, que são “seduzidos” pelas estratégias de marketing, enquanto os demais lugares parecem aumentar suas carências por não terem tais “símbolos” e/ou equipamentos. (GOMES, 2013. p. 17)

Nasce, então, desse contexto de símbolos e estratégias, o que a literatura chama de cidade ideal, essa noção idealizada passa pela qualidade de vida de seus municípios, e é a partir dessa premissa que os gestores municipais e planejadores criam os espaços públicos, as áreas verdes, os parques urbanos, os projetos que visam proporcionar o lazer e a aproximação da sociedade com a natureza.

No caso da cidade de Catalão podemos ver que os parques urbanos estão implementados na malha urbana de forma diferenciada em uma determinada área da cidade (figura 2), que nos últimos anos vem ganhando investimentos para revitalização e melhorias.

A literatura destaca que os espaços públicos no sistema capitalista apresentam-se como mercadoria de consumo, alguns destes com acesso restrito, conforme já mencionado anteriormente, possibilitando certo controle de atendimento de demanda e favorecendo as classes mais abastadas da sociedade. Nesse sentido, Loboda (2009) afirma que:

Diferem, nesses casos, as funções desses espaços ditos como públicos e de uso comum, notadamente aquelas de cunho burocrático e de assistência aos diversos segmentos sociais, aos quais os acessos são diferenciados, ou restritos aos interesses e necessidades particulares. Esses aspectos singularizam e/ou, melhor, diferenciam os espaços públicos na cidade do ponto de vista dos usos, funções e influências que exercem, e da influência que exercem na dinâmica socioespacial da cidade. (LOBODA, 2009, p. 35)

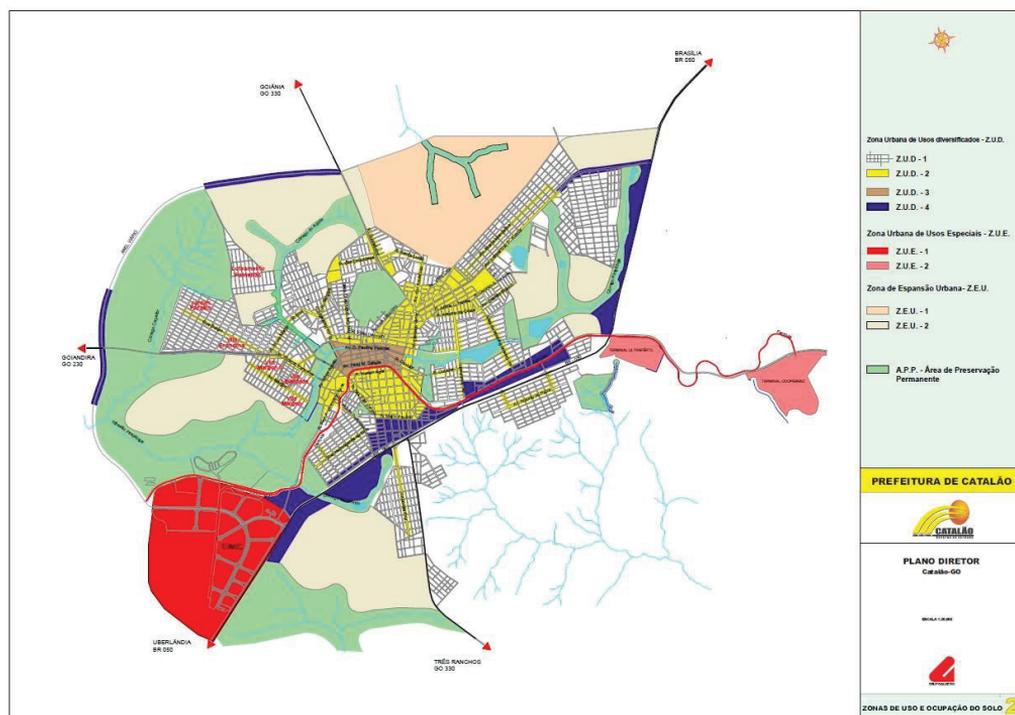
A sociedade capitalista, tem intrínseco e como característica fundamental para reprodução do capital a propriedade privada, Gomes (2013) destaca os parques urbanos no enclave do território urbano como um lugar de interesse privado

e público, tem como estratégias e ações, valorizar uma determinada área e aumentar o lucro, mais que isso, o alcance de padrão de vida tido como ideal.

Para concretizar essa ideia destacamos a contribuição de Gomes (2013, p. 94) ao afirmar que os parques urbanos deveriam ser equipamentos de uso coletivo e que a sociedade possa utilizá-lo como um todo. Para o autor isso não acontece devido a vários fatores “[...] Seja porque a localização não propicia o acesso da maioria da população, seja porque é um simulacro de espaços públicos, seja ainda porque é utilizado como um fator de valorização imobiliário.”

No mapa abaixo (figura 1) podemos observar a cidade de Catalão (GO) e as zonas de uso e ocupação do solo no ano de 2002, propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão. A lei 2.210 de 2004 previa no seu artigo 67 a requalificação de espaços públicos, dentre eles Clube do Povo e Represa.

O artigo 70 desta mesma lei garante a possibilidade de implementação de novas áreas de uso coletivo, como praças, parques e centro de lazer. Essa proposta poderia ser efetivada inclusive pelo aproveitamento de áreas de preservação permanente, dos cursos d'água, fundos de vale, áreas naturais preservadas no contexto da área urbana e expansão urbana ou ainda em áreas degradadas.

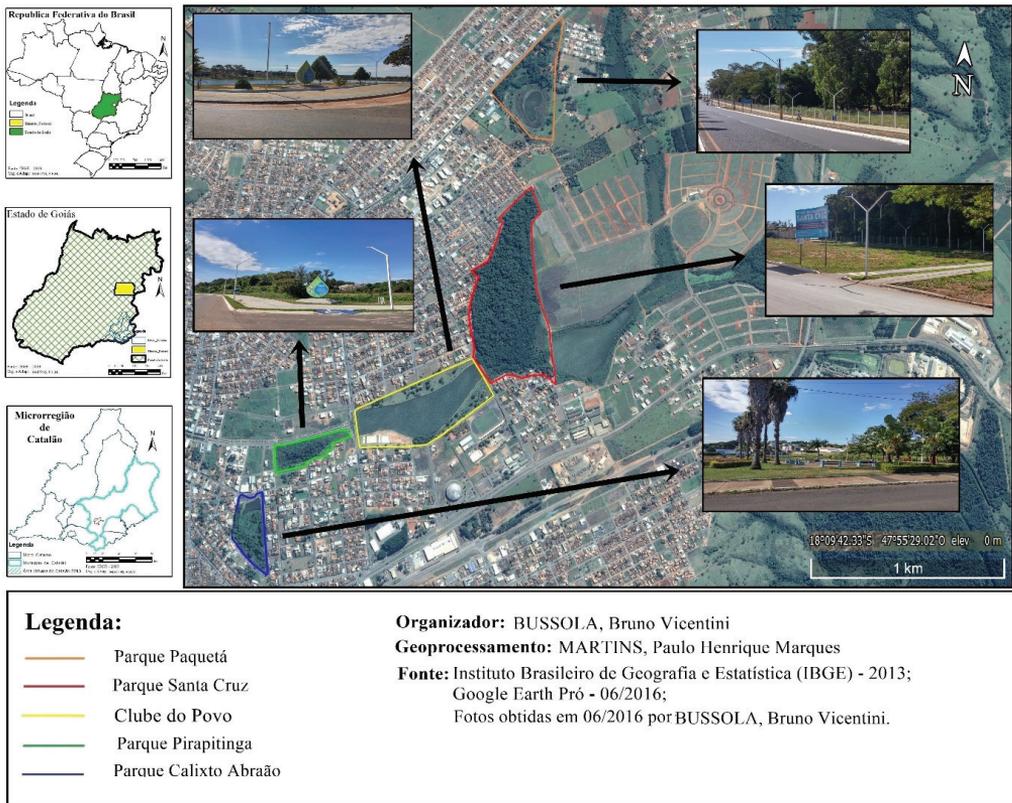


**Figura 1** Zonas de uso e ocupação do solo (2004).

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão, 2004 (promulgado em 05.08.2004)

Apesar do que estava garantido na lei e a disponibilidade de áreas em toda a cidade que poderiam ser convertidas em espaço de convivência urbana para a população, o que ocorreu ao longo dos anos de vigência deste Plano Diretor foi a requalificação e a revalorização, bem como investimentos na implementação de novos parques urbanos de forma centralizada.

A área de pesquisa é o que estamos denominando como “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão”, que compreende cinco parques urbanos, sendo eles: Clube do Povo, Parque Calixto Abraão, Parque Pirapitinga, Parque Santa Cruz e Parque Paquetá (figura 2).



**Figura 2** Complexo Ecológico Ambiental de Catalão (2016).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 2013; Google Earth Pró – 06/2016  
 Org.: Bruno Vicentini Bussola (2016). Geoprocessamento: Paulo Henrique Marques Martins

## 4 Considerações finais

Após o trabalho de campo, identificamos que os parques urbanos de Catalão apresentam equipamentos que proporcionam à população a prática de atividades

físicas com uma infraestrutura considerável como: pistas de caminhada, quadra de areia, academia ao ar livre e, nos últimos meses, foram investidos nos parques iluminação de *led*, para a prática de atividade no período noturno.

A hipótese levantada no primeiro momento foi de uma implementação diferenciada dos parques urbanos que se apresentam de forma concentrada na malha urbana de Catalão, na região de condomínios e casa de alto padrão.

Chegamos a uma conclusão parcial que aponta uma relação territorial de poder, ou seja, os investimentos feitos para valorizar a área do “Complexo Ecológico Ambiental de Catalão” privilegiam uma determinada parcela da sociedade.

Portanto, podemos afirmar que os parques urbanos são construções que tem por finalidade proporcionar aos munícipes de uma cidade qualidade de vida e bem estar social. Os autores que abordam essa temática ressaltam que os especuladores imobiliários e as políticas públicas influenciam na construção dessas áreas em locais específicos, assim garantindo a manutenção do *status quo*.

## Referências

BONAMETTI, João Henrique. A paisagem urbana como produtor do poder. URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 259-273, jul./dez. 2010 (ISSN 2175-3369) <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd99=issue&dd0=260>. Acesso em: 17/06/2016

CATALÃO. Prefeitura Municipal. Lei 2.210 de 05 de agosto de 2004. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão**. Catalão, 2004.

CARDOSO, Silvia Laura Costa. SOBRINHO, Mário Vasconcellos. VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. **Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém** Gunnar Vingren. URBE. Revista brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v.7, n.1, p. 74-90, jan./abr 2015 (ISSN 2175-3369) <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd99=issue&dd0=604>. Acesso em 16/06/2016

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. Concepção de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton... [et al.]. **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2º ed. – Rio de Janeiro : DP&A, 2006. 43-70p.

- LOBODA, Carlos Roberto. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 1, 2009.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p. (Série Trilhas).
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R. SILVA, Clarinda Aparecida da. Paisagem e mídia: os parques urbanos como produto de mercado turístico e imobiliário em Goiânia – Go. **Caminho de Geografia**. Uberlândia. v. 14, n. 46. p. 220-235. 2013 ISSN 1678-6343. <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16776>. Acesso em: 13 jun. 2016.
- PEREIRA, Diamantino. **Paisagem e uso do solo urbano e rural**. Terra Livre. Presidente Prudente, ano 24, v. 1, n. 30. 15-26, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo, USP, 2009.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- \_\_\_\_\_. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Elias de. GOMES, Paulo Cezar de Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 77-116.
- \_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2015.
- \_\_\_\_\_. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 67-100, jan/jun., 2000. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08\\_4\\_MarcLopes.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_4_MarcLopes.pdf). Acesso em 11/06/2016.

## Agentes produtores do espaço turístico em Três Ranchos (GO)

Amanda Abadia Felizardo  
Custódio<sup>1</sup>

Magda Valéria da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do estudo foi identificar os agentes que marcaram a produção do espaço turístico da cidade de Três Ranchos/Goiás. A relevância da pesquisa se acerca na busca de compreender o turismo não somente no âmbito econômico, mas também na organização de espaços impondo novos ritmos nas áreas onde se estabelece. Foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) pesquisa teórica sobre turismo/paisagem no campo da geografia e b) pesquisa documental. Três Ranchos teve sua paisagem transformada pelas adaptações advindas das necessidades do capital, passando a se desenvolver em função da atividade turística. Assim, entende-se que a produção e o consumo do espaço ligado ao turismo envolvem variados processos espaciais e, nestes, atuam diversos agentes sociais em diferentes escalas geográficas.

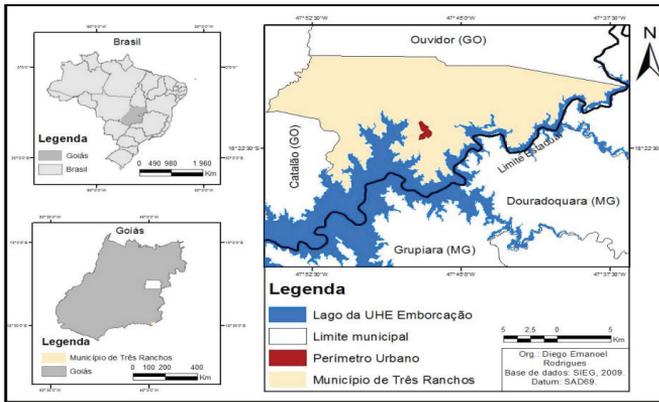
**Palavras-chave:** Turismo. Espaço. Agentes.

### 1 Introdução

O presente artigo é um fragmento da Dissertação de Mestrado em andamento a qual tem como objeto de estudo o turismo. O recorte espacial se dá para o município de Três Ranchos (Mapa 1), que se localiza na Região de Planejamento

- 
- 1 Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Contato: amanda.custodio891@hotmail.com
  - 2 Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Contato: magdaufgcatalao@yahoo.com.br

do estado de Goiás, denominada Sudeste Goiano (conhecida também como região da Estrada de Ferro).



**Mapa 1** Localização do Município de Três Ranchos-GO.

Fonte: SIEG, 2009. Organização: Rodrigues, D. E. (2016)

Três Ranchos possui como principal característica a presença do Lago Azul (Imagem 1), nome dado ao lago artificial formado pelo barramento do Rio Paraiba para construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação, no início da década de 1980. Após esse evento, entre os anos de 1980 e 1990, Três Ranchos se projetou no cenário turístico regional e nacional como balneário, conhecida como “A cidade do Lago Azul”, frase de *marketing* utilizada pela Secretaria Municipal de Turismo de Três Ranchos (SETUR) durante muitos anos.



**Figura 1** Fotos panorâmicas de Três Ranchos/GO.

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Três Ranchos/ GO, 2016

Destarte, pretende-se identificar as especificidades do espaço produzido, consumido e apropriado pelo turismo e seus desdobramentos no município. Em se-

guida, esboça-se o papel dos agentes produtores do espaço turístico, ressaltando a atuação de cada um deles: o Estado, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção e consumo e os turistas. Estes agentes estão distribuídos entre três grupos: o Mercado, os Planejadores e os Turistas.

## **2 Relação entre turismo e produção do espaço no contexto geográfico**

O turismo é, na maioria das vezes, compreendido como atividade econômica que, em um processo dinâmico, apropria-se e produz espaços e territórios. O homem se apropria da natureza, transformando-a em espaço geográfico com a sua presença e interferências mediante o trabalho. Muito além das relações econômicas que se travam na prática turística, em uma análise mais atenciosa, verifica-se que nestes espaços há uma complexidade, seja de ordem antropológica, econômica, histórica, ou de todos estes fatores simultaneamente.

Caracterizado muitas vezes como o elemento reordenador de uma realidade local, transformando espaços à sua conveniência, tanto no meio natural quanto no social, o turismo proporciona a circulação de pessoas, de bens e serviços. Conforme Oliveira e Santos (2014), o desenvolvimento do turismo no contexto atual está ligado ao advento da sociedade industrial capitalista a partir dos fins do século XVII e a Revolução Industrial, no século XVIII. O sistema industrial e o processo de urbanização crescente da sociedade contemporânea implicaram no aparecimento e no desenvolvimento do lazer como necessidade.

Segundo Barretto (1997, p. 52), “as pessoas deixaram de trabalhar na terra e passaram a fazê-lo nas indústrias [...] apareceu uma classe média que passou a ter cada vez melhores salários”, o que, por sua vez, criou condições materiais e culturais como: desenvolvimento dos meios de transportes e de comunicação de massa; aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora; surgimento de novas formas de sociabilidades e uso econômico do tempo. Essas condições encurtaram as distâncias tornando as viagens mais acessíveis a um número maior de pessoas, em sua maioria de classe média. O autor explica ainda que:

A concentração de riquezas nas áreas urbanas trouxe a emergência de uma nova classe de ricos: banqueiros, financistas, comerciantes [...]. Estas pessoas foram as primeiras a pensar numa atividade recreativa para fazer nos seus momentos de não-trabalho e começaram a viajar intensamente logo que os transportes assim o permitiram (BARRETTOS, 1997, p. 60-61).

Faz-se mister destacar que a Revolução Industrial gerou a produção de bens de consumo em série e para ter mercado consumidor era necessário dar às pessoas tempo para consumirem o salário e assim se dinamizar os fluxos econômicos. No século XIX, o lazer passou a ser considerado como uma necessidade das pessoas, contribuindo para recompor as forças de trabalho e, à medida que equipamentos foram criados e atividades direcionadas ao lazer desenvolvidas, o turismo se tornou uma opção econômica rentável. Nesse viés, a classe trabalhadora, por estar exausta das condições da relação social de produção em que se insere, encontrou no lazer uma forma de descansar para, então, voltar a ser uma peça na engrenagem do sistema de produção.

O capitalismo passou a utilizar a ideia do descanso e criou para essa necessidade o turismo. Como afirma Lefebvre (1973, p. 64), “[...] tempo livre enquanto libertação ilusória, enquanto extensão do capitalismo trazendo um contributo ativo à consolidação das suas relações essenciais”. Dessa maneira, o turismo adentra nas relações de produção do capitalismo como mais uma maneira de o mercado se inserir ideologicamente na sociedade.

Mas, afinal, o que é turismo? Conforme Barreto (1997), a primeira definição de turismo foi dada por um economista austríaco, Hermann von Schullern zu Schattenhofen, em 1911: “[...] turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (BARRETO, 1997, p. 9).

Outras definições foram surgindo ao longo dos anos, Torre (1992, p. 19) entende o turismo como:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada.

Pode-se perceber que, independente das definições, os autores supracitados abordam o turismo como resultante do deslocamento de pessoas para outro lugar, que não seja o de residência, por um determinado período de tempo.

Buscando ainda outras definições destacamos Robert McIntosh (1993, apud BENI, 2001, p. 34) que em sua visão analisa o “turismo definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e satisfazer suas necessidades e desejos”.

Já para Andrade (2000, p. 38), o “turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação,

circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento”, assim, entende-se que o turismo não está unicamente ligado ao deslocamento, mas também se relaciona ao atendimento das necessidades de quem, por variados motivos, desloca-se.

Conforme Barretto (1997), o turismo é uma atividade econômica que dentro do contexto atual necessita de fluxos materiais, imateriais e dos fixos para atender às necessidades dos turistas, funcionando dentro dos moldes capitalistas, com interesses financeiros. Dentre os múltiplos conceitos e tipologias, a definição de turismo mais aceita, do ponto de vista formal, é dada pela Organização Mundial do Turismo:

Turismo é uma atividade humana intencional que envolve deslocamento temporário de pessoas, onde o indivíduo permanece por mais de 24 horas e menos de 1 ano fora do local de sua residência, para a realização de qualquer atividade e satisfação de qualquer necessidade, sem intenção de lucro e se utiliza de meios de transporte, hospedagem e alimentação, dentre outros (OMT, 2001, p 38).

Inúmeras definições poderiam ser listadas, e, em sua maioria, fazem referências ao deslocamento e à permanência do turista fora de seu local de habitação, ou, então, ao turismo enquanto atividade econômica. Conforme Beltrão (2001), o turismo se coloca como alternativa econômica viável em muitas sociedades, sendo projetado como a segunda maior fonte de renda do século XXI.

Portuguez (2002) também destaca o turismo como um fenômeno em crescimento, pois a receita gerada tem se equiparado a setores tradicionais como petróleo, automóveis e equipamentos eletrônicos. A atividade é considerada grande geradora de emprego, renda e divisas, apontada como estratégia para o desenvolvimento local e regional, sendo incentivada pelos governos, empresários e constantemente procurada pelos consumidores.

Considerando a relevância do turismo no mundo moderno, Rodrigues (1997, p. 12) afirma que “o turismo é um fenômeno massivo em escala global [...] constituindo-se o primeiro produto do comércio mundial”. No entanto, ao considerar a abrangência do fenômeno turístico, a autora ainda ressalta que “o importante não é classificá-lo, mas buscar a compreensão da sua essência, como fato econômico, político, social e cultural, com grandes repercussões territoriais” (RODRIGUES, 1997, p.126).

Destarte, entende-se que o turismo deve ser considerado em toda a sua complexidade e contradição já que se trata, ao mesmo tempo, de uma atividade econômica assentada em um sistema de mercado, o capitalismo, e sujeito aos efeitos deste, mas também se configura como uma prática social. Conforme Cruz

(2000), o turismo enquanto prática social tem o espaço como primeiro objeto de consumo, incorpora-se ao mercado, tornando-se um agente da transformação do espaço em mercadoria. A emergência de uma leitura geográfica se dá mediante a transformação espacial, nessa perspectiva:

O turismo, tal como outras atividades – e concorrendo com elas – introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico (CRUZ, 2000, p.12).

Dessa forma, considerando que o espaço é o principal objeto de consumo do turismo, tem-se aí uma das mais importantes especificidades desta prática social, pois em razão do deslocamento do turista (consumidor) até o produto a ser consumido, imprimem-se transformações diretas em pelo menos três porções do espaço geográfico: a) espaços emissores de turistas; b) espaços de deslocamento e c) espaços receptores de turistas, sendo o último a porção que vivencia a maior gama de transformações socioespaciais impostas pela atividade. O turismo se destaca como um fenômeno capaz de transformar o espaço do qual se apropria, pois necessita de infraestruturas para se desenvolver.

O estabelecimento de infraestrutura em prol do turismo promove a reorganização dos espaços mediante o uso de determinadas normas e padrões, mantendo certas tendências contemporâneas de gostos e exigências dos turistas, de forma que os espaços turísticos se revestem de características comuns em detrimento das especificidades de cada localidade.

Compreender que o turismo modifica e consome o espaço permite estabelecer a sua conexão com os ensinamentos da Geografia, que tem no espaço geográfico seu principal recorte para a realização de análises científicas. Santos (2004) ressalta que o conceito de espaço é central à Geografia:

[...] o espaço se define como conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004, p. 153).

Assim, para Santos (2004), o espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção, das necessidades de circulação e distribuição, além disso, é organizado pelo homem em sociedade, sendo que cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. O turismo enquanto atividade econômica é capaz de transformar o espaço não atua de forma isolada, ele se associa a outros setores da sociedade econômica, com o fim de realizar seus objetivos, desse modo, a produção e o consumo do espaço turístico se inserem na produção e no consumo do espaço em seu contexto totalizante.

### **3 Caminhos da pesquisa**

Por se tratar de um processo de investigação científica, a metodologia empregada para o desenvolvimento desse estudo pode ser caracterizada em três etapas: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo.

A Pesquisa Bibliográfica se constituiu no estudo de obras geográficas e das Ciências Humanas que foram capazes de sustentar a visão sobre o turismo e a produção do espaço por agentes sociais. Para tanto, recorreu-se a materiais bibliográficos como: artigos, livros, dissertações e teses. Dentre os principais pesquisadores que contribuíram para a fundamentação teórica deste trabalho estão: Barreto (1997); Carlos (1994); Cruz (2000); Felipe (2004); Knafou (1996); Melo (2008); Corrêa (1989); Santos (2004, 2008) e Souza (2012), entre outros.

O passo seguinte foi a Pesquisa Documental, a qual teve como premissa buscar dados e informações quantitativas e qualitativas em arquivos públicos disponíveis na Prefeitura Municipal de Três Ranchos, Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Finanças. Essa etapa se estendeu para a análise de documentos como: Plano Nacional do Turismo (2003, 2007, 2013); Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; Plano Estadual de Turismo; Inventário da Oferta Turística Três Ranchos; Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo; Projeto de Execução Descentralizada (PED); Estatuto da Cidade; Plano Diretor Participativo do Município de Três Ranchos/GO.

Tais documentos foram obtidos por meio de pesquisas em diversas instituições públicas e *homepages* da EMBRATUR, CEMIG, IBGE, IMB, SEPLAN-GO, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério do Turismo e Goiás Turismo.

## 4 Os agentes produtores e consumidores do espaço turístico

Para compreensão de como se deu a produção do espaço turístico em Três Ranchos, a presente análise se baseia em estudos de Roberto Lobato Corrêa (1989; 2011). Este caracteriza os principais agentes produtores do espaço. No entanto, o foco aqui é a atuação desses agentes na produção do espaço via turismo, que emerge em função da conjugação de interesses e conflitos diversos. Assim, o espaço turístico é produzido segundo uma lógica que atende preferencialmente aos interesses imediatos dos principais agentes produtores: Estado (poder público), empresários do segmento e do setor imobiliário e turistas.

Em uma reflexão não muito aprofundada, pode-se afirmar que o espaço é produzido, modelado e caracterizado pela ação dos agentes sociais, que, por sua vez, estão em cada parte, sendo responsáveis pela organização do mesmo, de forma a possibilitar novas configurações e dinâmicas. Vasconcelos (2014) destaca que um dos primeiros autores a introduzir a noção de agentes sociais foi o geógrafo espanhol Horácio Capel (1974), utilizando a denominação “agentes da produção do espaço”, responsáveis por diferentes estratégias, que seriam os seguintes:

En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses, sino de acuerdo con los intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes. En esencia estos agentes son: los propietarios de los medios de producción; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción, y, por último, los organismos públicos (VASCONCELOS, 2014 apud CAPEL, 1974, p. 19).

Corrêa (1989), na obra *Espaço Urbano*, lista esses agentes já abordados por Capel (1974) e acrescenta os grupos sociais excluídos. Nesse sentido, Corrêa (1989) considera que a produção do espaço se dá mediante o movimento e a ação desempenhada pelos seguintes agentes sociais: 1) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo, os grandes industriais; 2) Os proprietários fundiários; 3) Os promotores imobiliários; 4) O Estado e 5) Os grupos sociais excluídos.

Além desses agentes apontados por Corrêa (1989), na cidade de Três Ranchos, em relação ao turismo, tem-se a ação dos turistas que são os principais consumidores do espaço turístico e que também influenciam fortemente na produção deste espaço. Felipe (2004), a respeito do processo de redefinição espacial de Três Ranchos, classificou como principais agentes indutores: as grandes empresas comerciais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado, que tiveram suas ações regulamentadas de acordo com os interesses do agente dominante, no caso, o turista.

Nesse ponto adotamos as reflexões de Knafo (1996), que considera a origem do espaço turístico a partir de três fontes: o mercado, os planejadores e os turistas.

#### 4.1 O mercado

O mercado desempenha um papel importante no desenvolvimento do setor e na produção do espaço turístico, via as relações sociais, econômicas e políticas que são empreendidas no espaço voltado para a manutenção de seus interesses capitalistas e de acúmulo de capitais. Para Knafo (1996), devido ao controle dos preços, aluguéis e serviços de alimentação, por exemplo, observa-se que a ação do mercado é que possibilita que os espaços se tornem espaço turístico. A permanente necessidade de criação de novos produtos faz do mercado um agente importante no uso e apropriação do espaço pelo turismo, caracterizando uma dimensão essencialmente econômica em suas relações. Os representantes do mercado atuam no espaço com a finalidade de obterem lucros cada vez maiores, são considerados como importantes agentes produtores do espaço na medida em que se organizam para proporem e cobrarem melhorias para a área, que se constitui como espaço produtivo para a atividade turística.

De acordo com as reflexões de Fonseca (2005), o mercado é relevante para o estabelecimento de estratégias voltadas para a dinamização de outros segmentos da economia local. Estas, geralmente, estão voltadas para a busca de melhorias dos serviços urbanos junto ao poder público em prol do atendimento às necessidades de investimentos nas localidades onde se encontram seus empreendimentos turísticos, promovendo, assim, benefícios para a área, minimizando os problemas advindos da precariedade dos equipamentos e serviços urbanos, que são incompatíveis com o desenvolvimento satisfatório do turismo. Nesse sentido, o mercado tem o papel decisivo de influenciar o turista e induzi-lo a escolher o espaço turístico a ser utilizado como palco de lazer e entretenimento.

Segundo Cruz (2000, p. 21), para vencer a competitividade, de um lado, o mercado “tem a permanente necessidade de criação de novos produtos e consequentemente, da expansão do mercado consumidor, característica de acumulação flexível do capital”, mas, de outro, existe o turista, que, induzido por esse mercado, busca constantemente novidades ofertadas pelo setor. As localidades mais atrativas são as que possuem melhores hotéis, restaurantes, chalés, casas de veraneios etc., que têm melhores logísticas e estruturas, esses são os territórios mais consolidados e que apresentam maior competitividade turística.

#### 4.2 Os planejadores

Os planejadores representados pelo Estado têm a responsabilidade de criar infraestruturas (transportes, saneamento, energia, comunicações, etc.) para o desenvol-

vimento do turismo, essenciais para viabilizar os deslocamentos entre centros emissores e receptores, assim como tornar os lugares mais atrativos. No entanto, percebe-se, ao analisar a produção do espaço turístico em Três Ranchos, que muitas atribuições do Estado tenderam a privilegiar os interesses dos agentes capitalistas, deixando de lado as ações que contemplam as necessidades da sociedade como um todo.

Na imagem 2 é possível visualizar a ocupação da margem do lago por casas e condomínios. Nesse sentido, constata-se que há um processo evidente de mercantilização das margens do lago, cujo acesso principal do turista se dá por meio locação ou compra de imóveis, de forma que, as áreas bem localizadas, próximas ao sítio urbano e com fácil acesso ao lago são privadas.



**Figura 2** Foto aérea que ilustra o uso e ocupação da orla do “Lago Azul” – 2006.

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Três Ranchos/ GO, 2016.

Evidenciamos que houve uma atuação do poder público dentro do contexto capitalista, por meio da utilização de prerrogativas legais para normatizar o uso e a ocupação do solo, e criação de infraestruturas que contribuíram para a valorização e elitização do entorno do lago. Nesta análise faz-se necessário ainda caracterizar os turistas em razão de ocuparem a função de consumidores do espaço turístico e para quem o desenvolvimento do turismo, enquanto atividade econômica, destina-se. Eles são indutores diretos da criação de destinos e atrações turísticas, que é motivada pela exploração mercadológica.

### 4.3 Os turistas

Os turistas são agentes produtores de espaços turísticos, pois visitam, consomem e os produzem, assim como também interferem nas infraestruturas exis-

tentes, de acordo com as suas vontades e motivações. Silva (2007) alerta que o espaço turístico existe em função da presença do turista, o qual interage com o espaço social e com as pessoas que nele estão inseridas, trocando experiências e construindo uma imagem recíproca da sociedade receptora.

A formação do espaço turístico em Três Ranchos ocorreu, conforme Felipe (2004, p. 80), intensamente na década de 1980 para atender às necessidades dos turistas, “as mercearias, que vendiam produtos básicos, começaram a oferecer novas mercadorias. Surgem novos estabelecimentos para atender a demanda: supermercados, restaurantes, hotéis, casas de materiais de construção, entre outras lojas comerciais”. Assim, o espaço turístico se configurou a partir dos anseios dos visitantes.

A infraestrutura criada em Três Ranchos teve como objetivo atender às necessidades dos turistas, mas Felipe (2004) ressalta que esta adequação do espaço ao turismo ocorreu mediante a ação dos empresários em conjunto com o poder público municipal. Dentre os benefícios estão: asfalto das vias urbanas, criação de praças, áreas para *camping*, iluminação, posto de gasolina, unidade básica de saúde, entre outros. Nesse viés, Cruz (2000) afirma que um espaço é transformado em turístico na medida em que objetos são criados ou refuncionalizados para que atendam à demanda gerada pelos fluxos de turistas.

## 5 Conclusões ou considerações finais

A produção e o consumo do espaço ligado ao turismo envolvem variados processos espaciais e, nestes, atuam diversos agentes sociais em diferentes escalas geográficas. Uma das principais manifestações espaciais do turismo se dá no processo de urbanização. Entretanto, cabe ressaltar que o turismo não ocorre unicamente em espaços urbanos, mas tende a caracterizá-los como tal, pois a manifestação turística em determinados lugares, de certa forma, faz com que as características originais da localidade se modifiquem, adquirindo conotações e arranjos de origem urbana.

Ao realizar uma análise do contexto de formação do município de Três Ranchos foi possível perceber diversas transformações no período compreendido entre 1982, em função da construção da Usina Hidroelétrica de Emborcação, até o ano de 2016. Três Ranchos teve sua paisagem transformada e adaptada em prol das necessidades do capital, representado pelo turismo. A atividade criou um novo cenário, tendo como personagem principal a exploração da beleza cênica de um lago artificial.

De forma que, o lago despertou o interesse especulador e econômico pela pequena cidade do interior. As paisagens urbanas e rurais foram transformadas em função do lago e implicaram nas modificações das atividades locais, como diminuição de terras antes utilizadas para agricultura familiar, pecuária e atividades extrativistas (garimpo) que tiveram que se reorganizar ou foram extintas.

Assim, o turismo e a produção do espaço podem estar relacionados por meio de duas principais perspectivas: dos espaços emissores de turistas e do espaço receptor de turistas, sendo este último o local onde se encontram os serviços que suprem as necessidades dos visitantes, de forma que nesse processo de desenvolvimento da atividade turística se dá a produção do espaço por meios da ação de agentes sociais produtores do espaço urbano que, fazendo uso da atividade, promovem transformações socioespaciais.

## Referências

- ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 2. ed. rev. e atual. Campinas-SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. São Paulo: Senac, 2001.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília, 1997.
- CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, Barcelona, v.VIII, n.1-2, ene/dic. 1974, p. 19-56.
- CORRÊA, R. L.. **O espaço urbano**. São Paulo. Ática, 1989.
- CRUZ, R. de C. A. da. **A Introdução à geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2000.
- FELIPE, C. E. **O Lago Azul e as cores do turismo em Três Ranchos (GO) no período de 1980 a 2004**. 154 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Uberlândia, 2004.
- FONSECA, M. P. da; COSTA, A. A. da. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. *Mercator*, Fortaleza, n. 6, p. 25-32, 2005.
- KNAFOU, R. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A B (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEFEBVRE, H. **Reprodução: as relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

Organização Mundial do Turismo (OMT). 2001. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/comunidades/omt-organizacao-mundial-do-turismo/>>. Acesso: 10 mai. 2016.

OLIVEIRA, H. A.; SANTOS, M. A. Modernização, urbanização e turismo na região das águas quentes, 1970-2010. In: Hamilton Afonso de Oliveira (Org.). **Diferentes olhares sobre o turismo na Região das Águas Quentes de Goiás**. Goiânia/GO: Kelps, 2014. p. 11-25.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2004.

SILVA, K. M. da. **O processo de urbanização turística em Natal: a perspectiva do residente**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SOUZA, J. L. V. **Pobres garimpeiros de riqueza: a geografia dos diamantes em Três Ranchos (GO)**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2012.

TORRE, O. de La. **El turismo, fenômeno social**. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômico, 1992.

VASCONCELOS, P. de A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. et al. (Org.). **A produção do espaço urbano: agente e processos, escalas e desafios**. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.



# A relevância da migração na dinâmica populacional e seu impacto sócio espacial em Catalão (GO)

Gláycion Felix Ferreira<sup>1</sup>

Edir de Paiva Bueno<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa tem como principal intuito, compreender a dinâmica migratória das pessoas para a cidade de Catalão (GO), e conhecer qual é o impacto sócio espacial causado por esta população migrante. A metodologia aqui utilizada está fundamentada em etapas, sendo: pesquisa teórica, pesquisa documental e a utilização de observações diárias no objeto de pesquisa, com a utilização do caderno de campo. Realizando a estruturação analítica da pesquisa fez-se a utilização do método científico de pesquisa dialético. A evolução demográfica do estado de Goiás é a base para se compreender a atual realidade existente na cidade em destaque. O presente artigo busca apresentar o caminho encontrado através da pesquisa científica, que busca compreender como e porque os migrantes de todo o país se instalaram e ainda se instalam na cidade em análise.

**Palavras-chave:** Migração, impacto, população.

## 1 Introdução

A cidade de Catalão apresentou um crescimento de sua população nos últimos anos, devido ao fortalecimento da sua economia local, com isto migrantes foram atraídos e passaram a trabalhar e a fazer parte do cotidiano na cidade. Esta

---

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial – Instituto de Geografia. Contato: ferreiraglayconf@johndeere.com

2 Professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial – Instituto de Geografia. Contato: epbufc@gmail.com

atração foi devida, em parte por seu amplo crescimento econômico, que proporcionou oportunidades de empregos para diversas categorias de trabalhadores.

Esta temática que aqui é abordada é um campo riquíssimo para as análises geográficas, conceitos milenares e, ao mesmo tempo, contemporâneos. A migração basicamente consiste no ato do indivíduo deslocar-se espacialmente. Quando isto ocorre o mesmo cria novas relações e impactos sociais na região de atração. Por isso, estes são os temas alvos desta pesquisa.

A problemática aqui desenvolvida foi baseada em teorias, as quais agora são ligadas à prática. Para isso, é realizada uma análise específica do fenômeno de forma teórica e prática, chegando-se assim a resultados que possam ser consideráveis através da problematização do mesmo.

O papel da migração e suas influências na formação populacional da cidade de Catalão são de grande relevância devido à dimensão alcançada em relação ao total da população residente no município. Assim, um dos fatores que pode ser destacado na escolha deste objeto de estudo foi o fato de o lugar ser uma cidade do interior do estado e ter alcançado altos índices de desenvolvimento e qualidade de vida. Índices esses que, devido ao processo de produção social e econômico, não se apresentam de forma homogênea pelo espaço urbano.

A metodologia que aqui é utilizada está fundamentada em etapas, sendo: pesquisa teórica, pesquisa documental e a utilização do diário de campo e observações no objeto de pesquisa.

Isto tem entre outros fatores, o intuito de compreender o fenômeno da migração, seus diversos tipos de ocorrência e sua importância no processo de formação populacional do local em estudo. Em decorrência a isto é evidenciado e destacado a ocorrência destes movimentos populacionais, ou seja; a migração, primeiramente, em nível de Brasil, posteriormente, em nível da região Centro-oeste, do estado de Goiás, e por fim, a região sudeste do estado de Goiás, concluindo com o foco da análise da pesquisa, a cidade de Catalão.

Para tanto é abordado o histórico da cidade com relação à migração, ao seu desenvolvimento populacional até o estágio atual, os seus principais atrativos para os migrantes e a formação da população desta através da migração. Por fim esta análise terá como intuito apresentar os impactos que esta população migrante teve e ainda terá sobre os aspectos sociais, econômicos, culturais e na infraestrutura da cidade.

Nas considerações finais é realizada uma reflexão sobre os resultados alcançados da pesquisa. Assim, ponto por ponto constatados na pesquisa serão agrupados no texto, facilitando a leitura e a compreensão do papel que a migração desempenhou e está desempenhando na cidade de Catalão.

## **2 A relevância da migração na dinâmica populacional e seu impacto sócio espacial em Catalão (GO)**

Compreende-se que a pesquisa é movida por anseios em adquirir respostas em determinadas indagações. Assim há um objeto específico a ser pesquisado juntamente com inquietações sobre este, que resultará em um trabalho de pesquisa científica, embasado em referencial teórico de autores interessados pela temática pesquisada. Pode-se destacar que em seu conjunto, uma hipótese central guia a construção das reflexões encaminhadas neste estudo. Consiste assim em afirmar que, no caso brasileiro, o fluxo migratório acompanha de perto a dinâmica do mercado de trabalho. Este, o qual tem fundamental importância na fixação ou transferência da força de trabalho de uma região para outra, devido a isto temos as ondas migratórias de mão de obra.

Portanto, os estudos sobre este campo de conhecimento necessitam de avançar. Por isso, atualmente possui-se análises em uma escala global, e os casos particulares são na grande maioria das vezes generalizados. Neste sentido, as relações migratórias que ocorrem em Catalão são uma particularidade do estado de Goiás, que necessitam terem o seu contexto histórico analisado para se compreender o porquê de a cidade ter tornado atrativa e não repulsiva de pessoas.

O crescimento populacional de Catalão tem suas raízes entrelaçadas na migração de indivíduos para a cidade, devida a diversos fatores que ela já apresentou, principalmente os econômicos. Etapa fundamental para desenvolver a pesquisa é através da problemática que permite traçar os objetivos e hipóteses para responder tais problemas. Assim, a referente pesquisa tem o intuito de diagnosticar como ocorre a migração de pessoas de todas as partes do Brasil para a cidade de Catalão: de onde vêm esses migrantes, quem são eles, o que os atrai, como a economia local é influenciada por essa migração, quais os impactos sociais causados pelos migrantes na atual estrutura da cidade.

Os primeiros estudos desenvolvidos por Ravenstein, que são de meados do ano de 1876, foram pioneiros nessa temática, eles tiveram um caráter determinante na construção do quadro teórico associado às migrações. Ele desenvolveu os princípios do modelo de atração-repulsão, que foram a base para diversas outras análises em seu campo de pesquisa. O autor destaca o papel da dinâmica territorial na estruturação do projeto migratório dos indivíduos, segundo Ravenstein: “A decisão de se deslocarem do local de origem para um determinado destino estará relacionada com a percepção positiva ou negativa em face de determinados aspectos de ambos os lugares”. (RAVEINSTEIN, 1980, p. 30). Analisando esta lógica colocada pelo autor, significa que, por um lado, os migrantes serão influenciados pela existência de fatores repulsivos existentes no território de partida; por outro,

a escolha do território de destino estará condicionada pela existência de fatores atrativos, que podem ser de caráter econômico, laboral e social.

A tradição dos estudos migratórios consolidou uma série de questões fundamentais, e que o autor as destaca da seguinte forma, segundo Ravestein: “Uma série de questões fundamentais giraram em torno das leis da migração e dos motivos e forças sociais que atraem ou expulsam as populações, enquanto reflexos da própria estruturação produtiva do capital e de suas necessidades” (RAVEINSTEIN, 1980, p. 33).

Porém, temos Paul Singer que trabalha nesta temática mas com uma outra abordagem, Singer destaca que “[...] os movimentos se davam por classes, não por indivíduos que decidiam isoladamente migrar” (SINGER, 1973, pag. 133). Estas citações esclarecem em parte a importância do estudo referente a esta dinâmica migratória, Raveinstein buscou com suas análises uma estruturação conceitual desta temática, a ponto de criar leis migratórias, já Singer faz uma análise referente mais ao indivíduo, com relação a mobilidade deste com o capital realizando uma análise crítica a temática.

Conceituando o tema em estudo na contemporaneidade, temos o estudo feito por Eduardo Marandola Jr., segundo Marandola “Migração e mobilidade são fenômenos constituintes da experiência contemporânea. Estar no mundo, hoje, é conviver com a migração, e todas suas implicações” (MARANDOLA Jr., 2008, p. 39). Portanto a migração consiste no ato da população deslocar-se espacialmente, ou seja, pode se referir à troca de país, estado, região, município ou até de domicílio. As migrações podem ser desencadeadas por fatores religiosos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos e ambientais.

A migração interna corresponde ao deslocamento de pessoas dentro de um mesmo território, dessa forma pode ser entre regiões, estados e municípios. Tal deslocamento não provoca modificações no número total de habitantes de um país, porém, altera toda a dinâmica das regiões envolvidas nesse processo.

Dentre os fatores que influenciam os processos migratórios, o trabalho é o preponderante. As principais causas são: a industrialização, a expansão do setor terciário e a mecanização da agricultura. Estes entre outros aspectos são encontrados especificamente neste objeto de estudo, que é a cidade de Catalão.

Os movimentos migratórios em direção ao Centro-Oeste e em particular, ao estado de Goiás são parte importante da história dessa região, que começaram a ganhar destaque a partir dos anos trinta com uma política do governo federal de ocupação de fronteiras conhecida como Marcha para o Oeste. Com esta política deu-se início a ocupação de regiões antes inexploradas ou pouco conhecidas, como era o caso de algumas regiões no centro e oeste do estado de Goiás. Os desdobramentos advindos dessa ocupação foram decisivos para a economia do estado e de seus municípios. Assim esta política federal incentivou pessoas a mi-

grarem da região sudeste e nordeste do País, para a região centro-oeste, onde se deu a ocupação em massa do estado de Goiás pelo seu lado sul e sudeste.

Contextualizando o fenômeno com a área em estudo, pode se dizer que passado o período das décadas dos anos de 1940 até 1960, ocorreu uma alteração no que se diz respeito a migração do campo para a cidade. Isso aconteceu com a expansão das fronteiras agrícolas que foram marcadas pela implantação de importantes empresas agroindustriais, de capital nacional e internacional, muitas vezes associada a investimentos estatais em infraestrutura, incentivos fiscais, crédito subsidiado e atuação de órgãos oficiais de apoio.

No decorrer das décadas posteriores a migração continuou a evoluir por todo território brasileiro. Vários estados tiveram em sua formação populacional um grande auxílio dos movimentos migratórios, em Goiás não foi diferente. No decorrer de sua formação milhares de migrantes contribuíram para a formação populacional do estado.

No contexto deste fenômeno tem de se analisar as correntes migratórias no Brasil, bem como as mudanças ocasionadas na região Centro-Oeste e, em especial, no estado de Goiás. Além disso, compreender os principais fatores socioeconômicos e/ou os motivos que contribuem para a saída de tantas famílias de suas casas em outros estados para procurar novas realidades de vida em uma cidade do interior do estado de Goiás é de grande importância na contextualização desta pesquisa.

O comportamento da mobilidade espacial da população sofreu importantes transformações a partir da década de 80. Aqueles movimentos que tinham de um modo geral, como características básicas migração para os grandes centros, passaram a ter como destino as cidades médias e serem cada vez mais de curta duração. No âmbito brasileiro, é possível identificar que, a partir da década de 1980, os deslocamentos de população iniciam uma fase de mudanças no sentido das correntes principais, com antigos espaços de atração migratória perdendo expressão. Rompe-se o processo da distribuição espacial no Brasil, que se mantinha desde o início do Século XX, onde o principal foco dos migrantes era a cidade de São Paulo.

No caso de Goiás, o crescimento na migração resultou em grande parte, da influência exercida pela construção de Brasília e da construção de estradas que se dirigiam para diversas regiões do estado. Bueno resalta que “[...] estes fatos abriram novas possibilidades de adensamento populacional em diferentes regiões de Goiás, a partir do carreamento de excedentes populacionais de outras regiões” (BUENO, 2006, p. 56).

O processo migratório na região do centro oeste teve vários momentos por um marco no território do estado de Goiás foi a implantação da capital do Brasil no centro do país e do estado. Melo destaca que:

Com a instalação da nova capital do Brasil no coração de Goiás na região centro oeste, houve um processo de intensa migração para esta região, um montante de 12.700 habitantes em 1957 para 127.000 em 1960. Os candangos, como eram chamados os trabalhadores que construíram a cidade, vinham de todas as regiões do país, especialmente do Nordeste, Minas Gerais e do próprio estado de Goiás. (MELO, 2003, p. 23).

Como é destacado pelo autor anteriormente, o ritmo das obras em Brasília foi muito intenso do início ao fim de sua construção, o fluxo de migrantes na região foi algo totalmente fora do comum, isto influenciou diretamente na formação do populacional da região como um todo. E dentro da região centro-oeste do País mais especificamente no estado de Goiás está a cidade foco desta pesquisa ela está situada no sudeste do estado e se encontra dentro de uma Microrregião composta por 12 municípios onde a cidade de maior expressão é a cidade de Catalão, daí o nome da microrregião de Catalão.

Nos anos de 1991, Catalão possuía um total de 54.525 habitantes na cidade, o último levantamento feito em 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Catalão possuía uma população urbana de 86.647 habitantes, e atualmente foi realizado pelo IBGE um levantamento destacando que a cidade no presente ano de 2016 já ultrapassou a marca de 100.000 habitantes, ou seja, em 19 anos a cidade cresceu mais de 60% sua população urbana. (IBGE, 2016)

Nos últimos quarenta anos, a cidade passou por grandes transformações geoeconômicas, que culminaram no incremento da população, no crescimento da malha urbana, em intensas transformações na produção e organização do espaço e, conseqüentemente, no surgimento de problemas sociais, econômicos e ambientais provocados pelo processo de expansão.

Segundo Chaves (2003, p. 103), “o processo evolutivo do município se deu de maneira acelerada, e com isso surgiram vários problemas ambientais”. A análise feita nesta afirmação do autor é a de que o crescimento da cidade de Catalão se deu por meio de uma fase de expansão acelerada marcada por uma nova dinâmica social e espacial advinda da reestruturação produtiva do capital e isso tem provocado fortes impactos sociais e ambientais.

A grande demanda de mão de obra causada por este desenvolvimento da cidade em análise gerou a necessidade de mão de obra, para empreendimentos realizados na cidade, sendo que a população natural, ou melhor, a que é nascida na cidade ou entorno, é absorvida pelas indústrias que se localizam na cidade de Catalão. Daí se cria a necessidade dos migrantes, vindos de vários lugares do Brasil, para a realização de obras de ampliação nas indústrias que impulsionam este crescimento da cidade.

Com o intuito de exemplificar e dar veracidade a pesquisa que está sendo realizada, buscamos um estudo de caso que posteriormente será abrangido com a pesquisa de campo, aplicação de questionários, com o intuito de compreender melhor a realidade em que se encontra a mão de obra migrante para a cidade em estudo, será destacada a influencia da empresa John Deere no âmbito da formação populacional da cidade. Inicialmente com levantamentos de dados feitos juntamente a empresa em discussão, pode se constatar alguns fatos que estão norteando esta pesquisa, posteriormente os ligando a realidade encontrada na cidade.

Dentre os fatores que influenciam os processos migratórios, o trabalho é o preponderante. As principais causas são: a industrialização, a expansão do setor terciário e a mecanização da agricultura. Estes entre outros aspectos são encontrados especificamente na empresa John Deere instalada em Catalão.

A economia local desde os anos de 2000, já demonstrava que vinha crescendo sustentadamente a arrecadação de ICMS, este em quase 4 anos dobrou, juntamente a essa arrecadação se acentuou também o consumo de energia elétrica industrial, principalmente. A empresa John Deere é uma das maiores arrecadadoras de ICMS no estado se encontrando em quarto lugar estadualmente se destacando neste quesito.

### **3 Metodologia**

O método científico de pesquisa que aqui é utilizado é o método dialético, porém os dados quantitativos não devem ser negligenciados por um pesquisador que adota esse método. Todavia, esses dados devem ser utilizados no desencadeamento de análises qualitativas da realidade. Como resalta Godoy: “O objetivo dos pesquisadores do método quantitativo é compreender os fenômenos estudados na perspectiva dos participantes, pois essa é uma forma que os diferenciam dos observadores externos dos fenômenos no dia a dia do objeto de pesquisa.” (GODOY, 1995, p. 63).

Na intenção de obter resultados as questões levantadas anteriormente, a pesquisa é realizada em três momentos distintos, que são ímpares para a constituição da proposta colocada para o referido trabalho. As etapas aqui utilizadas estão divididas em pesquisa referencial teórico, pesquisa documental e diário de campo.

A autora Luna destaca que: “[...] a metodologia é um instrumento poderoso justamente porque representa e apresenta os paradigmas de pesquisa vigentes e aceitos pelos diferentes grupos de pesquisadores, em um dado período de tempo” (LUNA, 2005, p.67). Sendo assim a metodologia se torna de suma importância no desenvolvimento de uma pesquisa, pois é através dela que o pesquisador irá nortear suas análises, e desenvolver sua estruturação lógica do tema abordado, portanto as etapas até aqui utilizadas estão destacadas da seguinte forma:

### 3.1 Pesquisa teórica

Neste primeiro momento é feita uma revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, Teses e Dissertações cujos conteúdos abordam a temática da presente pesquisa. Isto tem como intuito aprofundar sobre o ponto de vista teórico, como diferentes autores trataram da questão, o que possibilita desenvolver e avaliar o estudo como categoria científica.

Primeiramente aborda-se diversas perspectivas buscando uma visão geral quanto a compreensão do fenômeno migratório, portanto buscamos trabalhar com as obras de Ernest Ravenstein, que tinha uma abordagem positivista, e com Paul Singer que tem uma abordagem mais crítica quanto a este fenômeno, estes dois autores trabalham com abordagens diferentes porém que se analisadas a fundo suas teorias quanto a migração, fazem uma conceituação teórica que abrange toda a importância do fenômeno.

### 3.2 Pesquisa documental

O uso de dados obtidos em fontes secundárias, como documentos, registros, dados coletados em institutos de pesquisas, devem ser valorizados devido à riqueza de informações que ao serem cruzados nos permite extrair de forma absoluta e relativa dos números. Por isso se justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e socioeconômica. A utilização das técnicas da Cartografia, e a elaboração de gráficos e tabelas permitem ter acesso as informações indispensáveis no caso da presente pesquisa, ou seja; a influência da migração no crescimento populacional de Catalão (GO).

Serão utilizados documentos com a intenção de exemplificar o fenômeno, e dar uma veracidade maior, serão utilizados dados dos últimos cinco anos na cidade em destaque, referentes a contratações e demissões, os mesmos serão extraídos junto ao ministério do trabalho local.

Buscando problematizar esta pesquisa estão sendo extraídos dados dos níveis escolares dos migrantes residentes em Catalão, visando exemplificar a desvalorização da mão de obra natural e qualificada da cidade, estes dados serão retirados juntamente a empresas locais.

### 3.3 Diário de campo

Para a realização da pesquisa, estão sendo realizadas observações diárias no objeto de pesquisa, ligando a teoria com a prática. Diariamente são feitas consta-

tações através de dados cartográficos, gráficos, tabelas de institutos que pesquisam a temática aqui abordada.

Visando manter a ética e o profissionalismo entrevistas não serão realizadas após a aprovação do conselho de ética, que já está em processo de solicitação. A intenção é descrever como se dá a vinda dos migrantes por meio de suas concepções pessoais, como eles se sentem com relação as atuais condições de vida, e como se sentem com relação a realização de trabalhos precarizados.

## 4 Discussão e resultados

Analisando os resultados obtidos até o presente momento em que se encontra a pesquisa, podemos destacar que se observando os dados sobre a população de migrantes para Catalão, pode-se dizer que eles são advindos de várias regiões do País, porem a grande parte dos migrantes encontrados nesta região em desenvolvimento, como a de Catalão são advindos do estado de Minas Gerais, sendo assim, a seguir segue a Tabela 1 da naturalidade dos migrantes residentes em Goiás, onde pode se observar que Minas Gerais é o principal estado de saída dos migrantes que se situam em Goiás neste período em destaque.

**Tabela 1** População residente de Goiás por estado de nascimento – 2010

Estado	Total	%
Goiás	4.349.089	72,9
Minas Gerais	302.813	5,1
Distrito Federal	234.718	3,9
Bahia	218.329	3,7
Maranhão	161.712	2,7
Tocantins	107.842	1,8
São Paulo	92.336	1,5
Outros	500.607	7,9

Fonte: Censo Demográfico 2010. Organizador – FERREIRA, G. F., 2016

De acordo com a tabela acima, Goiás tem mais de 27% de habitantes nascidos em outros estados brasileiros, totalizando mais de 1,6 milhão de pessoas, é o que revelou estudo sobre a migração no estado divulgado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Secretaria de Ges-

tão e Planejamento (Segplan, 2010), o estudo analisa a migração como uma das características principais da formação da população do estado, buscando compreender as condições de vida e interação social dos imigrantes em território goiano.

Analisando-se estes dados já apresentados, podemos identificar melhor o que Bueno destaca, segundo o autor, uma avaliação importante da migração para Goiás e Catalão, foi a presença de um número muito maior de migrantes que vieram do sudeste, que do nordeste. Ele destaca que:

Esta é uma constatação relevante, pois, a princípio, quando se fala em movimentos migratórios no Brasil, a primeira ideia que nos apresentava era a de que os nordestinos estariam presentes, em maior número, em todos os estados receptores de excedentes populacionais. Isto se deve, em parte, a estrutura econômica de Goiás que até a introdução da chamada “revolução verde”, era pautada na agropecuária extensiva que empregava pouca mão de obra. O maior aumento no fluxo migratório procedente da região Nordeste se deu, justamente, na década de 1980, quando o agronegócio se expande na porção centro-sul de Goiás. Ao contrário deste processo, grande parte do fluxo migratório de paulistas e mineiros da década de 1970 e de gaúchos e paranaenses da década de 1980, esteve ligada a aquisição de terras que acompanhou a expansão da fronteira agrícola em Goiás (BUENO, 2006, p. 47).

Este fato apresentado anteriormente referente a maioria dos migrantes que se instalam em Catalão serem advindos de Minas Gerais, já foi abordado por autores anteriormente de uma forma indireta, Bueno faz uma análise deste fenômeno mais específica do local, quantificando os dados e apresentando uma análise mais sintética.

Porém, Santana destaca que “[...] a estrutura econômica e social de Catalão foi influenciada decisivamente a partir do Triângulo Mineiro (SANTANA, 2010, p. 89)”. De acordo com este autor no início do século XX, esta relação entre o Sudeste Goiano e o Sudeste do país se solidifica com a expansão dos trilhos até Catalão, no território goiano, o que ligou diretamente o município à economia paulista. Este autor trabalha com a mesma temática de Bueno, mas com uma abordagem mais cronológica do mesmo, buscando exemplificar a chegada de indústrias na região e a atração de migrantes através deste desenvolvimento repentino experimentado por Catalão. Este processo migratório pode ser observado na tabela a seguir:

**Tabela 2** População residente em Catalão por lugar de nascimento – 2010

<b>Ano</b>	<b>Norte e Nordeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Centro oeste</b>	<b>Distrito federal</b>
2000	784	722	4.764	334	503
2010	3740	1012	10207	794	967

Fonte: Censo Demográfico 2010. FERREIRA, G. F., 2016

Detalhando mais especificamente sobre estes dados apresentados acima, podemos constatar que os migrantes desta região em estudo, são advindos de várias regiões do país. Porém a maior parte dos migrantes encontrados nesta região em desenvolvimento, como a de Catalão são advindos da região sudeste e principalmente do estado de Minas Gerais. Como pode se observar nas tabelas acima, a maioria destes migrantes residentes em Catalão são advindos desta região que atualmente não mais atraem tantos migrantes.

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais.

O município de Catalão destaca-se no cenário econômico de Goiás devido ao seu potencial de geração de riquezas e sua contribuição para o crescimento do estado, mas também é destaque a qualidade de vida que o município oferece a sua população.

A cidade em estudo passou por várias transformações, porém a que aqui podemos destacar é a do seu crescimento populacional repentino, em 25 anos ela modificou por completo sua dinâmica urbana e sua população cresceu em áreas mais afastadas de seu centro. Esse fato está ligado à cidade ter espaços ainda a serem ocupados, e, por ela ser uma cidade de interior, onde a sua população não tem a cultura de morar em prédios, sua dinâmica urbanística é toda alterada em razão destes bairros mais novos se situarem em suas “extremidades”.

Este crescimento exemplificado acima, esta diretamente ligado ao objeto de estudo aqui destacado, que são os migrantes. A migração atuou de forma incisiva neste crescimento repentino do perímetro urbano de Catalão, pois como já destacado, o período referenciado foi entre os anos de 1991 até 2016, foi de intensa migração para a cidade.

A cidade vem se urbanizando a cada dia que passa, foram criados diversos loteamentos na cidade em locais esporádicos, sendo assim desenvolvendo uma nova dinâmica urbana, bem diferente daquela de algumas décadas anteriores. Pode se referenciar diversos fenômenos como o crescimento horizontal da cidade até o ano de 2016, pode-se identificar que no ano de 1991, onde o perímetro urbano de Catalão

era de 1744,1512ha, e no ano de 2016, destaque-se que o atual perímetro urbano de Catalão é de 3720,277 ha, (SEGPLAN, 2010), ou seja, que dentro de um período curto de 25 anos, o perímetro urbano de Catalão cresceu mais de 100%, sendo assim a cidade mais que dobrou de tamanho, isto se deve a vários fatores, porem um dos preponderantes para este crescimento é a migração de pessoas para a cidade.

Complementando esta análise podemos concluir que Catalão vem recebendo consideráveis investimentos produtivos e de infraestrutura, ao longo de sua história. Com objetivos e meios diferenciados, desde sua origem a cidade desempenha papel relevante na formação socioeconômica de Goiás e também no desenvolvimento urbano-industrial do sudeste brasileiro. Nos últimos 20 anos vêm se desenvolvendo junto a importantes indústrias que acarretaram transformações significativas na paisagem urbana e nas relações sociais de produção, que repercutem no cotidiano da sociedade Catalana.

O estudo sobre Catalão poderá contribuir na compreensão desses fenômenos na região mais industrializada do estado e como esse processo local se relaciona com as tendências gerais da acumulação capitalista. Os migrantes foram e ainda são uma ferramenta muito importante para o grande desenvolvimento da cidade. Neste sentido a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada.

Para os gestores públicos no caso de Catalão, essa é uma questão crucial, pois se de um lado há a necessidade da cidade crescer em termos de vigor financeiro, por outro lado, há a necessidade de se preparar a cidade para isso. As velocidades diferentes entre o crescimento populacional e o planejamento urbano das cidades, em alguns casos no Brasil tem trazido como resultado não esperado, o surgimento de inúmeros problemas.

Estes migrantes que se instalam na cidade causam uma mudança em todo o contexto social e político em que a cidade está inserida. Um exemplo bem claro que ocorre no local de estudo, é o processo de precarização da mão de obra local. Isto ocorre porque com a chegada de migrantes como nas obras de construção civis, os empreendedores contratam migrante devido sua mão de obra ser bem mais barata que a da população local, causando assim um processo de desvalorização da mão de obra local.

O processo migratório produz e reproduz conflitos não só no município de Catalão, mas em todo seu entorno, pois essa mão de obra migrante se instalam também nos entorno da cidade onde a moradia é mais barata. O intenso fluxo de migrantes cria situações adversas no que concerne à identidade local e regional, na medida em que desorganiza relações historicamente estabelecidas e desagrega valores que auxiliam na identificação e na distinção do ser na sociedade, no tempo e no espaço.

## **5 Considerações finais**

O método científico de pesquisa que aqui é utilizado é o método dialético, porém os dados quantitativos não devem ser negligenciados por um pesquisador que adota o método dialético. Todavia, esses dados devem ser utilizados no desencadeamento de análises qualitativas da realidade. O objetivo do pesquisador que utiliza o método quantitativo é compreender os fenômenos estudados na perspectiva dos participantes, pois essa é uma forma que os diferencia dos observadores externos dos fenômenos no dia a dia do objeto de pesquisa.

Sendo assim o próximo desdobramento desta pesquisa será a utilização de uma pesquisa de campo, onde serão aplicados questionamentos aos migrantes, onde se buscara compreender de fato a atual realidade vivida pelos mesmos, e identificar os aspectos sociais impactantes tanto para os migrantes, quanto para a atual dinâmica urbana da cidade.

Portanto podemos concluir que a cidade aqui analisada é uma grande atrativa de migrantes o que leva a um significativo incremento de sua população através da vinda destas pessoas para o seu território. Os atrativos que a cidade possui em sua maioria são de ordem econômica, faz com que diversas pessoas se disponham a se instalarem na região em busca de trabalho, ou uma melhor condição de vida.

Os migrantes tem um papel importante na formação da cidade, pois se estas pessoas não trabalhassem na região com certeza os índices de desenvolvimento atuais seriam bem menores e a realidade da cidade seria completamente diferente.

## **Referências**

- BARCELLOS, Tanya M. (1995). **Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade de última década.** Ensaio s FEE, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 269-309.
- BUENO, E. P. **Segregação sócio-espacial: a (re)produção de espaços em Catalão – GO.** Dissertação de Mestrado, IGE. Rio Claro: UNESP, 2000.
- BUENO, E. P. **Dinâmica demográfica e a conformação sócio-espacial da cidade de Catalão (GO): uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000.** Tese de Doutorado, IGE. Rio Claro: UNESP, 2006.
- CHAVES, Manoel Rodrigues. **Cerrado Brasileiro: Principais Fatores Norteadores de sua Ocupação.** *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 16, p.198 set. 1994.

- CENSO demográfico. **Sinopse preliminar do censo demográfico: Goiás – Distrito Federal.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- FERREIRA, Ester W.; BERTOLUCCI Jr., Luiz. Microrregião de Catalão: principais trocas migratórias. **CEPPG Revista.** Associação Catalana de Educação. Catalão, Ano III, n.5, 2º semestre de 2001.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresa, São Paulo, v. 35, n.2, p. 57-63, 1995.
- IBGE **Cidades.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- IBGE. Secretaria da Fazenda. **Os maiores contribuintes do ICMS.** Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa: uma introdução, elementos para uma análise metodológica.** São Paulo: EDUC, 2000.
- MARANDOLA Jr., E. Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar metropolitano. **Caderno de Geografia,** Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 39-58, 2008a.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Tradução R. Sant'Anna. 27. ed. v. 1. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2010.
- MELO N. A. de. **Interação campo-cidade: a (re)organização sócio espacial de Jataí no período de 1970 a 2000.** 179 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Uberlândia (MG), 2003.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise.** Fortaleza: BNB, 1980, p. 19-88.
- SANTANA, Alex Tristão de. **A territorialização da indústria automobilística em Catalão e as mudanças no trabalho.** 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão.

SEGPLAN GOIÁS (Estado). Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Secretaria de Planejamento. **Perfil dos municípios goianos**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>. Acesso em: 10 de out de 2015.

SINGER, P. I. ; BRANT, V. C.(Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **A crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.



## Análise de redes na política de cotas eleitorais

Leonardo Aires de Castro<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa pelas redes de políticas públicas o projeto de lei do senado nº 295, de 2011, que pretende estabelecer uma cota de ao menos 50% para as mulheres nas eleições proporcionais. O projeto de lei, que faz parte do rol de reformas políticas, é uma ação afirmativa importante para a correção da desigualdade representativa na esfera política, contudo, outra lei com teor similar faz 21 anos no Brasil e não conseguiu modificar essa estrutura dispare. Acreditamos que a conjunção de propostas e debates de grupos de interesse distintos sejam a via para a consolidação de uma lei eficiente. Para tanto, esse trabalho lança mão da análise em redes de políticas públicas no relatório final da Comissão Tripartite para identificar e avaliar as diferentes vozes e identidades que disputam territórios representativos e estão diretamente associados aos efeitos dessa lei. A presença ou ausência desses grupos de identidade refletem uma estrutura de poder institucional que privilegia as oligarquias políticas. Para efetivar a pesquisa, utilizamos documentos disponíveis no Senado e na Câmara dos Deputados referentes aos debates e processos de tramitação das leis citadas, identificando os componentes da rede de implementação dessa política pública de cotas eleitorais.

**Palavras-chave:** Cotas Eleitorais; Redes; Representação Feminina; Reforma Política

---

1 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos (UFScar). O artigo é resultado da disciplina Análise de Políticas Públicas, ministrada pela Profa. Dra. Ana Cláudia Niedhardt Capella.

## 1 Introdução

A presença da mulher na política brasileira é tema popular na academia. A sub-representação, adoção de cotas, análise da Lei de Gênero e outros tantos objetos de pesquisa apontam o que é sensível ao cidadão: poucas mulheres acessam a política. Os motivos são diversos: da dupla jornada exercida pela mulher segundo a orientação patriarcal da sociedade brasileira até a sua carência econômica exercem peso significativo na discrepância representativa desse grupo (BOLOGNESI, 2012).

O artigo tem como objetivo analisar a Lei de cota de gêneros na perspectiva de redes, observando os atores que conduziram a consolidação da lei e os grupos que colheram (ou não) os benefícios da ação afirmativa. A análise construída levou em consideração a multiplicidade dos grupos envolvidos, subdividindo um grupo em específico: as mulheres. Ainda, analisar a composição das redes de interesse em volta do projeto de lei do senado nº 295, de 2011.

O projeto de lei do senado nº 295, de 2011, em tramitação, cria a cota parlamentar de ao menos 50% das cadeiras dos cargos proporcionais para as mulheres. Da autoria da senadora Gleise Hoffmann (Partido dos Trabalhadores), e na relatoria da senadora Ângela Portela (Partido dos Trabalhadores), o projeto de lei se encontra parado, aguardando a inclusão na ordem do dia.

A análise de redes é invocada por dar conta da compreensão dos diversos atores que atuam nas esferas decisórias e de recebimento dessa política pública. A intenção aqui é visualizar que a ausência considerável de mulheres no debate da Lei de cotas eleitorais criou uma ação afirmativa inócua, pois não surtiu efeitos relevantes ao longo de sua consolidação e a discussão de novas formas de ampliação dessa política pública, como a adoção de cotas nas cadeiras legislativas percorrem os mesmos percalços que inviabilizaram o sucesso da primeira.

O artigo analisa a lei na perspectiva de redes de políticas públicas, na leitura genérica de redes: um coletivo de grupos que vai além da sociedade/Estado, compartilhando informações e pressões políticas, com baixa estabilidade, alta fluidez de propostas e um caráter menos institucionalizado (PROCOPIUCK e FREY, 2009).

A política de cotas pode ser encarada como uma ação afirmativa, ou seja, uma estrutura legal que visa corrigir algum fator de desigualdade por meio do ordenamento jurídico, resguardando legalmente o direito pretendido. Por ser uma ação afirmativa, podemos ainda indicá-la como uma política pública, pois segundo Bolognesi (2012) a literatura da área de políticas públicas é pacífica ao identificar tal correlação entre ação afirmativa e política pública.

Celina Souza (2006), ao construir um apanhado histórico sobre políticas públicas, em linhas gerais explica que dentre a multiplicidade de definições, o mais

coerente é afirmar que políticas públicas são ações do governo que envolvem um gama plural de instituições, indivíduos, coletivos, logo, todo ente passível de ser abrangido por uma determinada política. Portanto, a relação entre política pública e a política de cotas eleitorais é profícua, exigindo uma análise mais atenta que propomos aqui.

A metodologia do trabalho está centrada na busca de documentos referentes aos grupos que compõe o debate sobre a lei de cotas legislativas, além de dados referentes a desigualdade representativa. Uma abordagem documental e bibliográfica auxiliou na construção teórica e empírica do texto, utilizando como fonte dados fornecidos do Senado.

## 2 Histórico e relevância da lei de cotas legislativas

No Brasil temos uma política de cotas que completa 21 anos de sua implementação, com pequenas mudanças na estrutura proposta naquela época até os dias atuais. A Lei de cotas de 1995 (Lei n. 9 100/1995) estabelecia um percentil de 20% mínimo para a alocação de mulheres nas listas de competição eleitoral. Sob a Lei n. 9 540/1997, esse mínimo passou para 30%. Ainda, na Minirreforma de 2009 (Lei nº 12.034), as cotas passaram a ser obrigatórias, sendo os partidos passíveis a sanções caso desrespeitassem a regra.

Observando o conteúdo das leis supracitadas e estabelecendo uma relação lógica, a participação feminina tendia a ser ampliada, sendo essas cotas uma forte conquista das mulheres. Contudo, como diversos trabalhos mostram, a lei de cotas foi insuficiente, se não nula, na busca da ampliação da presença das mulheres nos âmbitos políticos (BOLOGNESI, 2012; ARAUJO, 2009).

Apesar de serem mais de 50% da população, as mulheres só possuem 10% de representação na câmara dos deputados e 14% no Senado federal, segundo os dados da última casa. Nas assembleias estaduais os números acompanham o cenário nacional, enquanto que nas câmaras de vereadores os índices são ainda menores. Apenas no ano de 2016, a partir das eleições municipais do mesmo, é que serão penalizados por fraude os partidos políticos que lançarem candidaturas femininas apenas por formalidade legal.

O histórico da lei de cotas de 1995 não traduz um reflexo positivo no acesso representativo feminino nas esferas representativas. É isso que aponta a Tabela 1, em que Bolognesi (2012) indica nos pleitos federais, o número de eleitos e não eleitos em relação ao sexo, mostrando que o quadro de exclusão pouco foi modificado. A pesquisa foi feita até os anos 2006, contudo o quadro exposto não é contravertido nas legislaturas seguintes, sendo 8,8% em 2010 e 9,9% em 2014.<sup>2</sup>

---

2 Dados encontrados no Tribunal Superior Eleitoral.

Também, na Tabela 2, vemos o constante desrespeito as cotas e a supressão da visibilidade feminina na política.

Clara Araújo (2009) ainda menciona que o pequeno acréscimo de mulheres eleitas necessariamente não possui relação direta com o advento das cotas. Para ela, isso pode indicar que a variável “gênero” não é a única variável no jogo político seletivo. Também, que o preconceito não seria o único ou predominante fator no processo de impedimento do sucesso das candidaturas femininas, tendo como outros pilares as instituições, regras políticas e o complexo econômico desse grupo em específico.

**Tabela 1** Distribuição de eleitos e não eleitos, por sexo (%)

	Pleito eleitoral							
	1994		1998		2002		2006	
	Não eleitos	Eleitos	Não eleitos	Eleitos	Não eleitos	Eleitos	Não eleitos	Eleitos
Masculino	93,89	93,76	88,84	94,35	88,55	N.I.	86,94	91,23
Feminino	6,07	6,24	11,16	5,65	11,40	N.I.	13,06	8,77
Não informado	0,04				0,05	N.I.		

Fonte: BOLOGNESI, 2012

As cotas eleitorais são instrumentos de fortalecimento de identidades frente as demandas coletivas de grupos sociais que não integram a oligarquia política vigente. A disputa de forças no reconhecimento político é ferramenta imprescindível para a afirmação desses coletivos como entes portadores de direitos sociais básicos. Essa construção revoga a concepção de democracia clássica, indicando a fragilidade na representação formal dos entes políticos (ARAÚJO, 2001).

Logo, a questão primordial nas cotas eleitorais é a defesa dos interesses de grupos minoritários subordinados historicamente a interesses oligárquicos que inviabilizam o acesso aos direitos e a própria representação, pois constroem a instituição política por meio de reformas controladas, que enfatizam poderes de elites políticas e excluí da disputa o interesse desses coletivos à margem social (RENNÒ, 2007).

**Tabela 2** Estatística eleitoral das eleições de 2010

Partido	Número de candidaturas masculinas	Número de candidaturas femininas	Número total de candidaturas apresentadas	Percentual de mulheres candidatas
PCB	4	1	5	20%
PCO	1	1	2	50%
PDT	46	4	50	8%
PMDB	63	5	68	7,3%

Continua

**Tabela 2** Estatística eleitoral das eleições de 2010 (Continuação)

Partido	Número de candidaturas masculinas	Número de candidaturas femininas	Número total de candidaturas apresentadas	Percentual de mulheres candidatas
PMN	42	7	49	14,3%
PP	59	12	71	16,9%
PPS/ DEM/ PSDB	98	10	108	9,3%
PSC/ PHS	104	23	127	18,2%
PSDC/ PRTB/ PRP	78	19	97	19,6%
PSL/ PSB	83	41	124	33%
PSOL	70	23	93	24,7%
PSTU	3	2	5	40%
PTB	65	30	95	31,6%
PTC	70	29	99	29,3%
PTN	55	20	75	26,7%
PV	70	31	101	30,7%

Fonte: Informativo da Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo

As reformas políticas discutidas desde a constituinte de 1988 levantaram como uma de suas bandeiras a correção do desequilíbrio representativo feminino nas esferas políticas. Diversos atores da sociedade foram chamados para consulta, de acadêmicos a líderes de movimentos organizados, sendo produzidos livros, dossiês, conferências, debates e inúmeros outros eventos que reunissem especialistas e a sociedade civil.

Contudo, até o momento tais instrumentos não foram efetivados, sendo produzida apenas a lei que agora tramita no senado e que se encontra paralisada pelos motivos expostos acima. O histórico aqui exposto revela a dificuldade de se construir uma política pública eficiente que responda aos interesses sociais pulsantes.

### 3 Redes de políticas públicas

Antes de adentrarmos na revisão sobre redes de políticas públicas, compreendemos necessário a justificativa de usar tal abordagem para a avaliação da política de cotas. Essa política pública advém de debates da sociedade que são levados para as instâncias políticas por meio de demandas identitárias e coletivas, das bases eleitorais de determinados políticos, reivindicações que os elegeram ou que utilizaram como plataforma eleitoral.

Deputados e senadores são acionados para participar de eventos, congressos, grupos temáticos, debates televisivos e uma infinidade de outras situações em que membros da sociedade civil e de grupos sociais organizados são convocados para expressar suas preocupações e ideais. As reformas políticas ocorreram, quando efetivadas, dessa forma. Universidades e o próprio congresso nacional reunia e reúne diversos setores para a construção dessas políticas, que quase sempre padecem de força pelos motivos que foram postuladas.

Por isso, acreditamos que, ao utilizarmos a análise das redes de políticas públicas como ferramenta avaliativa, podemos ter uma visão holística da situação da lei de cotas e notar as problemáticas que circundaram essa, olhando para os atores e organizações que auxiliaram a construção e o debate dessa política. Vale ressaltar que as reuniões e discussões não seguiram um formalismo e nem uma chamada do governo, mas sim um movimento entre setores estatais, grupos sociais organizados e internacionais.

Diversos são os conceitos de redes, passando por várias especializações e perspectivas de análise distintas. Para ilustrar esse conceito segue abaixo a conceituação dada por Paulillo e Almeida (2011):

Rede é uma forma organizacional alternativa que ganha sustentação conceitual por causa do conjunto de novas contribuições que autores neo institucionais fizeram. Wasserman e Faust (1994) afirmam que, para desenvolver a análise de redes, o importante não é o agente, mas sim uma entidade que consiste em grupos de indivíduos e os elos entre eles. Os atores de uma rede de política pública podem ser pessoas, subgrupos, grupos, associações, cooperativas, comunidades, agências públicas e órgãos do Estado etc.

Já para Cambiaghi e Passador (2013) as redes de política pública criam uma nova cultura política, em que os diversos setores da sociedade são chamados para opinar, gerando uma multiplicidade de conhecimentos e um direcionamento social para a política, resguardando o interesse público. Para os autores, as redes podem se diferenciar quanto:

[...] a) constituição: compostas por sujeitos sociais advindos do mesmo segmento, como empresas, organizações da sociedade civil, cooperativas, movimentos sociais e universidades ou de organizações de diferentes segmentos; b) tipo de relação entre os sujeitos: informal ou formal, permanente ou esporádica, forte ou fraca; e c) esfera de atuação: econômica, política, social, cultural – que se relaciona diretamente à sua finalidade (CAMBIAGHI; PASSADOR, 2013, p. 272).

Capella e Brasil (2015) descrevem a abordagem de Rhodes em relação as redes de políticas públicas como sendo uma forma de atender interesses plurais fora da lógica Estado/sociedade, sendo que os agentes trocam de lugar com facilidade e fluidez. Esses membros são consultados para que as políticas públicas construam conformidade com os interesses plurais descritos.

Em consonância com a explicação acima, Procopiuck e Frey (2009) explicam que as redes podem possuir regras formais ou informais entre os entes que debatem, baixa estabilidade na permanência desses e uma rotatividade de membros e entidades. O contato formal é baixo entre o governo e os grupos sociais e terceiros, mas a multiplicidade de ideias e propostas é ampla, forçando um jogo político de imposição de opiniões.

Esse quadro descrito enfrenta uma resistência por parte dos autores que analisam redes de políticas públicas. Cambiaghi e Passador (2013) indicam que a principal característica das redes são sua interdependência entre os atores e a não subordinação entre eles, por meio de mecanismos formais de controle. Todavia, o que observamos nas redes que envolvem o Estado, como apontado acima, a imposição de decisões em um ambiente plural é característica, fazendo valer o ator que mais tiver recursos para tanto. A disputa de poder se encontra até nas ausências de determinados posicionamentos em pareceres e projetos de leis, mesmo com a presença desses nas instâncias de discussão dos projetos.

Esse quadro é bastante visível na condição de tomada de decisão que os atores estatais (senadores, deputados, gestores públicos em geral) possuem. Os debates podem ocorrer, as opiniões podem ser expressadas, mas nada garante, por ausência de caráter formal e de resguardo legal, que os consensos ou ideias majoritárias sejam atendidas. A revelia dos estudos e das pesquisas, decisões são tomadas de formas paliativas e desconstroem a motivação da política pública, tornando-a plataforma de interesses individuais.

## 4 Atores, grupos e o estado

Definir os atores e grupos envolvidos nos debates e ciclos de produção legislativa, no caso das cotas eleitorais, passa por uma problemática institucional. As leis que visam corrigir a representação política são oferecidas por parlamentares, que por meio de suas bases eleitorais desenvolvem os projetos de lei. Ainda, chamadas para o debate em eventos e plataformas institucionais ficam restritos aos grupos acadêmicos e partidários.

O nosso interesse é visualizar quem são esses atores, grupos e o papel do Estado nessa mediação, ou na própria aquisição do poder de legislar, impondo os interesses oligárquicos frente ao debate popular e especializado. Portanto, começamos pelo Estado, na sua concepção institucional, aglutinando o executivo, legislativo e judiciário como fator analítico.

O Estado exerceu, nesses 21 anos de lei de cotas, um papel dúbio frente a construção do maior acesso feminino na política. O desenvolvimento de uma política pública de acesso a participação e representação feminina na política, como exposto anteriormente, ocorre desde 1995. Contudo, manobras políticas geraram

discrepâncias dentro das próprias leis de cotas, com o aumento de candidaturas e a diluição da cota feminina na corrida eleitoral nas leis n. 9 100/1995 e n. 9 540/1997, como Bolognesi (2012) indica:

[...] ao mesmo tempo em que se intenta aumentar a participação feminina, criam-se mecanismos que retroalimentam o status quo. Isso ocorre com o aumento da possibilidade em apresentar-se uma quantidade maior de candidatos e a falta de fiscalização e penalização aos partidos que não precisam cumprir as cotas [...] (BOLOGNESI, 2012, p. 126).

Em todos os momentos, o Estado exerceu protagonismo na condução das reformas políticas que visavam modificar algum fator insustentável ao longo dos anos. Assim ocorreu com a minirreforma eleitoral, na qual os parlamentares adicionaram a obrigatoriedade do cumprimento da cota eleitoral e modificaram o sistema do financiamento público partidário, revertendo valores obrigatórios para a alocação feminina, além da participação delas na propaganda eleitoral obrigatória gratuita de ao menos 10%.

Contudo, o Estado também é o maior promotor de parcerias para a criação de fóruns e ciclos de debates sobre a participação política. A partir da criação do Ministério da Mulher, da desigualdade social e dos direitos humanos, junto as participações do Ministério da Justiça e Cidadania e Câmara dos Deputados, os vínculos entre sociedade/Estado e outros entes e atores interessados se tornaram mais fluídos, ampliando a rede de políticas públicas sobre a criação e manutenção das cotas eleitorais.

Esses vínculos se dão nos eventos de debate promovidos por essas entidades. São alguns deles: Comissão Tripartite para a revisão da Lei 9.504/97; Fórum de Mulheres do IBAS; Guia de Formação Política para as Mulheres de Partidos Políticos; Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos; Plataforma Mais Mulheres no Poder: eu assumo esse compromisso, e; Diálogo periódico com a Bancada Feminina do Congresso Nacional. A transcrição desses e outros eventos que compõe a construção da política pública aqui debatida é demasiada extensa, não sendo o objetivo desse trabalho. Selecionamos o debate da comissão tripartite, por reunir a lei de 1995, a necessidade da reforma dessa, em 2009 e o encaminhamento para a lei de 50% de cotas femininas em 2011. Logo, identificamos os grupos e atores envolvidos, visualizando o debate em sua essência múltipla e abrangente.

Essa comissão envolveu 4 esferas de discussão, a nível nacional e internacional. Participaram dessa comissão membros do **Executivo**: Sônia Malheiros Miguel – Secretária de Políticas para as Mulheres/PR; Magaly de Carvalho Correia Marques – Casa Civil/PR; Fernando Macedo Sousa – Secretária de Relações Institucionais/PR;

Pedro Vieira Abramovay – Ministério da Justiça; Maria Helena Pessoa Pimentel – Secretaria Geral/PR. Membros do **Legislativo**: Rita Camata – Deputada Federal; Luiza Erundina – Deputada Federal; Deputada Vanessa Grazziotin – Deputada Federal; Serys Slhessarenko – Senadora; Renato Casagrande – Senador. Por fim, **membros da sociedade civil organizada** e de braços nacionais de organizações internacionais: Raquel Guisoni – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Natalia Mori – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Silvia Camurça – Articulação de Mulheres Brasileiras; Liége Rocha – Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos; Carmen Foro – Marcha Mundial de Mulheres.

A comissão nasce com o intuito de redimensionar a lei em questão para que seja efetivada a presença feminina no cenário político. O documento publicado da comissão inicia o debate demonstrando a disparidade brasileira em relação a outros países da América, em relação ao número de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres. A construção da justificativa da comissão passa pela necessidade de uma reforma política que subverta a lógica de exclusão desse grupo da representação política.

A presença de entidades internacionais como Convenção CEDAW, a Conferência de Beijing, International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), a ONU pela esfera da UNIFEM, a União Interparlamentar, evidenciam a preocupação com o incremento da participação feminina no Brasil e a conjunção de outros países na construção de políticas públicas em localidades de fragilidade representativa.

Ainda, a comissão desenvolveu estratégias e direcionamentos para que a participação popular, a igualdade de competição eleitoral, o combate ao personalismo fortalecendo os partidos políticos e a cota legislativa de ao menos 50% das cadeiras para as mulheres fossem diretrizes norteadoras das próximas intervenções de reforma política. O documento é preenchido de informações sobre leis, projetos de leis, orientações sobre a melhoria do sistema eleitoral visando a participação feminina. Mostra também a multiplicidade de posicionamentos quanto a esses objetivos, propondo inúmeras matérias que visam o mesmo resultado, de diferentes formas de alcançá-lo, refletindo a pluralidade das vozes do debate.

Segundo o documento, a participação dos líderes partidários foi irrisória, comparecendo dos 27 convocados, apenas 4. Isso mostra o descaso com a questão referida, ainda a segregação permanente das mulheres nos âmbitos decisórios, criando obstáculos para que as discussões dessas ascendam ao parlamento e seja posta em votação. Outra questão a ressaltar foi a menção nesse documento de feministas não filiadas a partidos políticos ou a organizações que participaram do debate e representaram a sociedade civil não organizada.

Logo, expomos aqui os grupos que compuseram uma das inúmeras comissões e eventos de discussão sobre a lei de cotas políticas. Esses mesmos grupos

aqui comparecem nos demais debates, com a devida instabilidade e frequência das redes de políticas públicas. A comunhão dessas ideias criou e fortaleceu posicionamentos e projetos de leis importantes para a correção das discrepâncias representativas. Mas, mesmo assim, o problema persiste e isso se relaciona com a possibilidade de sucesso desses debates na instância legislativa.

## **5 Ausência como forma de poder nas reformas políticas**

Nos dois últimos anos, a reforma política brasileira ocupou parte significativa dos noticiários e sites da internet. O desgaste social do nosso sistema político e eleitoral, provocado por uma série de escândalos de corrupção, fomentou o debate em torno da reforma política, tendo em vista que ela é um dos instrumentos de revisão dos diversos ordenamentos jurídicos que regulam a democracia brasileira. Nos fóruns sobre a reforma política, na Câmara dos Deputados, no Senado e em outras esferas de debate, observou-se uma série de discussões acerca da necessidade de se atenuar o imenso abismo de poder de representação no Brasil. Isso é parte do que mostramos ao decorrer desse artigo, ao tratar da lei de cotas.

Considerando-se que a carência de leis que estruturam um sistema que acolha os múltiplos interesses sociais, respeitando sua heterogeneidade, ajuda a perpetuar o quadro de exclusão participativa que submete milhões de cidadãos à vontade de uma elite decisória, reverter esse quadro político e jurídico seria um avanço democrático.

Contudo, a tramitação de qualquer matéria que objetive modificar as bases do poder representativo ou da ordem decisória sempre acirrará as disputas entre os diversos grupos de interesse que integram o jogo de tomadas de poder. Vale salientar que atualmente estas disputas ocorrem no interior de um cenário político bastante conservador e desfavorável ao avanço dos direitos das minorias sociais.

De forma objetiva, para uma jovem democracia como a brasileira, isso é preocupante. Afinal, não é nenhuma novidade que as questões que envolvem a representação política e a participação social nos processos decisórios tornaram-se temas de grande relevância democrática desde o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte que originou a Carta Magna de 1988. É evidente que trabalhadores, mulheres, homossexuais, negros e indígenas, são grupos precariamente representados nos âmbitos legislativos e de poderes decisórios institucionalizados. Como demonstramos, as mulheres sequer garantiram o mínimo legal na sua representação política, ficando no limiar das sanções jurídicas.

Abordando especificamente a temática que envolve a ampliação da representatividade política de agentes que integram minorias sociais em nosso país,

projetos como o da adoção de cotas legislativas e partidárias para as mulheres, apresentado como exemplo, fazem parte de uma agenda alternativa direcionada à construção de um ambiente político mais democrático.

De acordo com Luís Felipe Miguel (2014), a democracia e a representação política espelham “territórios em disputa”. Essa constatação traduz a batalha constante entre minorias sociais e oligarquias para ocupar os espaços políticos de tomadas de decisão. O mesmo processo de disputas é verificado no campo das teorias políticas que analisam as estruturas do plano democrático e representativo.

Ana Cecília Dantas (2011), ao discutir a presença da mulher na política, destaca dois tipos de igualdades: de oportunidades e de resultado. A primeira diz respeito ao acesso à educação, aos bens materiais e à conscientização popular. A segunda compreende o campo das cotas, uma vez que em disputas eleitorais certas características como raça, gênero e origem social acabam se tornando fatores de exclusão e, em função disso, as cotas adquirem o poder de inserir esses grupos nos cenários que propiciam a concorrência pelo poder decisório.

Logo, silenciadas pela sua ausência nas decisões legislativas, as mulheres não conseguem reverter a situação política de sua identidade justamente pelo próprio motivo que intentam modificar o sistema. A oligarquia masculina instaurada no mundo político manobra as matérias a serem votadas e suplanta as alternativas discutidas intencionalmente nos âmbitos acadêmicos e sociais, que visam corrigir a desigualdade representativa.

## 6 Considerações finais

Esse artigo teve como objetivo fazer um acompanhamento e identificação dos principais atores e entes que formaram a rede da política pública da lei de cotas. Buscamos mostrar a pluralidade dos agentes usando como base o documento da Comissão Tripartite para a revisão da Lei 9.504/97, que reunia setores do Estado, da sociedade e grupos internacionais e que deu origem ao projeto de lei do senado nº 295, de 2011 entre outros pedidos de emenda constitucional e projetos de lei.

Buscou também demonstrar o histórico da lei, a revisão bibliográfica sobre redes de políticas públicas e a identificação dessa rede na Comissão Tripartite. Por fim, visualizamos o reflexo da ausência dos atores como uma forma de reprodução do poder da oligarquia política no centro de decisões de leis que regem a participação política. A reforma política prevista no ano de 2015 foi suplantada justamente por carecer de indivíduos que traduzissem os interesses sociais nos autos do congresso nacional.

A justificativa de escolha desse tema une duas esferas de análises concorrentes. De um lado está a necessidade incontestável de se realizar a reforma política e,

do outro, verifica-se a ameaça que ela representa às elites parlamentares, podendo promover alterações nas instâncias decisórias ou na composição dos agentes tomadores de decisão. O cruzamento desses dois elementos compreende a essência da problemática que envolve a ampliação da representatividade política no Brasil.

Sabe-se que no Brasil as modificações na Constituição ou no Código Eleitoral podem ocorrer por ação do Congresso Nacional ou dos ministros do Supremo Tribunal Federal e, em função do perfil destas instituições, as decisões legais referentes às minorias sociais são tomadas por agentes políticos e jurídicos que desconhecem ou desprezam a sua realidade social.

Isso reflete crises de interesses, de representatividade e de pertencimento da sociedade civil à esfera política do país. Entre as formas de instrumentalizar a reforma política, temos a criação de um plebiscito para consultar a população sobre o que se deve modificar e, depois, um referendo para dar conhecimento e legitimidade social direta para as decisões. Ambas as propostas foram indicadas no relatório final da Comissão Tripartite e sumariamente ignoradas nos anos que se seguiram.

Logo, a ampliação do uso de redes, para o debate e a própria participação política, buscando vencer por meio do plebiscito e referendo as disputas de poder oligárquicos do sistema político, seria ferramenta eficiente na condução de uma nova realidade política que consiga superar os entraves democráticos brasileiros.

## Referências

- ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados** [online]. 2001, v. 44, n. 1. ISSN 0011-5258.
- ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 23, 2009.
- BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 1, n. 2, 2012.
- CAMBIAGHI, Bianca Polotto; PASSADOR, João Luiz. Configuração e composição de uma rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária. **Cadernos Gestão Social**, v. 4, n. 2, p. 267-283, 2014.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes**. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 101, p. 57-76, 2015.

DANTAS, A. C. M. S. **O segundo sexo na política: o papel do direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira.** Maceió: Edufal, 2011.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PAULILLO, Luiz Fernando Oriani e; ALMEIDA, Luiz Manoel Moraes Camargo. Gestão de redes de políticas públicas locais de segurança alimentar: uma análise comparativa dos municípios de Campinas, Araraquara e Catanduva. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 18, n. 4, p. 853-868, 2011.

PROCOPIUCK, Mario; FREY, Klaus. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 63, 2009.

RENNÓ, Lúcio R. Reformas políticas no Brasil: realizadas e prováveis. In: Timothy Mulholland; Lúcio R. Rennó (Org.). **Reforma Política em Questão.** Brasília: UnB, 2008.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

## Sites

Informativo da Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo </http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/direitos-e-legislacao/legislacao-adicional/boletim-eleitoral10\_1.pdf/>

Relatório Final da Comissão Tripartite </http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2009/relatorio-final-comissao-tripartite.pdf/>

Projeto de lei do senado nº 295, de 2011 (complementar) </http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/100420/>

Secretaria especial de políticas para mulheres </http://www.spm.gov.br/>



Seção 3  
Dimensões atuais da  
administração privada e pública



## Microempreendedor individual: uma análise bibliométrica das produções científicas em periódicos e eventos entre 2008 e 2016

Fernanda Lobato de Paula<sup>1</sup>  
Serigne Ababacar Cissé Ba<sup>2</sup>

Larissa Juliana Patrocínio  
da Silva<sup>3</sup>  
Carolina Guimarães<sup>4</sup>

**Resumo:** Microempreendedor individual é um tema recente, o qual não tem recebido muita atenção dos pesquisadores. A importância dos microempreendedores individuais é facilmente percebida na sociedade, pois contribuem para a constituição do Produto Interno Bruto (PIB) e desenvolvem a economia através da criação de empregos. O objetivo desse estudo é analisar a produção científica brasileira sobre o tema publicada em periódicos e apresentada nos eventos EnANPAD, EnEPQ, EMA e EGEPE no período entre 2008 e 2016. Após levantamento bibliométrico sobre microempreendedor individual encontraram-se 19 artigos, os quais foram publicados em 8 periódicos e em 4 eventos. Encontraram-se também 463 autores, sendo que a maioria foi citada apenas uma vez. Dos autores que participaram dos trabalhos, identificou-se 61, sendo que o maior número de participação foi em 3 artigos. Finalmente, constata-se a necessidade de maiores estudos sobre microempreendedor individual para a consolidação desse assunto

- 
- 1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão. Contato: fefelobato@hotmail.com
  - 2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão. Contato: serigneababacar@hotmail.com
  - 3 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão. Contato: larissajps\_@hotmail.com.
  - 4 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão. Contato: carolguimaraes167@gmail.com

da academia, visto que é uma figura importante para o desenvolvimento econômico e social.

**Palavras-chave:** Microempreendedor, Microempreendedor individual, Bibliometria

## 1 Introdução

Os microempreendedores individuais são considerados um dos principais agentes de desenvolvimento econômico do país, visto que geram renda, empregos e conseqüentemente aumentam o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro (SEBRAE, 2015). Os MEI's foram inseridos no cenário jurídico nacional desde 2008 através da criação da lei complementar nº128, de 19 de dezembro de 2008, a qual altera e modifica partes da lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei complementar 123/2006).

Atualmente, o número de formalizações dos MEI's já ultrapassou cinco milhões e segundo projeções do SEBRAE, esse número chegará a 7,8 milhões em 2022. Os dados demonstram a importância de incentivar, qualificar e estudar os microempreendedores individuais, visto que os impactos pós formalização são positivos tanto para os MEI's quanto para a economia (SEBRAE, 2014; SEBRAE, 2015).

Sendo assim, o principal objetivo desse trabalho é realizar um estudo bibliométrico das publicações científicas sobre o tema Microempreendedor Individual identificados na base no SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*), da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e nos anais dos eventos científicos EnAnpad, EnEPQ, EMA e EGEP compreendido no período de 2008a 2016. Para tal, esse trabalho pretendeu identificar as publicações científicas das bases supracitadas que tratam do tema microempreendedor individual, mencionar os periódicos que mais publicaram sobre o tema e identificar os principais pesquisadores

## 2 Microempreendedor individual

A lei complementar nº128/2008 inseriu no cenário jurídico nacional a figura do Microempreendedor Individual (MEI) com vigência a partir de 01 de julho de 2009, a fim de retirar da informalidade milhões de brasileiros.

De acordo com o Portal do Empreendedor (2016), o MEI é “a pessoa que trabalha por conta própria e que legaliza como pequeno empresário”. As condições necessárias para enquadrar como MEI são: faturamento de no máximo

R\$60.000,00 anual, não poderá ter participação em sociedade em alguma empresa, poderá ter no máximo um empregado e atividade deverá enquadrar na lei.

Em relação aos custos, o MEI ficará isento dos tributos federais, tais como: (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), entre outros. A contribuição que deverá ser paga refere-se a 5% do salário mínimo para previdência, R\$ 1,00 de imposto sobre a circulação de mercadorias (ICMS) para a atividade referente ao comércio ou indústria e 5% de imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) referente à prestação de serviço. Além disso, o MEI deverá arcar com taxas administrativas tais como: alvará de funcionamento, taxa de incêndio, entre outros (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2016).

Como em qualquer regime jurídico, o MEI apresenta benefícios e obrigações. Em relação aos benefícios, o MEI terá Cobertura Previdenciária para ele próprio e sua família e os benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por idade, por invalidez, salário-maternidade após carência, pensão por morte e auxílio reclusão. Para registrar um funcionário, o MEI terá menor custo, possibilitando assim melhor desenvolvimento e crescimento do negócio. Além disso, o MEI não pagará taxas para registro e a burocracia é reduzida. Poderá também ter acesso a serviços bancários através de linhas de crédito específicas com redução de tarifas e taxas de juros adequadas. Alguns bancos públicos como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Nordeste possuem as referidas linhas de crédito.

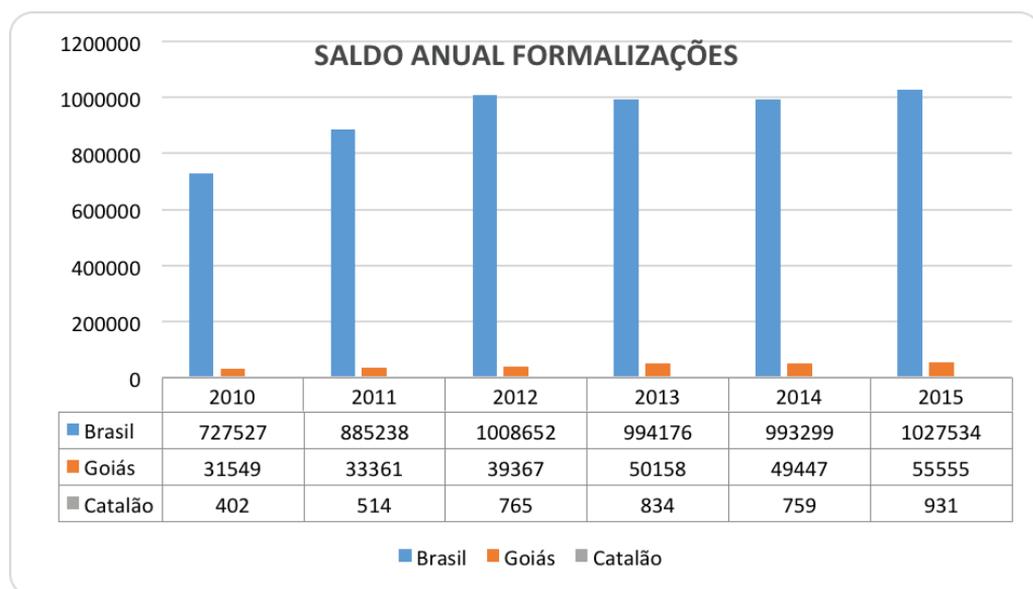
Outros benefícios do MEI referem-se à possibilidade de comprar em conjunto, ou seja, essa medida permitirá aos empreendedores condições de preço e pagamento mais vantajosas, uma vez que o volume de mercadorias comprado será maior. E poderá também participar de licitações e vender ou prestar serviços para o governo. O MEI também não precisará de contador, visto que o controle é muito simplificado e poderá ter apoio do SEBRAE para organizar o próprio negócio (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2016).

Em relação às obrigações, o MEI deverá registrar mensalmente as receitas através de um relatório e anexar as notas fiscais de compra de serviços e produtos bem como as notas fiscais que emitir. Além disso, o MEI deverá declarar anualmente o valor do faturamento do ano anterior no próprio site do portal do empreendedor. Por fim, o MEI deverá arcar com os custos do funcionário caso tenha contratado (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2016).

O site do portal do empreendedor possui todas as informações sobre a lei do MEI e um ambiente preparado para auxiliar os pequenos empresários nas necessidades administrativas. Para que o MEI sinta-se mais seguro, poderá contar também com o apoio do SEBRAE, o qual oferece cursos, oficinas, consultorias e palestras gratuitamente.

Para compreender melhor o fenômeno e conhecer mais a fundo a necessidade dos microempreendedores individuais, é preciso um trabalho constante sobre este público. Conforme última pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2015, constatou-se que após cinco anos de existência do MEI, o número de formalizações no Brasil saltou de zero para 5.680.614, alcançando a média de 100 registros por hora. (SEBRAE, 2016). Somente no estado de Goiás, de acordo com relatórios do SEBRAE de janeiro de 2016, o número de formalizações alcançou 259.437. Na cidade de Catalão, o total de registros é de 4.205. Conforme última pesquisa realizada pelo Sebrae em 2015, constatou-se que após cinco anos de existência do MEI, o número de formalizações no Brasil saltou de zero para 5.680.614, alcançando a média de 100 registros por hora. (SEBRAE, 2016). Somente no estado de Goiás, de acordo com relatórios do Sebrae de janeiro de 2016, o número de formalizações alcançou 259.437. Na cidade de Catalão, o total de registros é de 4.205. Conforme entrevistas com os consultores e gestores de atendimento do Sebrae de Catalão, a instituição oferece uma palestra semanal que explica a lei do MEI e os benefícios e custos que a mesma traz. Os relatórios de atendimento do Sebrae demonstram que a média de participantes da palestra é de 22 pessoas. Desse total, aproximadamente 15 pessoas formalizam o negócio através do Sebrae semanalmente. O número de formalizações e os respectivos anos são apresentados no Gráfico 1.

**Gráfico 1** Saldo anual de microempreendedores individuais – 2010 a 2015



Fonte: Sebrae (2016) e relatórios Sebrae (2016) – adaptado pelos autores

Ao analisar o gráfico 1, percebe-se que a quantidade de formalizações de Goiás e Catalão vão de encontro aos dados do Sebrae nacional na medida em que o número de formalizações aumenta conforme o passar dos anos. Percebe-se ainda, que no ano de 2014, o número de formalizações diminuiu no Brasil, Goiás e Catalão e que, por conseguinte aumentou em 2015. A explicação para o aumento de empresas em 2015 pode ser em virtude da crise financeira que o país vive, pois, a partir do momento que as pessoas perderam os empregos, tiveram que formalizar por necessidade. A última pesquisa realizada pelo GEM corrobora esta afirmação, pois embora as taxas de empreendedorismo no Brasil tenham aumentado entre 2014 e 2015, se comparadas aos últimos anos da pesquisa no Brasil, estas foram mais impactadas pelo empreendedorismo por necessidade (GEM, 2015).

Nesse mesmo estudo (SEBRAE, 2016) pesquisou-se também sobre questões básicas do perfil do MEI, tais como: escolaridade e classe econômica. Posteriormente, pesquisou-se sobre o local do negócio, ocupação antes de formalizar, impactos na formalização, aumento geral das vendas, condições de compra, vendas para outras empresas e vendas para o governo, acesso a crédito, principal motivo para formalização, principais dificuldades encontradas, demanda por capacitação, perspectiva de crescimento e recomendação de formalização.

Os resultados da pesquisa constaram que o MEI é multifacetado, heterogêneo e está em constante mutação. A maioria possui nível médio ou técnico completo e concentra-se nas classes médias e altas. Em relação ao local do negócio, mais da metade opera em residência própria e ao cruzar essas informações com a escolaridade, constatou-se que os empreendedores mais escolarizados trabalham em casa. (SEBRAE, 2016). Ao perguntar o MEI qual ocupação tinha antes de formalizar, quase metade (45%) era empregado formal, seguido de empreendedor informal, empregado informal, dono de casa, servidor público, estudante, empreendedor formal, desempregado e aposentado (SEBRAE, 2016)

No item referente aos impactos da formalização, a maioria (66%) respondeu que houve aumento de vendas e 72% respondeu que após ter um cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ), as condições de compra junto aos fornecedores melhoraram. Em relação a vendas para outras empresas, mais da metade dos entrevistados afirmou que nunca vendeu para outras empresas, ou seja, os números parecem mostrar que ainda há muitas oportunidades a serem aproveitadas. Os números também são altos em relação à venda para o governo, visto que 87% responderam que nunca vendeu produtos ou serviços para a prefeitura ou governo (SEBRAE, 2016).

Questionados sobre as dificuldades enfrentadas como MEI, 70% afirmaram ter sentido dificuldade em diversos aspectos, tais como: conquista do cliente, acesso a crédito e controle financeiro do negócio. Em relação ao motivo do registro, mais da metade citou os benefícios relacionados a se ter um negócio formal, como

a possibilidade de emitir nota fiscal, crescer como empresa e ser formalizado. Desta forma, devido à satisfação dos MEI's, a maioria recomendaria a formalização para aqueles que estão na informalidade (SEBRAE, 2016).

Por fim, questionou-se sobre a vontade de crescer. A maioria pretende tornar-se microempresa, porém poucos tentaram algum empréstimo, visto que em geral é necessário obtê-lo para crescer. Além disso, é de suma importância que o empresário busque capacitações, todavia a pesquisa revelou que a maioria não tem essa necessidade (SEBRAE, 2016). Percebe-se uma preocupação por parte de instituições e pelo governo em fomentar uma base administrativa para que o MEI evolua para uma Microempresa em um futuro possível (VIEIRA, 2011).

Em suma, as pesquisas realizadas pelo SEBRAE, referentes ao perfil do microempreendedor individual, servem de referências para a tomada de decisões quanto a mudança em estratégias de atendimento do SEBRAE e melhorias de políticas públicas para o MEI. Vale ressaltar que, devido à heterogeneidade desse público, é preciso levar em consideração os diferentes perfis para capacitá-los ou criar políticas públicas. (SEBRAE, 2016).

### **3 Metodologia/procedimentos utilizados**

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória com método quantitativo. Conforme Gomes, Santana, Araújo (2005), a utilização desse método utiliza de modelos estatísticos para a análise de dados. Foi realizado também um levantamento bibliométrico através de duas leis da bibliometria, sendo elas: lei de Lokta, a qual refere-se à investigação da produtividade dos autores e a lei de Zipf, a qual refere-se à frequência de palavras inseridas nos textos pesquisados (ARAÚJO, 2016). Para tal, utilizaram-se os seguintes descritores nos títulos dos artigos: microempreendedor, microempreendedores, microempreendedor individual e microempreendedores individuais.

O estudo bibliométrico consiste num método acessível de análise quantitativa da atividade científica de determinado assunto, além de apontar e direcionar novos estudos com maior precisão por parte do pesquisador (MACEDO, BOTELHO, DUARTE, 2010; MUGNAINI 2006). Borba, Hoeltgebaum e Silveira (2011) corroboram essa afirmação, visto que um dos objetivos do estudo bibliométrico é compreender o que os autores estão estudando e como o tema específico está evoluindo.

Para identificar os artigos publicados nos periódicos, este estudo utilizou a base de dados SPELL, a qual se iniciou em 2012 e concentra a produção científica das áreas de administração, contabilidade e turismo, publicadas a partir de 2008 (SPELL, 2016). Além disso, utilizou-se a base de dados da CAPES, a qual reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção

científica internacional contando com um acervo de 38 mil títulos com textos completos (CAPES, 2016).

Os eventos EnAnpad, EnEPQ e EMA foram escolhidos por serem eventos relevantes da ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) e por serem os únicos eventos com publicações sobre Microempreendedor Individual dentre os nove eventos da ANPAD. Já o EGEPE foi escolhido por ser o único evento brasileiro focado na temática do empreendedorismo.

Por fim, os dados foram coletados e consolidados no Excel, que por sua vez gerou as tabelas e gráficos de resultados que serão mostrados em seguida.

## 4 Discussão e resultados

Identificaram-se nessa pesquisa 21 artigos: 8 publicados em periódicos do SPELL, 3 publicados em periódicos da CAPES, 3 apresentados no EnAnpad, 1 apresentado no EnEPQ, 1 apresentado no EMA e 5 apresentados no EGEPE. Vale ressaltar que há dois artigos que repetem nos periódicos do SPELL e da CAPES. Sendo assim, pode-se considerar o total de 19 artigos.

**Quadro 1** Distribuição dos artigos por publicações ano

	<b>Quantidade</b>	<b>Ano</b>
<b>Periódicos</b>		2008
	1	2011
	1	2012
	1	2013
	3	2014
	2	2015
<b>EnAnpad</b>	1	2008
	2	2015
<b>EnEpQ</b>	1	2014
	1	2015
<b>EMA</b>	1	2016
<b>EGEPE</b>	4	2016
<b>Total</b>	19	

Ao analisar o Quadro 1, percebe-se que houve publicações nos periódicos em quase todos os anos, com exceção dos anos de 2009, 2010 e 2016. Vale ressaltar que a publicação do ano de 2008 e 2012 foram em artigos com o descritor microempreendedor. Os demais anos foram com os descritores microempreendedor individual e microempreendedores individuais.

Por outro lado, em relação às publicações dos eventos, encontrou-se somente um artigo em 2008 com o descritor microempreendedor. As publicações com os descritores microempreendedor individual e microempreendedores individuais começaram somente a partir de 2014. Ou seja, mesmo com a criação recente da lei, a qual foi criada em 2008, não houve interesse em publicações nos sete primeiros anos desde a sua criação nos eventos EnANPAD, EnEPQ, EMA e EGEPE.

Além da análise da distribuição dos artigos por publicações por ano, analisaram-se também as publicações das revistas de acordo com o qualis conforme evidenciado no Quadro 2.

**Quadro 2** Distribuição dos artigos por ano

Periódicos	Quantidade	Ano
Revista Navus	1	2015
Revista Serviço Público	1	2011
Revista. Pensamento Contemporâneo em Adm.	1	2014
Revista Teoria e Prática em Adm.	1	2014
Revista Gestão e Sociedade	1	2014
Revista Gestão e Regionalidade	1	2008
Revista Catarinense da Ciência Contábil	1	2015
Revista Administração FACES Journal	1	2010
Scientia Iuris	1	2013

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao analisar o Quadro 2, percebe-se que a maior quantidade de publicações nos periódicos foi nos anos de 2014 e 2015, totalizando 3 e 2 artigos respectivamente.

Além da análise da distribuição dos artigos por publicações por ano, analisaram-se também as publicações das revistas de acordo com o qualis, conforme evidenciado no Quadro 3.

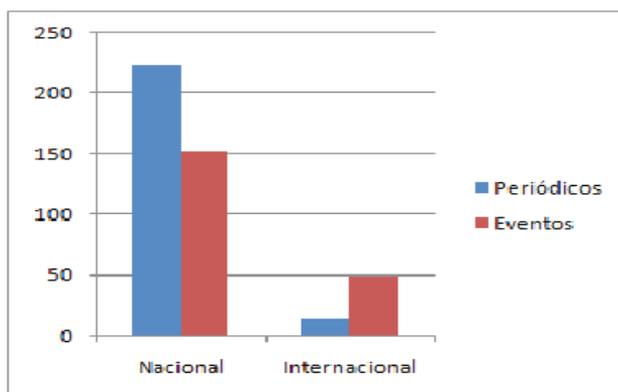
**Quadro 3** Distribuição de artigos por Qualis

Periódicos	ISSN	Qualis
Revista Navus	2237-4558	B4
Revista Serviço Público	0034-9240	B1
Revista. Pensamento Contemporâneo em Adm.	1982-2596	B3
Revista Teoria e Prática em Adm.	2238-104X	B3
Revista Gestão e Sociedade	1980-5756	B5
Revista Gestão e Regionalidade	2176-5338	B2
Revista Catarinense da Ciência Contábil	1808-3781	B3
Revista Administração FACES Journal	1984-6975	B2
Scientia Iuris	2178-8189	B1

Fonte: Elaborado pelos autores

Dos nove artigos publicados nas revistas, 4 artigos (44,4%) foram em revistas B1 e B2, com critérios mais exigentes para publicação de artigos. Mesmo que não haja publicações em revistas A1 ou A2, constata-se que quase metade dos artigos foram publicados em periódicos que também possuem critérios mais rigorosos para publicação

Este estudo também analisou os artigos a fim de observar a origem dos mesmos sobre o tema publicado nos periódicos e nos eventos. Assim, na figura 1 é possível observar as referências das produções científicas quanto à classificação nacional e internacional.

**Figura 1** Distribuição dos artigos

Fonte: Elaborado pelos autores

Através da análise da figura 1, do total de 430 citações, observa-se uma quantidade maior de citações nacionais (376) do que internacionais (64). Ao analisar as publicações separadamente entre os periódicos e eventos, observar-se também essa diferença. Nos periódicos, houve 195 citações nacionais e 12 internacionais e nos eventos houve 152 citações nacionais e 50 internacionais. Teoricamente, percebe-se que não existem bases teóricas em pesquisas de autores internacionais sobre o tema estudado conforme pesquisa realizada nos bancos internacionais como a SPELL, por exemplo. Além disso, por tratar-se de uma lei brasileira (lei complementar 128/2008), as maiores citações são nacionais.

Realizou-se também uma análise dos artigos referente aos autores mais citados cujos resultados podem ser observados no Quadro 4:

**Quadro 4** Citações por autor

<b>Referência/Autores</b>	<b>Quantidade de citações</b>
Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil	41
Sebrae	19
Portal do empreendedor	9
Filion, L. J.	8
Fundação Instituto de Geografia Estatística	8
Schumpeter, J.	8
Hair Junior, J. F	7
Dolabela, F.	6
Global Entrepreneurship Monitor	6
Receita Federal	6
Borges, C.	5
Machado, H. P. V.	5

Fonte: Elaborado pelos autores

Em relação aos autores, foi encontrada a quantidade de 463 nos periódicos e eventos e selecionados aqueles que mais foram citados para análise da figura 4. Embora o Diário Oficial da República Federativa do Brasil e o SEBRAE tenham apresentado 41 e 19 citações respectivamente, a análise demonstra que poucos autores com conceitos teóricos foram utilizados para a realização de pesquisas. Conclui-se que houve pouca reincidência e incidência de autores.

Por fim, analisou-se a frequência de publicações dos autores conforme Quadro 5.

**Quadro 5** Frequência de publicações dos autores

<b>Nome do Autor</b>	<b>Quantidade de artigos publicados</b>
Alessandro Ferreira alves	2
Alex Augusto Timm Rathke	2
Alípio Ramos Veiga Nego	1
André Luis Marques Serrano	1
Camila Araújo Machado	2
Christiane M. Drozdek Pereira	1
Cíntia do Nascimento Silva	2
Cláudia Ribeiro Pereira Nunes	1
Édna Maria de Melo Vieira	1
Edvaldo Duarte Barbosa	1
Emerson Gomes dos Santos	1
Fábio Pereira da Silva	2
Fabício Pelloso Piurcosky	1
Fernando César Lenzi	3
Flávio Julião	1
Gustavo Behling	3
Hélio Vinicius Moreira Ribeiro	1
Isabela Calais	1
Jeovan de Carvalho Figueiredo	1
Karenn Patrícia Silva Siqueira	1
Leandro Campi Prearo	1
Leandro Costa Lopes	1
Lucas Teles de Alcântara	1
Maira Jessika Fernandes Silva	2
Marcelo Driemyer Wilbert	1

*Continua*

**Quadro 5** Frequência de publicações dos autores (*Continuação*)

<b>Nome do Autor</b>	<b>Quantidade de artigos publicados</b>
Marcos Cortez Campomar	1
Maria do Carmo Romeiro	1
Maria Goreti Boaventura	1
Mário Prestes Monzoni Neto	1
Marlene C. O. Lopes Melo	1
Maurício A. Lima Freitas	1
Moises Ferreira da Cunha	2
Nilton dos Santos Portugal	2
Pedro dos S. Portugal Junior	2
Rachel Juliene Menezes Sodré	1
Renata Batista Amorim	1
Renielly Nascimento Iara	3
Ricardo Pereira Reis	2
Rodrigo José Guerra Leone	1
Rogério Nagamine Costanzi	1
Sabrina Soares da Silva	2
Sheila Schilickman Baccin	1
Sílvio Parodi Oliveira Camilo	1
Wilciney José Villan	1

Fonte: Elaborado pelos autores

Identificou-se nessa análise que 61 pesquisadores foram autores dos artigos, sendo que 3 autores participaram de 3 artigos, 11 autores participaram de 2 artigos e 30 autores participaram de somente um artigo. Destacam-se os autores Fernando César Lenzi, Gustavo Behling e Renielly Nascimento Iara com publicações de 3 artigos.

## **5 Conclusões ou considerações finais**

Este trabalho buscou analisar através de um estudo bibliométrico os artigos publicados nos periódicos e eventos, tais como: EnANPAD, EnEPQ, EMA

e EGEPE identificando o local e ano em que foram publicados, os autores e referências.

Identificou-se 19 artigos, sendo que 8 foram publicados em periódicos e 4 em eventos. Em relação às citações, encontrou-se 463 autores, sendo que a maioria foi citada apenas uma vez. Dos autores que participaram dos trabalhos identificou-se 61, sendo que o maior número de participação foi em 3 artigos.

Contudo, este estudo deixa várias lacunas para futuras pesquisas, visto que há pouquíssimos trabalhos realizados nos eventos e periódicos mencionados relacionados ao tema. Além disso, devido ao fato do microempreendedor individual ser uma figura importante para o desenvolvimento social e econômico, faz-se necessário ampliar o conhecimento sobre essa nova personalidade jurídica a fim de obter informações para direcionar recursos e colaborar para os estudos de fatores que influenciam na performance dos negócios.

## Referências

- ARAÚJO, C. A. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*, v. 12, n. 1, p. 11-32. Porto Alegre: 2006.
- BRASIL. Receita Federal. **Lei complementar nº123, 23 de abril de 2016**. Disponível em: [http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis complementares/2016/leicp123.html](http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis%20complementares/2016/leicp123.html). Acesso em: 30/07/2016.
- BRASIL. Receita Federal. **Lei complementar nº128, 23 de abril de 2016**. Disponível em [http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis complementares/2016/leicp128.html](http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis%20complementares/2016/leicp128.html). Acesso em: 30/07/2016.
- BORBA, M. L.; HOELTGEBAUM, M.S.; SILVEIRA, A. A produção científica em empreendedorismo: análise do academy of management meeting: 1954-2005. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 2, p. 169-206. São Paulo: 2011.
- BOTELHO, L. L. R.; MACEDO, M.; DUARTE, M. A. T.; FIALHO, F. A. P. Revisão bibliométrica sobre a produção científica em aprendizagem gerencial. **Gestão e Sociedade (UFMG)**, v. 4, p. 619-639, 2011.
- CAPES. Site [www.periódicos.capes.gov.br](http://www.periódicos.capes.gov.br). Acessado em: 25 jul. 2016.
- GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P.; ARAUJO, U. P. Empreendedorismo Feminino: o estado-da-arte. In: Enanpad, 2009, São Paulo. **XXXIII Encontro da Anpad**, 2009.

- MUGNAINI, R. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional.** (Tese) 203f. Doutorado em Comunicação - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP. São Paulo. 2006.
- PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- SEBRAE - GEM – **Pesquisa Global Entrepreneurship Monitor – Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo.** Brasília: 2015.
- SEBRAE. **Perfil do Microempreendedor Individual.** Estudos e Pesquisas – Brasília 2016.
- SPELL. Disponível em: [www.spell.org.br](http://www.spell.org.br). Acesso em: 25 jul. 2016.
- VIEIRA, G. J. **Um estudo sobre a contribuição sócio-econômica da lei do Microempreendedor Individual (MEI) para os novos empreendedores da cidade de Guarapaba.** 2011. 97 f. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação) – Faculdade de Administração – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

## Logística colaborativa: bibliometria em revistas e eventos nacionais de 2006 a 2015

Larissa Juliana Patrocínio da Silva<sup>1</sup>

Igor Carneiro Nicolau<sup>3</sup>

Pedro de Freitas da Silva<sup>4</sup>

Fernanda Lobato de Paula<sup>2</sup>

**Resumo:** A logística colaborativa tem como objetivo reduzir custos de produção para que possa ser reduzido o preço repassado ao cliente. Esta logística colaborativa pode ser em várias atividades, como processos, planejamento, troca de informações, previsão de demanda, gestão de inventário, transporte e distribuição. O objetivo deste artigo foi investigar trabalhos publicados sobre a prática da logística colaborativa através da bibliometria. Como resultado, seguindo os critérios da metodologia, foram encontrados 14 artigos, dos quais 5 foram publicados em revistas e 9 em eventos no período de 10 anos, de 2006 a 2015. As revistas encontradas foram a Revista de Administração, Gestão Industrial, Produção, Raunp e Eletrônica Produção & Engenharia. Os eventos encontrados foram ENEGEP e SIMPOI.

**Palavras-chave:** logística, logística colaborativa, bibliometria

---

1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios Contato: larissajps\_@hotmail.com

2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios Contato: fefelobato@hotmail.com

3 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios Contato: igornicolau@hpeautos.com.br

4 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios Contato: pedrofs.adm@gmail.com

## 1 Introdução

A logística colaborativa é um assunto que está sendo explorado por diversos autores e de acordo com Silva (2010), percebe-se que esta prática mostra-se viável e também eficaz. A logística colaborativa tem como objetivo reduzir custos de produção para que possa ser reduzido o preço repassado ao cliente.

Esta logística colaborativa pode ser em várias atividades, como processos, planejamento, troca de informações, previsão de demanda, gestão de inventário, transporte e distribuição (AHMAD, ULLAH, 2013).

A colaboração relaciona-se à forma como as empresas compartilham suas informações, promovem ações em conjunto e intensificam suas relações interpessoais (VIEIRA, YOSHIZAKI, HO, 2009).

O objetivo deste artigo foi investigar trabalhos publicados sobre a prática da logística colaborativa através da bibliometria.

## 2 Referencial teórico

### 2.1 Logística Colaborativa

Para Pires (2009) o conceito de Logística é largamente confundido com Gestão de Cadeia de Suprimentos (GCS). Por isso o *Council of Logistics Management*, definiu a Logística como um subconjunto da GCS:

Logística é a parte dos processos da Cadeia de Suprimentos que planeja, implementa e controla o efetivo fluxo e estocagem de bens, serviços e informações correlatas desde o ponto de origem até o ponto de consumo, como objetivo de atender as necessidades dos clientes (PIRES, 2009, p. 58).

O mesmo autor também cita que o *Global Supply Chain Forum* definiu que GCS é a integração de processos de negócios desde o consumidor final até os fornecedores originais que providenciam produtos, serviços e informações que agregam valor para os clientes e *stakeholders* (PIRES, 2009).

Para Leite (2009), é possível diferenciar quatro áreas operacionais da logística empresarial atual: a logística de suprimentos, que corresponde às ações necessárias para suprir as necessidades de insumos materiais; a logística de apoio à manufatura, responsável pelo planejamento, armazenamento e controle dos fluxos internos da empresa; a logística de distribuição, que é responsável pela entrega dos pedidos recebidos e; a logística reversa, que é a mais nova área da logística e

é responsável pelo retorno dos produtos de pós-venda e de pós-consumo e de seu endereçamento a diversos destinos.

Avançando já para a logística colaborativa, a Cadeia Logística Colaborativa é um canal de distribuição composto por um conjunto de organizações que participam do processo de atender as demandas de diferentes mercados logísticos. Na prática da Logística Colaborativa, as organizações obtêm êxito em reunir pessoas com diferentes competências, tornando assim, seu planejamento estratégico diferenciado em comparação as que operam isoladamente (NICOLINI, 2011).

Quando duas ou mais empresas trabalham em conjunto ao longo do tempo, tomando decisões juntas, trocando informações logísticas e também comerciais, dividindo os custos e benefícios, de acordo com o autor Vieira (2006), aí ocorre a colaboração com o intuito de atender as necessidades de seus clientes. A colaboração pode ser vista como um processo organizado de troca de informações, planejamento e execução conjunta, que pode ser obtido através parceria, coerção, esquemas de incentivo, entre outros (TACLA, 2003).

De acordo com Botter, Tacla e Hino (2006) são exemplos deste tipo de colaboração a utilização do *Milk Run* na indústria automobilística, o compartilhamento de armazenagem e distribuição na indústria farmacêutica nacional e o compartilhamento de transporte para cargas de retorno para a agroindústria.

### 3 Metodologia

O estudo bibliométrico consiste num método acessível de análise quantitativa da produção científica de certo assunto, além de apontar e direcionar novos estudos com maior precisão por parte do pesquisador (MUGNAINI 2006). Borba, Hoeltgebaum e Silveira (2011) afirmam que um dos objetivos do estudo bibliométrico é compreender o que os autores estão estudando e como o tema específico está evoluindo à respeito.

Foi pesquisado na base de dados de Periódicos da Capes, Scielo, Spell e em anais de eventos de administração, engenharias, tecnologias como ENEGEP, SIMPOI, todos de abrangência nacional, utilizando o termo “Logística Colaborativa” e selecionando os quais continham o termo no título, resumo, palavras-chave ou o termo “Colaboração Logística” e o texto fosse relacionado com o termo principal deste artigo. Os anos de abrangência da pesquisa foram do ano de 2006 à 2015.

### 4 Resultados

Os dados coletados foram utilizados para a criação de um banco de dados no Microsoft Excel®. Como resultado, seguindo os critérios da metodologia, fo-

ram encontrados 14 artigos, dos quais 5 foram publicados em revistas e 9 em eventos no período de 10 anos, de 2006 a 2015.

As revistas encontradas foram a Revista de Administração, Gestão Industrial, Produção, Raunp e Eletrônica Produção & Engenharia. Os eventos encontrados foram ENEGEP e SIMPOI.

Um total de 40 autores distribuídos entre os artigos, como pode ser visto no Quadro 1, destes apenas 12 são mulheres. Destaque para Barros, Prado e Silva (2013), o único composto em sua totalidade por mulheres. Já composto por homens somam 7 artigos no total. E somente 3 artigos com mais de 3 autores.

**Quadro 1** Distribuição de autores por artigo, ano e o vínculo institucional

Nº	Autor	Vínculo	Ano	Revista / Evento
1	Diego Mondadori Rodrigues	Unisinos	2008	Revista Adm
	Miguel Afonso Sellitto	Unisinos		
2	José Geraldo Vidal Vieira	UFV	2008	Revista Produção & Engenharia
	Danielle Pires Coutinho	UFV		
3	José Geraldo Vidal Vieira	UFSCar	2010	Revista Produção
	Hugo Tsugunobu Yoshida Yoshizaki	USP		
	Leonardo Junqueira Lustosa	PUC-Rio		
4	Adélia Maria Dal-cere Paes de Almeida	UFV	2013	Revista Gestão Industrial
	José Geraldo Vidal Vieira	UFSCar		
5	Mauro Vivaldini	UNIMEP	2015	Revista Raunp
	Fernando Bernardi de Souza	UNESP		
6	José Geraldo Vidal Vieira	UFV	2007	ENEGEP
	Hugo Tsugunobu Yoshida Yoshizaki	USP		
	Diego Fiório Dias	UFV		
7	Adélia Maria Dal-cere Paes de Almeida	UFV	2009	ENEGEP
	José Geraldo Vidal Vieira	UFSCar		
	Aline de Abreu Caetano	UFV		
	Angélica Alves de Almeida	UFV		

*Continua*

**Quadro 1** Distribuição de autores por artigo, ano e o vínculo institucional (*Continuação*)

Nº	Autor	Vínculo	Ano	Revista / Evento
8	Christopher Rosa Pohlmann	Unisinos	2009	ENESEP
	Cleber Giovanni Migotto Pereira	Unisinos		
	Ricardo Augusto Cassel	Unisinos		
9	Natália Figueira do Nascimento	Empresa	2010	SIMPOI
	Cristiano Peixoto Silva	Empresa		
	Valeriana Cunha	UFU		
10	Solano Mineiro de Sousa Filho	UFRPE	2010	ENESEP
	Luiz Andrea Favero	UFRPE		
	Reginaldo José Carlini Junior	UFRPE		
11	Enrico Barnaba Ferri	USP	2010	ENESEP
	Hugo Tsugunobu Yoshida Yoshizaki	USP		
	Rafael Alzeguir Rosin	USP		
12	Vanina Macowski Durski Silva	UTFPR	2013	ENESEP
	Thayse Dobis Barros	UTFPR		
	Jacqueline Ribeiro Prado	UTFPR		
13	Renato Fernandes Ferreira	UFOP	2015	ENESEP
	Karine Araujo Ferreira	UFOP		
	Mario Augusto Palhares	PUC		
14	Jefferson dos Santos Pinto	UEAP	2015	ENESEP
	Arlisson da Costa Oliveira	UEAP		
	Herivan Sanches Costa	UEAP		
	Joecy Pereira Vilhena	UEAP		

Fonte: Elaborado pelos autores

Os autores com maior participação nos artigos são José Geraldo Vidal Vieira, com participação em 5, dos quais 3 estavam vinculados à UFSCar e 2 à FGV. O autor Hugo Tsugunobu Yoshida Yoshizaki aparece em 3 artigos, vinculado à

Instituição USP e a autora Adélia Maria Dal-cere Paes de Almeida aparece em 2 artigos, vinculada à UFV.

Em relação às Instituições, a com maior frequência foi a UFV com oito autores e em segundo lugar a Unisinos e a USP, cada uma com 5 autores. Dois autores estavam vinculados à uma empresa onde foi realizada a pesquisa do artigo.

Já analisando a quantidade de produção por ano pesquisados, como observa-se no Quadro 2, os anos com mais publicações foram 2010 e em seguida 2015.

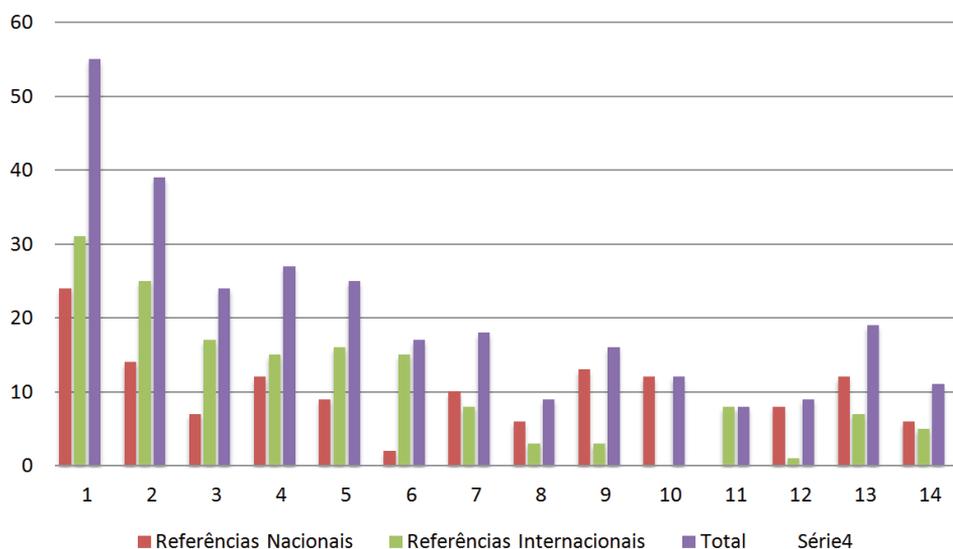
**Quadro 2** Produção por ano

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Produção	0	1	2	2	4	0	0	2	0	3	14

Fonte: Elaborado pelos autores

Na análise das referências de todos os artigos selecionados, foram encontrados um total de 289 referências tanto nacionais quanto internacionais. A distribuição das mesmas podem ser observadas no gráfico 1:

**Gráfico 1** Quantidade Referências Bibliográficas



Fonte: Elaborado pelos autores

As referências internacionais dominam com 154 contra 135 nacionais. O artigo 10 apresenta somente referências nacionais enquanto o 11 apresenta so-

mente internacionais. Em 7 artigos, ou seja, na metade dos artigos selecionados, as referências nacionais são maiores que as internacionais. O artigo 1 é o que mais apresenta referências, com um total de 55 e o artigo 11 é o que apresenta menos, com apenas 8 referências.

Ao analisar os artigos pelo tipo de pesquisa, a maioria são empíricos pois 11 do total realizaram um estudo de caso, 2 são artigos que apresentaram propostas de modelos e apenas 1 é teórico. Nos empíricos o destaque é para o tipo comum de empresa investigada, 2 foram realizados com fornecedores de supermercados de pequeno e médio porte e 2 foram realizados com a cadeia de varejo de supermercados.

## 5 Considerações finais

Apesar de Logística Colaborativa ser um tema novo, através da bibliometria pode-se observar um número representativo de artigos nacionais publicados explorando a respeito.

Para Vieira (2001), a logística tem sido muito focada nos recursos físicos da logística, principalmente naquelas funções que têm acesso direto aos clientes e que são os mais onerosos da cadeia, como é o caso de transportes.

Já para Sahay (2003), a concorrência não se dá mais apenas entre os negócios individuais, mas sim entre a cadeia de suprimentos inteira. A colaboração neste novo ambiente competitivo auxilia a integração e ajuda o crescimento da cadeia de suprimentos como um todo.

A maioria dos artigos se mostraram positivos com esta nova onda na logística trazendo vantagens financeiras e competitivas para o mercado.

## Referências

- BARROS, T. D.; PRADO, J. R.; SILVA, V. M. D. Logística Colaborativa: Um estudo de caso no setor de armazenagem e logística. In: XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), 2013, Salvador-BA. **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2013. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013\\_TN\\_STO\\_177\\_009\\_22172.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_177_009_22172.pdf)> Acesso em: 03 de Agosto de 2016.
- BORBA, M. L.; HOELTGEBAUM, M.S.; SILVEIRA, A. A produção científica em empreendedorismo: análise do *academy of management meeting*: 1954-2005. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 2, p. 169-206. SÃO PAULO: 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n2/a08v12n2.pdf>> Acesso em: 04 de Agosto de 2016.

- BOTTER, R. C.; TACLA, D.; HINO, C. M. Estudo e Aplicação de Transporte Colaborativo para Cargas de Grande Volume. **Pesquisa Operacional**, v.26, n.1, p. 25-49, janeiro a abril de 2006.
- LEITE, P. R. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2009.
- MUGNAINI, R. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional**. (Tese) 203f. Doutorado em Comunicação – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP. São Paulo. 2006.
- NICOLINI, M. A. S. **Logística Colaborativa: Como a evolução dos conceitos contribui para a otimização e integração dos processos logísticos - Monografia (Pós-Graduação)**. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2011.
- PIRES, S. R. I. **Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management): conceitos, estratégias, práticas e casos**. 2. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2009.
- SAHAY, B.S. **Supply chain collaboration: The key to value creation**. Work Study. Vol. 52, n.1, pp.76, 2003.
- TACLA, D. **Estudo de Transporte Colaborativo de Cargas de Grande Volume, com Aplicação em Caso de Soja e Fertilizantes**. São Paulo: USP, 2003, 286 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia Naval da Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- VIEIRA, D. R. **Vantagens da Logística Colaborativa**. Carga.&Cia, Curitiba, Julho de 2001.
- VIEIRA, J. G. V. **Avaliação do estado de colaboração logística entre indústria de bens de consumo e redes de varejo supermercadista**. 2006. Tese (Doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.
- VIEIRA, J. G. V.; YIOSHIZAKI, H.T.Y.; HO, L.L. Collaboration intensity in the brazilian supermarket retail chain. **Supply Chain Management: an International Journal Review**, v. 4, n. 1, p.11-21, January, 2009. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/13598540910927269>> Acesso em: 07 de Agosto de 2016.

## Como andam conceituando “desconcentração”? Um estudo bibliométrico

César Augustus Adorno  
Ferreira Lima<sup>1</sup>  
Pedro de Freitas Silva<sup>2</sup>

Igor Carneiro Nicolau<sup>3</sup>  
Serigne Ababacar Cisse Ba<sup>4</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é realizar um estudo bibliométrico das publicações sobre desconcentração na administração pública, com a intenção de verificar como a literatura tem conceituado o termo “desconcentração”, bem como constatar características específicas destes estudos acadêmicos publicados. A pesquisa, usando o descritor “*deconcentration public management*”, foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES. Através de critérios de inclusão e exclusão bem definidos, foram selecionados 11 trabalhos científicos, dentre os quais 10 eram artigos internacionais e 01 era dissertação de mestrado nacional. Foram apresentadas duas vertentes de classificação da desconcentração, sobre as quais constatou-se a presença significativa na literatura. Ademais, observou-se que as pesquisas ainda carecem de métodos para definir a necessidade de desconcentrar as organizações públicas, bem como método de análise para avaliar esse processo.

- 
- 1 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Centro de Gestão e Negócios (CGEN), Programa de Mestrado Profissional em Gestão Organizacional. Contato: phar-maperito@gmail.com
  - 2 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Centro de Gestão e Negócios (CGEN), Programa de Mestrado Profissional em Gestão Organizacional. Contato: pedrofs.adm@gmail.com
  - 3 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Centro de Gestão e Negócios (CGEN), Programa de Mestrado Profissional em Gestão Organizacional. Contato: igornicolau@hpeautos.com.br
  - 4 Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Centro de Gestão e Negócios (CGEN). Contato: serigneababacar@hotmail.com

Por fim, evidenciou-se que, independente da vertente de classificação, o conceito de desconcentração possui um núcleo de ideias que não se alteram.

**Palavras-chave:** Desconcentração. Descentralização. Administração pública.

## 1 Introdução

A discussão sobre a descentralização é antiga, polêmica, complexa e não há um consenso na literatura (AFONSO, 2015; GUIMARÃES, 2002; PEIXOTO, 2012; TOBAR, 1991). Ainda hoje, após inúmeras discussões, existe uma variedade de entendimentos e concepções acerca deste tema, e não raras vezes, discordantes entre si (AFONSO, 2015; PEIXOTO, 2012).

O tema da descentralização é vista de maneiras diferentes dependendo dos campos da ciência que o estuda (GUIMARÃES, 2002). A descentralização, nas ciências políticas, é entendida como um mecanismo para o desenvolvimento da democracia, permitindo autonomia política nos níveis locais e regionais. Na sociologia, é concebida como “empoderamento” da sociedade civil, promovendo a cidadania. Na administração, é vista como o processo de distribuição do poder decisório e administrativo (GUIMARÃES, 2002; PEIXOTO, 2012).

Não obstante, devido ao fato de estar na mesma esfera de discussão que a descentralização, e em alguns momentos usado como sinônimo, o termo desconcentração também se encontra com variedades de conceitos e, às vezes, destoantes entre si.

Cohen e Peterson (1999) afirmam que a dificuldade de distinguir os conceitos e os tipos de descentralização/desconcentração é uma das principais razões para a confusão na literatura sobre descentralização. Colocando em contraste a perspectiva acadêmica e a realidade, é muito difícil na prática separar as formas de descentralização/desconcentração, pois elas muitas vezes são simultâneas e interferem uma nas outras (COHEN; PETERSON, 1999). Contudo, os mesmos autores ponderam que as reflexões teórico-acadêmicas são úteis para definir uma perspectiva analítica das formas descentralização/desconcentração. Corroborando com isso, o Banco Mundial afirma que estabelecer conceitos entre esses diversos tipos de descentralização/desconcentração é útil para destacar as suas dimensões e a necessidade de coordenação entre elas (The World Bank Group, <http://www1.worldbank.org/publicsector/decentralization/what.htm>).

Por oportuno, é necessário apontar que é justamente nesta dificuldade de conceituação do termo desconcentração que o presente trabalho quer aprofundar. Utilizando-se da pesquisa bibliométrica, pretende-se perceber como o processo de desconcentração tem sido entendido na literatura, procurando evidenciar e avaliar as produções, no sentido de analisar a metodologia, os autores, tendências e novas abordagens.

Logo, o presente trabalho tem o objetivo de realizar um estudo bibliométrico das publicações sobre o processo de desconcentração na administração pública, com o intuito de analisar como a literatura tem conceituado o termo “desconcentração”. Neste sentido, este artigo também irá explorar o perfil dos estudos acadêmicos publicados sobre este assunto, entendendo suas particularidades, o volume de produção ao longo destes anos, a internacionalização destas pesquisas, os tipos de pesquisa que foram realizadas, e a quantidade de autores por artigos.

Além de identificar os trabalhos científicos importantes sobre o tema, a relevância desta pesquisa está na proposta de sintetizar os conceitos sobre desconcentração, fornecer dados para subsidiar outros estudos sobre a mesma temática e auxiliar na construção teórica da dissertação “Desconcentração dos exames definitivos de drogas da Polícia Técnico-Científica do estado de Goiás: um estudo de viabilidade”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado Profissional de Gestão Organizacional.

Para tanto o artigo está estruturado da seguinte forma: introdução, objetivos e justificativa já apresentados. Na primeira seção traz o referencial teórico sobre processo de desconcentração. Na sequência, apresenta os procedimentos metodológicos adotados. Na terceira seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. E por fim, as considerações finais.

## **2 O que é desconcentração?**

Como veremos adiante, observa-se que o entendimento sobre desconcentração na administração pública possui duas vertentes: a primeira (V1) é vista como uma forma, um tipo, de descentralização administrativa; a segunda (V2) é entendida apenas como um processo de transferência de competências administrativas dentro de uma mesma organização pública, diferenciando-se totalmente do conceito de descentralização.

Diante disso, discutir o processo de desconcentração é impossível sem o contraponto da descentralização, pois os conceitos estão intimamente interligados. Desta forma, ao discutirmos sobre a desconcentração, tanto na primeira, quanto na segunda vertente, será imprescindível discutir a descentralização em ambas as situações.

### **2.1 Vertente 1: desconcentração – uma forma de descentralização**

A descentralização pode ocorrer em três aspectos: político, econômico e administrativo (PNUD, 1999), sendo que a descentralização administrativa pode ser classificada como: devolução, delegação, desconcentração e privatização (GUILMARÃES, 2002).

A dimensão política da descentralização está relacionada à governança local, dispersando e fragmentando a monopolização do poder político dos governos nacionais, buscando garantir mecanismos democráticos no exercício deste poder político, promovendo *accountability*, transparência, e participação social nos processos decisórios e de fiscalização (PNUD, 1999).

A descentralização fiscal é entendida como a capacidade dos governos locais e organizações privadas com funções públicas de possuírem um nível adequado de receitas, sejam captadas localmente, sejam transferidas pelo governo central. A captação e alocação de recursos são realizadas de forma transparente, com critérios bem definidos. Quando ocorre transferência de recurso do governo central, deve haver previsão orçamentária para as instituições locais, indicando quanto de aporte financeiro estará disponível para a execução do planejamento anual. Ademais, a descentralização fiscal contempla a ideia de autonomia para decidir sobre a utilização destes recursos (PNUD, 1999; The World Bank Group, <http://www1.worldbank.org/publicsector/decentralization/fiscal.htm>)

A descentralização administrativa é classificada da seguinte forma:

- a) desconcentração: são unidades subdivididas, ou sub-unidades, ou estrutura administrativas locais, ou departamentos dentro da mesma organização, como regionais ou escritórios locais. Envolve transferência muito limitada de autoridade e de competências e/ou tarefas que podem estar relacionadas à tomada de decisão específica, questão financeira e de gestão administrativa, sempre hierarquicamente subordinada à autoridade do governo central. Neste tipo de descentralização, a estrutura desconcentrada não possui poderes para levantar receitas e não possui personalidade jurídica, impedindo de contratar pessoal, estabelecer contratos e ser processado judicialmente (PNUD, 1999);
- b) delegação: transferência de competências da organização pública central para unidades administrativas de uma região, ou para organizações externas, ou para organizações não governamentais, para as quais são delegadas competências e responsabilidades através de legislação ou contrato. Elas não são totalmente controladas pelo governo, mas são legalmente constituídas e responsáveis por uma função pública bem definida (GUIMARÃES, 2002; PNUD, 1999);
- c) devolução: instituição legal de unidades autônomas de governança, locais ou regionais, sub-nacionais, como províncias, distritos, estados e municípios. Neste tipo de descentralização, as unidades de governo são autônomas, independentes e são níveis separados de governo, sobre as quais as autoridades centrais exercem pouco ou nenhum controle direto. Também, essas unidades tem personalidade jurídica, poder de assegurar recursos e possuem seus limites geográficos de atuação bem definidos. Por fim, existe uma relação recíproca e mutuamente benéfica entre o governo central e local (PNUD, 1999);

- d) privatização: ocorre quando as responsabilidades administrativas e as funções públicas são transferidas do governo para instituições privadas (GUIMARÃES, 2002).

Portanto, a partir do que foi apresentado, demonstra que a desconcentração é vista como um tipo de descentralização administrativa.

## 2.2 Vertente 2: desconcentração e descentralização – conceitos diferentes

A descentralização pode ser analisada sob o aspecto político e administrativo (MARINELA, 2015; PIETRO, 2015). “A descentralização política ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorre do ente central” (PIETRO, 2015, p. 516). Segundo Marinela (2015), a descentralização política ocorre quando, através da Constituição Federal, se distribui às pessoas jurídicas de direito público atribuições políticas, com soberania ou autonomia para legislar, sendo capazes de determinar seus propósitos e governo. Exemplo disso são os estados e os municípios, os quais possuem capacidade de legislar e não recebem qualquer espécie de autorização da União e nem a ela se subordinam, mas, sobretudo, encontram-se regulamentados pela própria Constituição Federal (PIETRO, 2015). A descentralização administrativa ocorre quando o Estado distribui suas competências administrativas a outras pessoas jurídicas. Dessa forma, a descentralização requer, necessariamente, duas pessoas jurídicas distintas, sendo que uma, necessariamente, é o Estado – União, Distrito Federal, estado-membro ou município (ALEXANDRINO; PAULO, 2015; MAZZA, 2015; MARINELA, 2015; PIETRO, 2015).

A desconcentração ocorre quando as competências são distribuídas dentro da estrutura de uma única pessoa jurídica (MAZZA, 2015). Dessa forma, a desconcentração está relacionada a uma técnica administrativa de distribuição interna de atribuições com o intuito de conferir mais eficiência e celeridade na prestação de serviços (ALVES, 2007; ALEXANDRINO; PAULO, 2015; MARINELA, 2015; MAZZA, 2015). Exemplos de desconcentração: a União e seus Ministérios, os estados-membros e suas secretarias estaduais, as prefeituras e suas secretarias municipais, universidade pública e seus departamentos de graduação, a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Científica com suas unidades regionais.

Logo, a desconcentração vem a ser a passagem de competências de órgãos situados nas partes superiores da pirâmide administrativa para escalões mais subalternos, ou mesmo a transferência do exercício das funções do núcleo central para núcleos mais distantes e próximos da periferia, na tentativa de otimizar os procedimentos, gerar maior produtividade e melhorar os resultados para o sistema (GOUVÊA, 2012).

Considerando que o processo de desconcentração ocorre dentro de uma mesma pessoa jurídica, os órgãos resultantes possuem um vínculo de subordinação,

de hierarquia (ALEXANDRINO; PAULO, 2015; MARINELA, 2015; MAZZA, 2015). Por outro lado, a descentralização pressupõe pessoas jurídicas distintas, sem vínculo de subordinação de uma perante a outra, mas, sobretudo, configura uma relação de controle ou tutela por parte do Estado a qual é exercida nos limites da lei.

### 3 Método de pesquisa

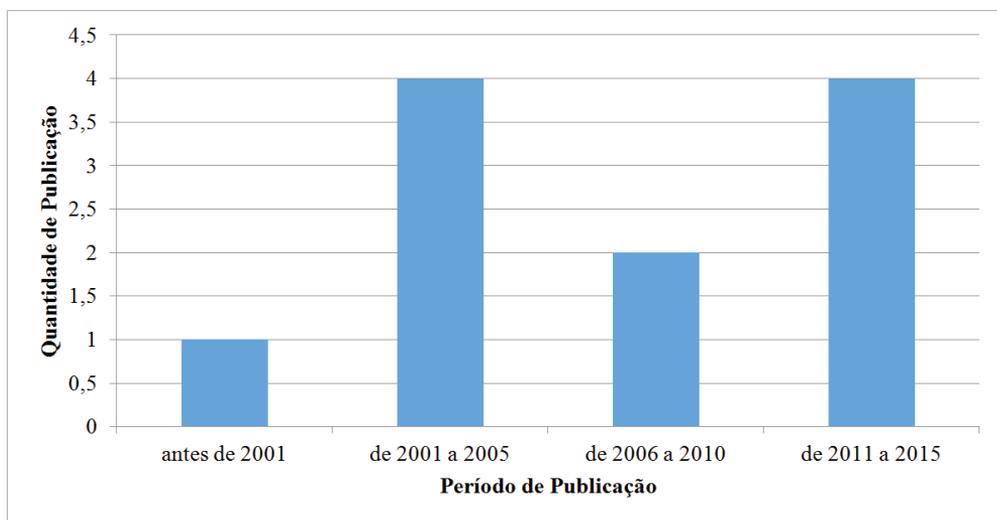
A pesquisa tratou-se de um estudo bibliométrico das publicações sobre o processo de desconcentração na administração pública encontrados na plataforma do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este portal é a base de dados mais importante do país, possuindo centenas de periódicos nacionais e internacionais.

A pesquisa dos trabalhos científicos foi realizada usando o descritor: “*deconcentration public management*”. Foram encontrados 37 trabalhos publicados entre 1989 e 2015, dentre os quais foram selecionados os que eram de cunho científico e continham o termo “desconcentração” ou “*deconcentration*” no título, ou no resumo, ou na palavra-chave. Foram excluídos os trabalhos que não abordavam a desconcentração dentro do âmbito da administração, ou seja, foram excluídos aqueles que tratavam dos seguintes assuntos: planejamento urbano; estudo espacial relacionado ao processo de industrialização, produção industrial e urbanização; caracterização de movimento populacional; e políticas contra pobreza.

Os artigos foram explorados a partir de uma planilha criada no software Microsoft Excel®, destacando dados como título, periódico, nacionalidade e ano da publicação, quantidade de autores em cada publicação, como é conceituado o processo de desconcentração, tipo e natureza do trabalho científico.

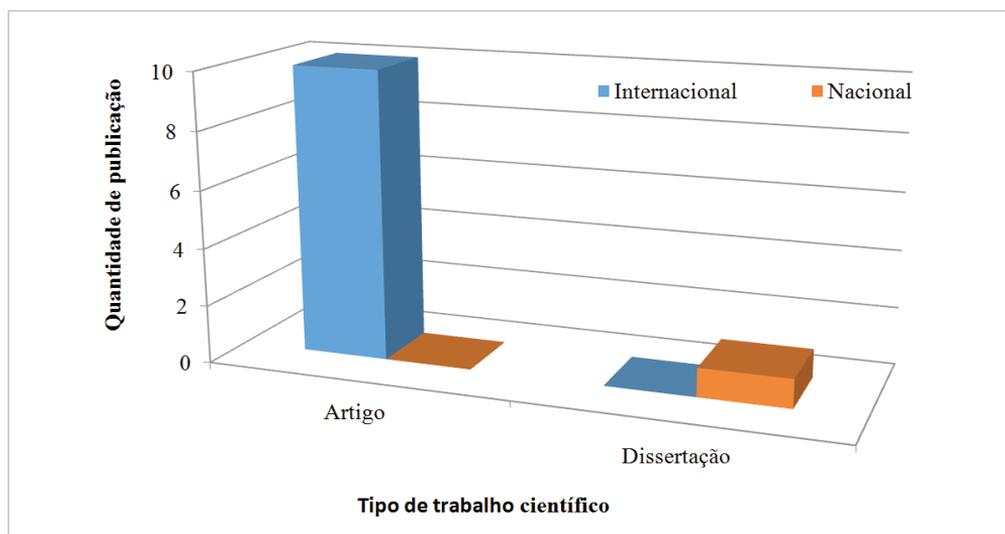
### 4 Resultados e discussão

Baseando-se nos critérios de inclusão e exclusão apresentados na seção “Método de pesquisa”, foram selecionados 11 artigos nos quais o termo desconcentração é colocado em evidência no título, ou no resumo, ou na palavra-chave. Destes, 04 foram publicados de 2001 a 2005, e outros 04 de 2011 a 2015. Observa-se pela Figura 1 que a discussão sobre o assunto em tela sempre fez parte do debate acadêmico desde o início do século XXI, não fugindo da pauta em nenhum quinquênio. Por oportuno, fica evidente que o termo desconcentração não possuía destaque no século XX, possivelmente, porque o entendimento sobre desconcentração estava sendo desenvolvido diante do arcabouço teórico relacionado à descentralização.



**Figura 1** Quantidade de publicação por período de tempo.

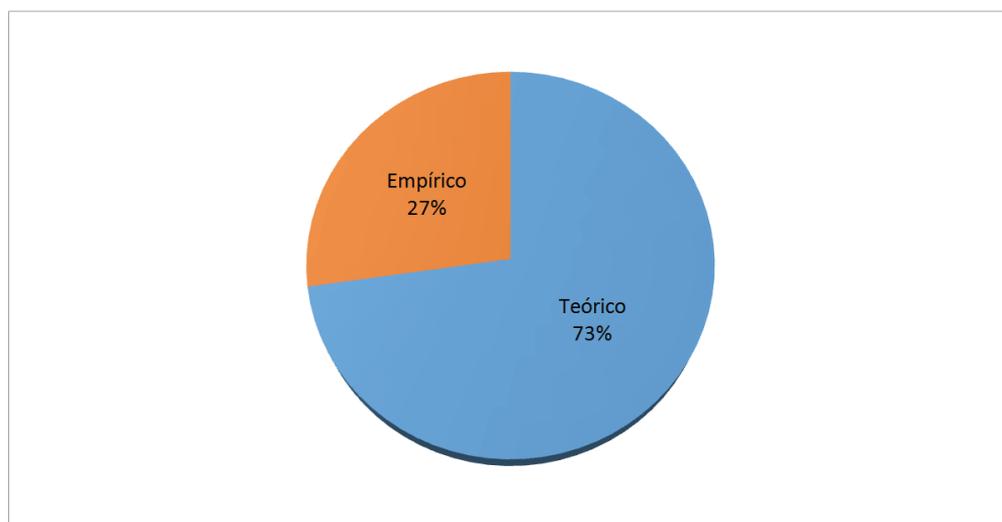
Dos trabalhos científicos selecionados, 10 eram artigos internacionais e 01 era dissertação de mestrado nacional. Observa-se que a discussão sobre o tema é mais intenso internacionalmente (Figura 2).



**Figura 2** Número de publicações relacionando tipo de trabalho científico e nacionalidade.

A Figura 3 demonstra a porcentagem de trabalhos teóricos e empíricos. A predominância de trabalhos teóricos demonstra que a literatura ainda carece de métodos de análise para avaliar a desconcentração das organizações públicas ou

para definir a necessidade de desconcentrar essas instituições. Além disso, constatou-se que em 91% dos trabalhos foi usado o método de pesquisa qualitativo.



**Figura 3** Percentagem de trabalhos teóricos e empíricos.

A Tabela 1 evidencia que 73% dos trabalhos publicados foram confeccionados apenas por um autor.

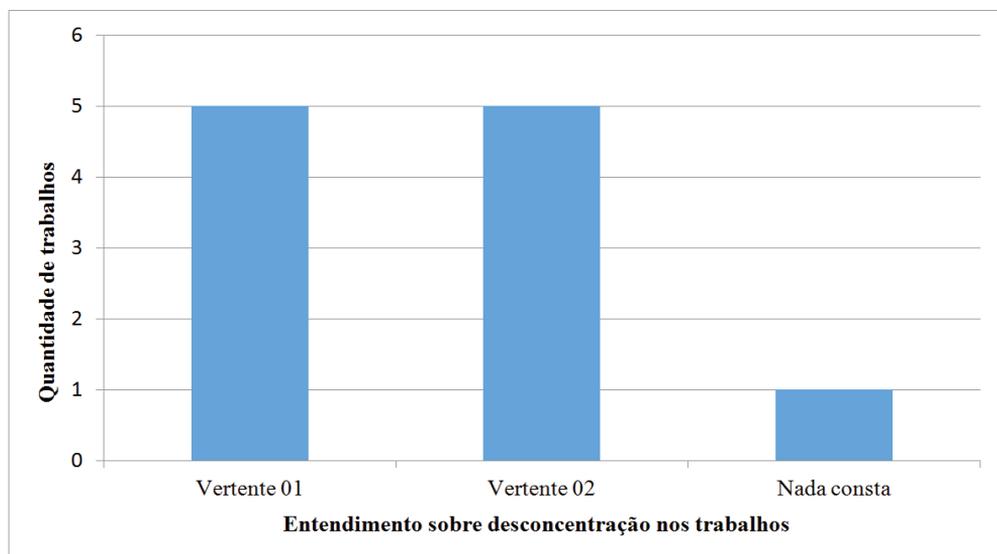
**Tabela 1** Número de autores por trabalho acadêmico

Nº de autor por trabalho científico	Quantidade de trabalho
Um autor	08
Dois autores	03

Fonte: Dado da pesquisa

Considerando as duas vertentes (V1 e V2) de entendimento sobre a desconcentração, observou-se que em cinco trabalhos a desconcentração era um tipo de descentralização administrativa (Vertente 1) e em outros cinco o arcabouço teórico trouxe o entendimento de que desconcentração e descentralização são conceitos distintos (Vertente 2). Apenas um artigo não trouxe a conceituação do termo desconcentração em seu referencial teórico. A Figura 4 apresenta estes resultados graficamente.

A partir destes dados observa-se que os autores ainda necessitam posicionar-se quanto à conceituação dos termos desconcentração e descentralização, por causa da pluralidade de conceitos existentes sobre o tema.



**Figura 4** Quantidade de trabalhos científicos para cada vertente de entendimento sobre desconcentração.

Por oportuno, é importante destacar que nos trabalhos analisados, a vertente 2 de entendimento não foi delineada com a mesma precisão que no referencial teórico do presente trabalho. Geralmente, diferenciavam a descentralização e desconcentração da seguinte forma: a) descentralização: transferência de poderes administrativos, financeiros e legislativos da autoridade central para a administração pública local. Neste sentido, quando utilizavam a vertente 2, a descentralização era entendida, com base no referencial teórico deste trabalho, apenas como política; b) desconcentração: autorização para prestação de serviços em unidades administrativas locais ou regionais, cujas atribuições e poderes surgem de instituições especializadas da administração pública central. Desta forma, a desconcentração é entendida como a transferência do exercício das funções do núcleo central para núcleos mais distantes e próximos da periferia, coadunando com o conceito presente no nosso referencial teórico.

## 5 Considerações finais

O presente trabalho coloca em evidência a discussão sobre o conceito de desconcentração na literatura. Foram selecionados 11 trabalhos científicos com o método de pesquisa adotado, sendo que 10 eram artigos internacionais.

O conceito de desconcentração foi colocado em contraste com o de descentralização, e apresentou duas vertentes de classificação: sendo a primeira como

subtipo de descentralização administrativa e a segunda como conceito distinto do de descentralização. Os resultados evidenciaram que essas duas vertentes estão presentes na literatura de maneira significativa, não apresentando predomínio de uma sobre a outra.

Ademais, a pesquisa apontou a predominância de trabalhos teóricos, demonstrando que a literatura ainda carece de métodos para definir critérios para a necessidade ou não de desconcentrar as organizações públicas, bem como de método de análise para avaliar esse processo. Evidenciou-se também que, embora exista uma variedade de entendimentos e concepções acerca de conceitos e classificação sobre descentralização, quando se analisa apenas a desconcentração, observa-se um núcleo de ideias que não se modificam.

Portanto, é imprescindível apontar que independente da vertente utilizada, o conceito de desconcentração carrega em si um conjunto de significados fundamentais:

- a) trata-se apenas de um processo administrativo;
- b) é um processo que ocorre sempre dentro da mesma organização;
- c) está sempre relacionado à transferência limitada de competências dos órgãos situados nas partes superiores da pirâmide administrativa para escalões mais subalternos;
- d) também pode estar relacionada a transferência do exercício de funções do núcleo central para núcleos regionais ou locais da administração pública;
- e) As competências e funções transferidas estão restritas à implementação e execução de serviços/tarefas;
- f) existe sempre um vínculo de hierarquia e subordinação em relação ao núcleo central da administração, a qual continua com o poder de decisão.

Desta forma, concluímos que o conceito que mais modifica em termos de conceituação e classificação é a descentralização. A desconcentração, independentemente da forma como a descentralização é classificada, acaba por possuir elementos fundamentais que não se alteram em sua conceituação.

## Referência

AFONSO, A. F. **Descentralização: Implicações na Gestão Municipal – Uma aplicação na Ilha de Santiago, Cabo Verde**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO, Lisboa, 2015.

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito administrativo descomplicado**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

- ALVES, A. M. C. **Autonomia e gestão das escolas: Centralização, Descentralização, Desconcentração e Autonomia.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração e Planificação da Educação) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal, 2007.
- COHEN, J. M.; PETERSON, S. B. **Administrative decentralization: strategies for developing countries,** Kumarian Press (published for and on behalf of the United Nations), Draft Proof for Publication, June, 1999; pp. 16 – 20.
- GOUVÊA, G. A. **Desconcentração da polícia técnica e científica do estado de Rondônia – Uma política de Administração Pública.** 2012. 69 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2012.
- GUIMARÃES, M. C. L. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 23, p. 1-17, 2002.
- MARINELA, F. **Direito administrativo.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MAZZA, A. **Manual de direito administrativo.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo.** 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- PNUD, **Decentralization: a sampling of definitions.** (Working paper prepared in connection with the Joint UNDP-Government of Germany evaluation of the UNDP role in decentralization and local governance), Out. 1999. Disponível em: <[http://web.undp.org/evaluation/documents/decentralization\\_working\\_report.PDF](http://web.undp.org/evaluation/documents/decentralization_working_report.PDF)>. Acesso em: 18 ago. 2016
- PEIXOTO, S. C. **A eficiência da descentralização na computação forense do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia.** 2012. 141f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2012.
- TOBAR, F. O conceito de descentralização: usos e abusos. **Planejamento e políticas públicas**, v. 5, p. 31-51, 1991.



## A evolução do PRONAF no município de Campo Alegre de Goiás (GO)

Polyanna Silva Reitter<sup>1</sup>

Kenya Thiesen<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo geral foi analisar a evolução do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no município de Campo Alegre de Goiás no período que compreende o ano safra de 2002/2003 até 2014/2015. Para tanto foi feita uma pesquisa documental descritiva quantitativa no banco de dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O surgimento do PRONAF como política pública de valorização da agricultura familiar, que é responsável pela produção da maioria dos alimentos que são consumidos no Brasil. A análise da evolução do crédito mostrou um incremento nos financiamentos concedidos aos agricultores familiares no município de Campo Alegre de Goiás, permitindo um aprimoramento dessa modalidade de negócio na cidade e com isso possibilitando o desenvolvimento de todo o município pelo aprimoramento da economia local.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Crédito. PRONAF.

### 1 Introdução

A agricultura familiar no Brasil é responsável por mais de 70% dos alimentos que são produzidos e consumidos pelos brasileiros (BRASIL, 2015), foram criadas políticas governamentais para o desenvolvimento deste setor econômico como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No município de Campo Alegre de Goiás a agricultura familiar tem des-

---

1 Bacharel em Administração pelo Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC. Contato: polyannareitter@gmail.com

2 Professora do Centro de Ensino Superior de Catalão – CESUC. Contato: kenya\_thiesen@uol.com.br

taque econômico local. A agricultura familiar é uma realidade importante para a geração de riquezas na cidade (IBGE, 2015). Este artigo visou analisar o crédito concedido aos agricultores familiares desse município, pelo PRONAF, nos ano safra de 2002/2003 até 2015/2016.

O PRONAF é uma linha de crédito subsidiado pelo Governo Federal para auxiliar e estimular os agricultores familiares podendo financiar o custeio da safra, investimento em melhorias nas propriedades rurais e para a comercialização dos seus produtos, seja na forma de cooperativas produtivas ou individualmente. Daí surge a dúvida: os créditos concedidos pelo PRONAF no município de Campo Alegre de Goiás fortalecem a agricultura familiar?

Uma hipótese a ser confrontada é a de que há uma tendência de urbanização crescente no Brasil, onde a maioria das pessoas opta por abandonar o campo em busca de melhores condições de vida e de trabalho e créditos como o do PRONAF pode ajudar a manter as famílias envolvidas com a agricultura familiar por conseguirem melhorar suas condições de trabalho pelas condições favoráveis de crédito que permite a evolução das propriedades rurais.

Estudar este tema é de suma importância para descobrir se essa política pública está funcionando como o esperado, pois diante dos dados colhidos, pode-se verificar os resultados e ver se não são necessários ajustes no PRONAF. Cabe aqui também, a visibilidade que este assunto acadêmico pode alcançar, por ser uma política pública federal que atinge praticamente todos os municípios brasileiros que podem ser afetados como o município alvo desse estudo.

O objetivo geral desse trabalho foi analisar a evolução do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no município de Campo Alegre de Goiás no período que compreende o ano safra de 2002/2003 até 2014/2015. Os objetivos específicos foram: compreender e definir a agricultura familiar; conhecer os objetivos do PRONAF em relação ao desenvolvimento rural; analisar a evolução do crédito para os agricultores familiares, por recurso do PRONAF em suas pequenas propriedades.

Inicialmente buscou-se conceituar agricultura familiar e PRONAF. A partir daí foram descrita a metodologia utilizada para execução desse trabalho. Finalmente foram mostrados os dados encontrados e as discussões feitas sobre o PRONAF e sua aplicabilidade em Campo Alegre de Goiás.

## **2 Desenvolvimento**

Esta seção tem o objetivo de demonstrar as características da agricultura familiar e a importância deste setor para a economia brasileira. Bem como tratar das políticas públicas de incentivo adotadas para o desenvolvimento dessa modalidade de negócio.

## 2.1 Agricultura Familiar

Até o início da década de 1990, não existia o conceito de agricultura familiar (AQUINO, 2009, p. 3). É importante definir agricultura familiar, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), define como:

[...] uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. (BRASIL, 2015).

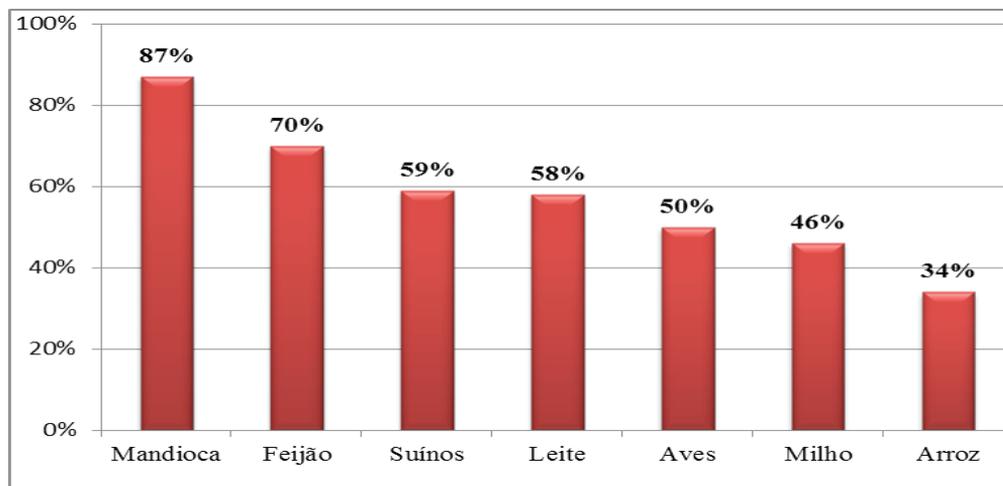
De acordo, com a Constituição Brasileira, pela Lei nº 11.326, de 2006, considera-se agricultor familiar, aquele que pratica atividades no meio rural, que detenha predominantemente o uso de mão-de-obra familiar nas atividades de sua propriedade, que obtenha sua renda, predominantemente, de suas atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; que tenha um percentual mínimo da origem de sua renda familiar vinda de sua propriedade rural; que dirija seu estabelecimento juntamente com sua família, que possua área de até quatro módulos fiscais. Módulo fiscal é a área mínima necessária a uma propriedade rural, é uma unidade de medida agrária expressa em hectares, sendo fixada para cada município, sendo que para o município de Campo Alegre de Goiás/GO, um módulo fiscal equivale a 28 (vinte e oito) hectares. (INCRA, 2015).

São também parte da agricultura familiar, [...] os/ as produtores/as rurais sem terra e os/as beneficiários/as dos processos de reforma agrária ou programas de acesso e permanência na terra, bem como as comunidades de produtores/as que fazem uso comum da terra. (MDA, 2014).

“No Brasil, o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2006, revelou que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país.” (MDA, 2014). E por estabelecimento entende-se a propriedade rural independente do porte.

A agricultura familiar é responsável por aproximadamente 70% dos alimentos produzidos que são consumidos pelo povo brasileiro (BRASIL, 2015). O Brasil está entre os maiores produtores de alimento do mundo, mas os latifúndios investem na monocultura. É por meio da agricultura familiar que vê na diversidade uma forma de melhorar sua renda, já que esta dá a maior parte da produção dos alimentos que se consome. Diante deste fato, pode-se observar que este setor é de suma importância para a produção dos alimentos de nosso país, e do abastecimento da nação brasileira.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) informou que, os agricultores familiares ocupavam 24,3% da área cultivada no país, em 2006. Declara ainda que, os agricultores familiares são responsáveis pela produção, de uma série de ingredientes que são à base da alimentação brasileira.



**Figura 1** Porcentagem da produção agrícola familiar no Brasil sobre os diversos produtos.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2014)

A figura 1 mostra que, apesar de possuírem uma porcentagem reduzida das terras cultivadas, os agricultores familiares fazem toda a diferença na produção de alimentos, sendo o principal responsável pela maior parte da produção de alimentos que compõem a alimentação dos brasileiros.

Schneider e colaboradores (2004 apud AQUINO, 2009, p. 4), destacam que:

O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Constata-se, desta maneira, que a intervenção e apoio do governo para o desenvolvimento deste setor (com políticas públicas eficientes), em todo o País é de extrema importância, tanto para os agricultores familiares, proporcionando-lhes qualidade de vida digna e de forma sustentável, quanto para o abastecimento do setor urbano com alimentos saudáveis produzidos para irem direto a mesa de todos os brasileiros.

Segundo Silva (2013, p. 30), o agricultor familiar permite avanços no setor graças a suas diversidade, organização, sustentabilidade e saberes tradicionais, e as políticas públicas de incentivo têm estimulado essa forma de produzir e viver centralizada na família.

Tratar com atenção os agricultores familiares do país, não é somente preservar a família que vive no campo, mas sim, dar condições de subsistência viáveis para que continuem em suas pequenas propriedades. O mundo necessita que a preservação dos recursos naturais seja mantida, manter a agricultura familiar, é um dos caminhos para que isto aconteça.

## 2.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF é um financiamento direcionado ao agricultor familiar.

Segundo Aquino (2009, p. 4) foram pressões dos movimentos sindicais rurais em 1994, que levou a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), o precursor do PRONAF, que foi reformulado e lançado em 1996.

Este programa abriu as portas para os agricultores familiares, que antes do PRONAF, tinham dificuldades para terem acesso ao Sistema Financeiro Nacional, criando condições reais para realização de seus projetos de crescimento e melhoria de vida no meio rural brasileiro.

De acordo com o Banco do Brasil (2015): “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, [...], destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural”.

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

O PRONAF caracteriza-se por apoiar o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. (BRASIL, 2015).

É considerado um programa inovador, por permitir aos agricultores familiares ter condições de retirar seu sustento de sua propriedade, evitando assim o êxodo rural no Brasil (FARIA, 2015). Ressalta-se, com este fato, a importância de políticas públicas voltadas para o agricultor familiar, e como o não investimento nessa classe de trabalhadores pode causar o desequilíbrio da economia do país e um impacto na produção de alimentos.

Integrar o produtor familiar à cadeia de agronegócios fortalecendo suas atividades, através do PRONAF, o agricultor pode agregar valor aos produtos e a sua

propriedade com o uso destes recursos. Proporcionando, mediante o financiamento, a capacidade de modernização do sistema produtivo, profissionalização dos produtores familiares e valorização do ambiente rural como um todo. (BRASIL, 2015).

O sitio do MDA descreve como funciona o acesso ao programa de financiamento:

O acesso ao PRONAF inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como a EMATER, para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE). O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito PRONAF, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho. (BRASIL, 2015)

De acordo com o Banco Central do Brasil (2015), são beneficiários do PRONAF os agricultores familiares que comprovem seu enquadramento através da DAP ativa, em um dos grupos de beneficiários conforme descrito nas regras do financiamento. Segundo Mattei (2008), houve um ajuste entre a classificação dos grupos de beneficiários do PRONAF em 2008, e até 2015 não houve mais mudança.

Dentro do crédito rural, há três linhas de crédito para o agricultor familiar, (BANCO DO BRASIL, 2015).

- Linhas de custeio: financiamento das despesas do cotidiano, disponibilizando recursos durante todo o período de produção;
- Linhas de investimento: Permite que o agricultor familiar possa adquirir bens que são indispensáveis a sua produção podendo também, modernizá-la;
- Linhas de comercialização: faz com que o agricultor tenha melhores condições de negociação para um melhor controle de fluxo de seu caixa e de sua produção.

O PRONAF cobriu produtores agrícolas de 98% dos municípios brasileiros, segundo o MDA, através de dados da safra 2013/2014.

Segundo o BNDES (2011):

Os recursos utilizados nos financiamentos do PRONAF são provenientes de diversas fontes. Dentre elas, as mais importantes são: Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT-DE), Recursos Obrigatórios (ou MCR 6.2), Fundos Constitucionais (FCs), Poupança Rural, Orçamento Geral da União (OGU), Recursos Próprios Equalizáveis (RPE) e BNDES.

De acordo com o MDA (2015), “o programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País”. Em outras palavras o PRONAF, mostra que é uma boa política econômica, criada para impulsionar a economia, trazendo bons frutos para todos os setores envolvidos.

Depois de conhecer o PRONAF e seus detalhes fica a dúvida, se essa modalidade de crédito tem ajudado a agricultura familiar no Brasil. Esse é o alvo desse estudo que foi relatado nos resultados e discussão.

### **3 Metodologia/procedimentos utilizados**

Para o desenvolvimento deste artigo, foi executada uma pesquisa de documental descritiva quantitativa para analisar a evolução da concessão de recursos do PRONAF, nos anos-safra de 2002/2003 até 2014/2015 no Brasil e em Campo Alegre de Goiás.

Para conceituar agricultura familiar e PRONAF, sua história e evolução, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Para a construção dos resultados foram coletados dados do MDA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Banco do Brasil, com o apoio da unidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) da cidade de Campo Alegre de Goiás.

Após o levantamento dos dados, analisou-se a evolução desses recursos quanto ao seu crescimento ou não ao longo dos anos estudados tanto no Brasil como no município alvo desse estudo. E posteriormente esses dados foram discutidos.

Este estudo de caso justifica-se pela necessidade de obter informações sobre o uso dos recursos do PRONAF, que é de suma importância para os agricultores familiares que moram em pequenas propriedades como meio de crescimento e desenvolvimento no ambiente rural.

### **4 Discussão e resultados**

Esta pesquisa teve o intuito de analisar a evolução dos créditos do PRONAF ao longo dos anos-safra de 2002/2003 até 2014/2015 no município de Campo Alegre de Goiás.

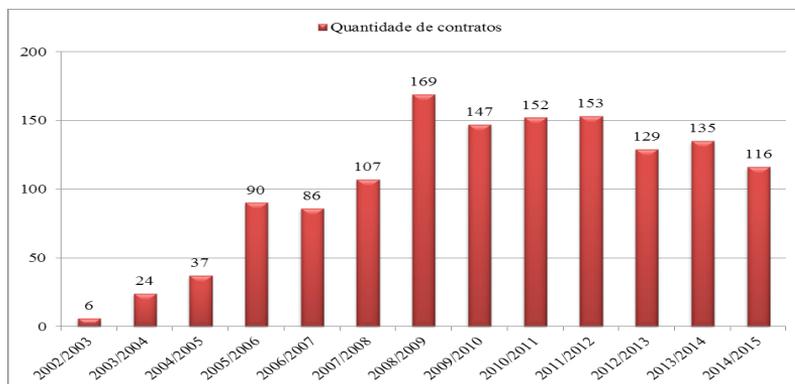
O município de Campo Alegre de Goiás se encontra no sudeste goiano, cuja economia gira em torno do agronegócio (Tabela 1), onde o agronegócio representa 71,09% das riquezas geradas localmente no ano de 2010; a indústria 9,66% e o setor de serviços 19,25%. Destacando o papel da agricultura para a economia local. Muito mais representativo do que no estado de Goiás ou a nível nacional onde o agronegócio representa respectivamente 13,36% e 5,71% das riquezas geradas

**Tabela 1** Distribuição do Produto Interno Bruto referente ao ano de 2010

Produto Interno Bruto (PIB)			
Variável	Campo Alegre de Goiás	Goiás	Brasil
<b>Agropecuária</b>	220.229	5.977.907	105.163.000
<b>Indústria</b>	29.922	11.623.682	539.315.998
<b>Serviços</b>	59.623	27.151.019	1.197.774.001

Fonte: IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística<sup>3</sup>

No município de Campo Alegre de Goiás no ano safra 2002/2003 foram apenas 6 contratos do PRONAF, em 2014/2015 teve um total de 116, nas suas diferentes modalidades (MDA e INCRA, 2015). Isso representa um aumento de 1933,33% no número de contratos nesse período (Figura 2). O auge do número de contratos foi no ano-safra 2008/2009 com 169 contratos. Isso demonstra que essa política pública tem alcançado mais e mais agricultores familiares com o avanço do programa. Melhorando com isso a vida de mais famílias.



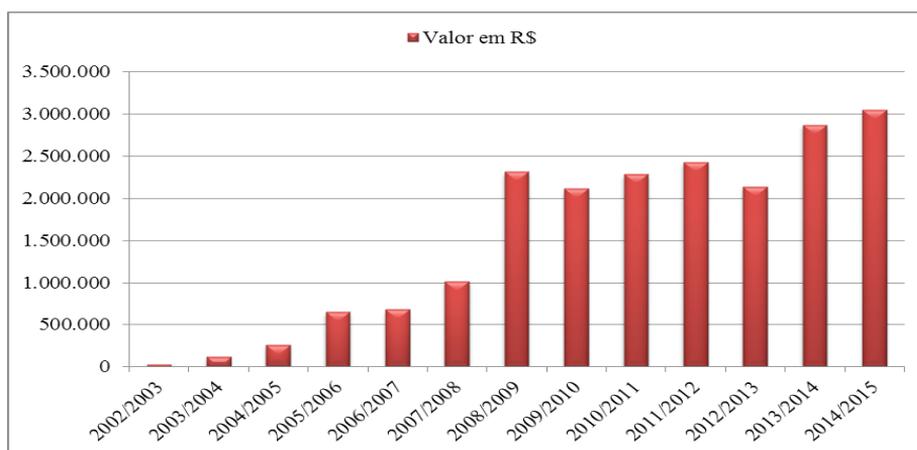
**Figura 2** Número de contratos do PRONAF na cidade de Campo Alegre de Goiás por ano-safra.

Fonte: Dados obtidos através do MDA e INCRA (2015)

<sup>3</sup> Série revisada, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

A agricultura familiar tem ajuda no desenvolvimento social do país, fazendo com que a população rural, permaneça no campo evitando com isso o êxodo rural, criando novos empregos, tornando-se um setor com crescimento significativo para o país, além de abastecer com suas produções a mesa dos brasileiros (SILVA, 2013, p. 31).

De acordo com o Banco do Brasil (2015) foram mais de quatro milhões de unidades familiares de 26 estados e do Distrito Federal, que produzem alimento para a população brasileira, contribuindo com 33% do PIB agropecuário e com 74% da mão de obra empregada no campo no último ano-safra 2014/2015.



**Figura 3** Valores em reais do crédito de contratos do PRONAF na cidade de Campo Alegre de Goiás por ano-safra.

Fonte: MDA e INCRA (2015)

Em Campo Alegre de Goiás no ano safra 2002/2003 foram apenas concedidos R\$ 28.183,00 (vinte e oito mil, cento e oitenta e três reais) em contratos do PRONAF, já em 2014/2015 foram R\$ 3.051,714,00 (três milhões, cinquenta e um mil e setecentos e quatorze reais) (MDA e INCRA, 2015). Isso representa um aumento de 10.828,21% nos valores emprestados (Figura 3). Valor esse que representa a maior quantia concedida aos agricultores em todo o período analisado.

Ainda segundo dados do Banco do Brasil (2015), durante as dez últimas safras, a renda gerada pelo setor cresceu 52% em todo o território nacional, o que movimentou cerca de R\$ 100 bilhões, o que fortalece e destaca a agricultura familiar, como um dos pilares do desenvolvimento do Brasil.

A produção da agricultura familiar tem um mercado consumidor praticamente garantido através de políticas de compras públicas feitas pelos programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA) que preveem a preferência de compra de agricultores familiares ou cooperativas de

produtores da agricultura familiar, além disso a mudanças que serão reforçados com os recursos de outras fontes previstos pelo Plano Safra 2016/2017, que podem melhorar ainda mais esse cenário para as pequenas propriedades familiares (MDA, 2016)

**Tabela 2** Dados sobre a quantidade de contratos e a soma dos valores dos contratos pelos respectivos ano/safra

Ano-safra	Quantidade de contratos		Soma dos valores dos contratos	
	Campo Alegre de Goiás	Brasil	Campo Alegre de Goiás	Brasil*
2002/2003	6	814.052	28.183	2,3
2003/2004	24	1.091.850	116.811	3,5
2004/2005	37	1.710.028	253.943	4,6
2005/2006	90	2.546.517	648.285	6,4
2006/2007	86	2.326.178	678.131	7,1
2007/2008	107	1.713.962	1.006.793	8,1
2008/2009	169	1.552.844	2.312.745	10,4
2009/2010	147	1.752.988	2.109.570	12,6
2010/2011	152	1.598.920	2.281.070	13,3
2011/2012	153	1.591.191	2.429.180	15,3
2012/2013	129	2.141.262	2.138.293	18,6
2013/2014	135	1.903.524	2.869.960	22,3
2014/2015	116	1.628.004	3.051.714	24,1

Fonte: (MDA, 2016)

Nota: \*Valores da coluna em bilhões

Na tabela 2 veem-se os valores dos contratos e da soma dos valores concedidos pelo PRONAF, tanto na cidade de Campo Alegre de Goiás como no Brasil durante o período estudado.

“Nos últimos 15 anos registramos um milhão de agricultores a mais no programa e tivemos um crescimento de recursos de R\$ 2,3 para R\$ 24,1 bilhões.” (MÜLLER 2014 *apud*, BRASIL, 2015). O que reforça o perfil inclusivo desse programa.

Para Müller (2014, *apud* BRASIL 2015e), “a distribuição do crédito em todo o Brasil reflete a consolidação do programa como a principal política de apoio à organização produtiva da agricultura familiar”. Suas palavras são comprovadas pelos dados da quantidade de contratos feitos nos diversos anos safra (Tabela 2).

Enfim, conforme os dados apresentados pode-se notar que houve um crescimento no valor dos recursos disponibilizados ao longo dos anos-safra analisados, juntamente com pequenas oscilações na quantidade de contratos realizados ao longo dos anos.

E o aumento dos valores concedidos aos agricultores familiares de município de Campo Alegre de Goiás, confrontados com os valores do PIB da cidade, permite traçar um paralelo entre o desenvolvimento local e os incentivos concedidos através do PRONAF. Visto que os financiamentos permitem aos agricultores que melhorem sua renda e com isso ajudem a mobilizar a economia local.

## 5 Conclusões ou considerações finais

Ao confrontar a hipótese levantada nesse trabalho, percebe-se que políticas públicas, como o PRONAF, têm de algum modo ajudado a preservar e manter o trabalho rural no município de Campo Alegre de Goiás, visto que se identifica um aumento nos valores concedidos e com isso o agricultor familiar pode melhorar sua condição de trabalho e se manter no campo.

Mas apenas avaliar a evolução do crédito não basta, conhecer a realidade e as necessidades desses trabalhadores pode auxiliar no aprimoramento dos programas públicos para torná-los ainda mais eficazes.

## Referências

AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996- 2008): uma reflexão crítica. *Anais do XLVII Congresso da Sober*. Porto Alegre-RS, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/817.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: PRONAF**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BANCO DO BRASIL. **Agronegócio: agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page100,8623,10816,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=19538&codigoMenu=11724>>. Acesso em: 11 out. 2015.

BANCO DO BRASIL. **Agronegócio:** crédito rural. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page100,8623,8625,0,0,1,1.bb?codigoMenu=18709&codigoNoticia=2226&codigoRet=11729&bread=1>>. Acesso em: 11 out. 2015.

BANCO DO BRASIL. **Agronegócio:** mais informações sobre o PRONAF. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page251,8623,19518,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=34340>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BANCO DO BRASIL. **PRONAF.** Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page100,8623,8625,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=2226&codigoMenu=18709>>. Acesso em: 11 out. 2015.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Informativo Técnico SEAGRI – PRONAF**, fonte de recursos. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informativo\\_SEAGRI/Informativo-SEAGRI\\_03\\_2011.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informativo_SEAGRI/Informativo-SEAGRI_03_2011.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006. **JusBrasil – Legislação.** Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Agricultura familiar.** Alimentar o mundo, cuidar do planeta. <<http://www.aiaf2014.gov.br/aiaf/agricultura-familiar>>. Acesso em: 22 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Plano Safra 2015/2016. **Agricultura familiar: alimentos saudáveis para o Brasil.** Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Citricultura/26RO/App\\_MDA.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Citricultura/26RO/App_MDA.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **2014, ano internacional da agricultura familiar, camponesa e indígena.** Comitê brasileiro. Disponível em: <<http://www.aiaf2014.gov.br/aiaf/agricultura-familiar>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). **Linhas de crédito.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>.

gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Recursos do PRONAF são contratados por agricultores de 98% dos municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/siste>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). **Relatórios para Brasil e semiárido, regiões, estados, territórios e municípios**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). **Sobre o programa**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 12 out. 2015 .

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Agricultura familiar e do desenvolvimento agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mercado-garantido-para-agricultura-familiar>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Agricultura familiar**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>>. Acesso em: 05 out. 2015.

BRASIL. Portal Brasil. **Economia e emprego**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 22 out. 2015.

FARIA, Caroline. **Êxodo rural**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/exodo-rural/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Campo Alegre de Goiás. **Infográficos: despesas e receitas**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=520480&search=goiascampo-alegre-de-goiasinfogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: 28 out. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Módulo fiscal dos municípios**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MATTEI, L. **Mudança nas regras de financiamento do PRONAF**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Opinio/Mudanca-nas-regras-de-financiamento-do-Pronaf/22414>>. Acesso em: 29 out. 2015.

SILVA, D. F. da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. As características do pequeno produtor do município de Cumari/GO**. 2013. 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Administração, Centro de Ensino Superior de Catalão, Catalão, 2013.